



UPAP – UNIVERSIDADE POLITÉCNICA E ARTÍSTICA DO
PARAGUAY
CAMPUS – CIUDAD DEL ESTE
REITORIA E ESTUDOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO “STRICTO SENSU”
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

**VIOLÊNCIA E O BULLYING NO ÂMBITO ESCOLAR DAS
ESCOLAS DA ZONA OESTE DE BOA VISTA – RORAIMA
EM ESCOLAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA RR –
PERÍODO 2017.**

Cosmo Lima da Cunha

**CIUDAD DEL ESTE - PARAGUAY
ANO 2017**

COSMO LIMA DA CUNHA

**VIOLÊNCIA E O BULLYING NO ÂMBITO ESCOLAR DAS
ESCOLAS DA ZONA OESTE DE BOA VISTA – RORAIMA
EM ESCOLAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA RR –
PERÍODO 2017.**

Tesis de Maestría en Ciencias de la Educación para la obtención del título de Maestría en Educación en la Universidad Politécnica y Artísticas del Paraguay Facultad de Estudios de Postgrado.

Orientador: Prof. Dr. Delis Ortiz Coronel

**CIUDAD DEL ESTE - PARAGUAY
ANO 2017**

**UNIVERSIDADE POLITÉCNICA Y ARTÍSTICA DEL PARAGUAY
FACULTAD DE POSGRADO - CIUDAD DEL ESTE – PY**

COSMO LIMA DA CUNHA

**Violência e o Bullying no Âmbito Escolar das Escolas da Zona Oeste de
Boa Vista – Roraima**

Em Escolas Públicas no município de Boa Vista RR – Período 2017

Esta tesis fue juzgada y aprobada para la obtención del Grado de Maestría en Educación en el Programa de Postgrado en Ciencias de la Educación de la Universidad Politécnica y Artística del Paraguay

Aprobado en Ciudad del Este, Paraguay, en Fecha:

Calificación:

COMISIÓN EVALUADORA

NOMBRE

FIRMA

1.....

.....

2.....

.....

3.....

.....

DECLARACIÓN

“Declaro que todo el contenido de esta obra, es exclusivamente de mi autoría, y autorizo suficientemente a la Universidad Politécnica y Artística del Paraguay a su difusión o publicación total o parcial.”

Fecha:

Firma:

Aclaración de Firma:.....

AGRADECIMENTOS

À Deus;

In memoria ao meu pai Abel Benício e à minha mãe Jovita Ana da Cunha, grandes inspiradores para a construção de minha vida pessoal e continuidade de meus estudos, incentivadores incondicionais na busca incessante de meus objetivos;

Aos professores participantes deste trabalho, na pessoa Dr. Isaias, Lucio e Dr. Mario Rosas nas escolas em pesquisas, pelas suas colaborações e disponibilidade para participarem da pesquisa, mesmo sobrecarregados com seu trabalho;

À professora Maria do Carmo de Souza Andrade, por suas colaborações fundamentais;

E,

Ao meu orientador Dr. DELIZ ORTIZ, por ter sido um amigo e verdadeiro mestre, que me ensinou e incentivou-me a acreditar em minhas capacidades intelectuais.

DEDICATORIA

Aos meus filhos Abel Benício da Cunha Neto, Aline Keity Garcia da Cunha e a meu Irmão Damião Lima da Cunha.

EPIGRAFE

Como Nossos Pais

Elis Regina

Não quero lhe falar meu grande amor das coisas que aprendi nos discos
Quero lhe contar como eu vivi e tudo o que aconteceu comigo

Viver é melhor que sonhar
Eu sei que o amor é uma coisa boa
Mas também sei que qualquer canto é menor do que a vida de qualquer pessoa

Por isso cuidado, meu bem há perigo na esquina.
Eles venceram e o sinal está fechado pra nós que somos jovens

Para abraçar seu irmão e beijar sua menina na rua
É que se fez o seu braço
O seu lábio e a sua voz

Você me pergunta pela minha paixão
Digo que estou encantada como uma nova invenção
Eu vou ficar nesta cidade não vou voltar pro sertão
Pois vejo vir vindo no vento cheiros de uma nova estação

Eu sinto tudo na ferida viva do meu coração
Já faz tempo eu não vi você na rua cabelo ao vento
Gente jovem reunida na parede da memória
Essa lembrança é o quadro que dói mais

Minha dor é perceber que apesar de temos feito tudo o fazemos
Ainda somos os mesmos e vivemos
Como nossos pais
Nossos ídolos

Ainda somos os mesmos
E as aparências não enganam não
Você diz que depois deles não pereceu mais ninguém

Você pode até dizer que eu to por fora ou então que eu to inventando
Mais é você que ama o passado e que não vê é você que ama o passado
E que não vê que o novo sempre vem

Hoje eu sei que quem me deu a ideia de uma nova consciência e juventude tá em casa
Guardado por Deus contando o vil metal

Minha dor é perceber que apesar de termos feito tudo, tudo.
Tudo o que fizemos nós ainda somos os mesmos e vivemos
Ainda somos os mesmos e vivemos
Ainda somos os mesmos e vivemos
Como nossos pais.

CURRICULUM VITAE DEL AUTOR

COSMO LIMA DA CUNHA

Licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará; UECE – Especialista na Área de Educação, com concentração em Pedagogia Escolar: Supervisão, orientação e administração pela Faculdade Internacional de Curitiba; FACINTER – Cursando Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Politecnica Y Artística Del do Paraguay – UPAP. 2017.

INDICE GERAL

LISTA DOS QUADROS E FIGURAS.....	IX
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	X
RESUMO	XI
ABSTRACT	XII
RESUMEM	1
 INTRODUÇÃO	 2
 1. CAPITULO I.....	 13
1.1 Tema: A violência e o bullying Praticado no Âmbito Escolar.....	13
1.2 Delimitação do Tema.....	13
1.3 Planejamento do problema.....	13
1.3.1 Percepção do problema.....	13
1.3.2. Pergunta de investigação.....	16
1.3.2.1 Pergunta Geral.....	16
1.3.2.2 Perguntas Específicas.....	16
 1.4 OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO.....	 16
1.4.1 Geral.....	16
1.4.2. Específicos	16
 1.5 JUSTIFICATIVA DE INVESTIGAÇÃO.....	 17
 2. CAPITULO II - BASE TEÓRICA E CONCEITUAL: Violência nas Escolas.....	 21
2.1 Visão da Instituição da Escola Sobre a Violência.....	25
2.2 A Violência no Âmbito da Família e Escola	28
2.2.1 Violência e Escola	33
2.2.2 Bullying e escola.....	38
2.3 Violências, Indisciplina e o Bullying na Escola: Legislação Pertinente.....	42
2.3.1 Educação na Constituição Federal de 1988.....	43
2.3.2 Lei de Diretrizes Bases da Educação LDB – Lei 9.394/96.....	46
2.3.3 Regimento Escolar de Roraima.....	52
2.3.4 A legislação brasileira para solução de conflitos.....	57
2.4 O Exercício da Docência.....	59
 3. CAPITULO III - CAMINHO METODOLÓGICO.....	 66
3.1 Tipos de Estudos.....	66

3.2 Campos de estudo: Escolas de Ensino Médio da Zona Oeste de Boa Vista- Roraima.....	69
3.2.1 Problematização e Mostra da População.....	73
3.2.2 Escolas Campos de Pesquisa.....	73
3.3 Instrumentos de coletas dos dados	75
3.3.1. A observação participante	76
3.2.2 Estudo de campo.....	76
3.4 Processamentos de dados.....	77
3.5 Análises de dados.....	81
3.5.1 Entrevistas.....	81
3.5.2 Convivência e Relatos: Professor em sala de aula.....	82
4. MARCO ANALÍTICO: O PROFESSOR EM SEU CONTEXTO DE TRABALHO: VIOLENCIA E O BULLYING.....	85
4.1 Sistematização de Questionário aplicados aos docentes.....	85
4.2 Sistematização de Questionário aplicados aos alunos.....	99
5. CAPITULO V - MARCO CONCLUSIVO.....	106
5.1. Conclusão.....	106
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS.....	113
ANEXOS	118

INDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Bairros e Zona da Área de Boa Vista Roraima.....	47
Quadro 2 – Roteiro para Entrevista com professores focais.....	85
Quadro 3 – Sexos dos Professores participantes da pesquisa.....	85
Quadro 4 – Tempo do Professor (a) na Instituição.....	88
Quadro 5 – Há Violência e o Bullying na vivencia diária do professor?.....	88
Quadro 6 – Tipos de Violência nas três escolas Campo.....	88
Quadro 7 – Professor(a) a quem você recorre em caso de violência?.....	89
Quadro 8 – Existem leis que coíbem a prática do bullying em Boa Vista-RR.....	89
Quadro 9 – Professor (a) você já foi vitima de algum tipo de violência no contexto escolar?	93
Quadro10 – Professor(a) existem procedimentos e estratégias para o enfrentamento da Violência e o Bullying na sua escola?.....	96
Quadro 11– Procedimento para enfrentamentos da violência nas escolas campo.....	96
Quadro 12 – Roteiro de Debates com os alunos Participantes.....	101
Quadro 13– Sexo dos Alunos Participantes da Pesquisa.....	101
Quadro 14 – Quantos bons amigos você tem?	102
Quadro 15 – Maneiras dos maus tratos.....	104
Quadro 16 – Quanto tempo dura os maus tratos?.....	104
Quadro 17 – Síntese dos Resultados Apresentados.....	110

INDICE DE FIGURAS

Figura 1- Localização de Roraima.....	69
Figura 2 – Vista Aérea de Boa Vista – Roraima.....	70
Figura 3 - Sobre o Aluno ser Maltado por Outro Aluno no Âmbito Escolar das Escolas Campo.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABS – Atenção Básica à Saúde

CEFMS - Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ESF – Estratégia de Saúde da Família

EEM – Escola de Ensino Médio

EESC- Escola Estadual Severino Cavalcante

EEAS – Estadual América Sarmiento

EEACN – Estadual Antônio Carlos Natalino

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IEP – Instituição de Ensino Público

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

MS – Ministério da Saúde

MP - RR – Ministério Público de Roraima

OMS – Organização Mundial da Saúde

PSE – Programa Saúde na Escola

SEED – Secretaria Estadual de Educação e Desporto

SEDUC – Secretaria de Educação

SUS – Sistema Único de Saúde

UBSF – Unidade Básica de Saúde da Família

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

O presente trabalho intitulado “**A Violência e o Bullying nas Escolas da Zona Oeste de Boa Vista – Roraima**” desenvolve uma reflexão sobre a violência no âmbito escolar, os determinantes da violência que extrapolam as características individuais e grupais dos indivíduos envolvidos e não se restringem às vivências do contexto escolar. Inerentemente, mostrar que no momento atual, a violência do Bullying é um fenômeno multifatorial, diretamente relacionado aos aspectos econômicos, sociais e culturais, podendo ser classificada em vários tipos, o que se observa com frequência crescente em todos os domínios da vida social. Assim como a questão da violência e as violações dos direitos humanos no Brasil, aqui se faz um recorte precisamente para a cidade de Boa Vista – Roraima, com ênfase para Escolas públicas da Zona Oeste desta cidade. No cotidiano escolar a Violência especialmente as que atingem a vida e a integridade física e moral dos indivíduos, como o Bullying, observamos suas diferentes manifestações, cuja gênese reside não somente na família, mas também em outros contextos como na própria escola. Neste ambiente, os professores lidam com situações que podem causar desgaste físico e emocional, afetando seu trabalho. Esta pesquisa consistiu de um estudo descritivo e exploratório, segundo uma abordagem qualitativa, desenvolvido em escola pública, cujo objetivo foi compreender os significados do fenômeno da violência do Bullying sob a ótica de professores e alunos do Ensino médio. Os dados foram coletados por meios questionários de sondagem e entrevistas focais, com observação participante e analisados pelo método de pesquisa bibliográfica, observação, por um período de 12 meses do qual emergiram as categorias “A violência do Bullying escolar expressa através das agressões entre alunos e entre alunos e professores tem causado preocupação em nossa sociedade e no contexto de trabalho”. Diante dessa categoria diz respeito ao entendimento dos professores sobre a violência na escola, bem como às estratégias para lidar com situações a ela inerentes. Assim, a pesquisa permitiu observar que é necessária interação entre segmentos da Saúde e Educação para preservar o papel dos professores, em sua essência. Destacamos a necessidade de desenvolvimento de outras investigações sobre o fenômeno da violência na escola de forma a ampliar o conhecimento sobre a influência das relações dos estudantes com suas famílias.

Palavras-Chave: Violência no âmbito escolar; violência do bullying; violência dos Agressores, violência entre alunos e professores; legislação.

ABSTRACT

The present work entitled "Violence and Bullying in Schools in the West Zone of Boa Vista - Roraima" reflects on violence in schools, the determinants of violence that extrapolate the individual and group characteristics of the individuals involved and are not restricted to experiences of the school context. In addition, I would like to show that Bullying violence is a multifactorial phenomenon, directly related to economic, social and cultural aspects classified in several types, which is observed with increasing frequency in all areas of social life. As well as the issue of violence and human rights violations in Brazil, there is a clipping here for the city of Boa Vista - Roraima, with emphasis on Public Schools in the West Zone of this city. In the school daily life, especially those that affect the life and physical and moral integrity of individuals, such as Bullying, we observe their different manifestations, whose genesis lies not only in the family, but also in other contexts, such as in the school itself. In this environment, teachers deal with situations that can cause physical and emotional distress, affecting their work. This research consisted of a descriptive and exploratory study, according to a qualitative approach, developed in a public school, whose objective was to understand the meanings of the Bullying violence phenomenon from the perspective of teachers and students of the High school. The data were collected by means of questionnaires of probing and focal interviews, with participant observation and analyzed by the method of bibliographic research, observation, for a period of 12 months from which emerged the categories "The violence of school Bullying expressed through the aggressions between students and between students and teachers has caused concern in our society and in the work context." Faced with this category, it concerns the teachers' understanding of violence in school, as well as the strategies to deal with situations inherent in it. Thus, the research showed that interaction between Health and Education segments is necessary to preserve the role of teachers, in essence. We emphasize the need to develop other investigations into the phenomenon of violence in the school in order to broaden the knowledge about the influence of students' relations with their families.

Keywords: Violence in the school environment; bullying violence; violence of the Aggressors, violence between students and teachers; legislation.

RESUMEN

El presente trabajo titulado "La Violencia y el Bullying en las Escuelas de la Zona Oeste de Boa Vista - Roraima" desarrolla una reflexión sobre la violencia en el ámbito escolar, los determinantes de la violencia que extrapolan las características individuales y grupales de los individuos involucrados y no se restringen a las vivencias del contexto escolar. En el momento actual, la violencia de Bullying es un fenómeno multifactorial, directamente relacionado con los aspectos económicos, sociales y culturales, pudiendo ser clasificada en varios tipos, lo que se observa con frecuencia creciente en todos los ámbitos de la vida social. Así como la cuestión de la violencia y las violaciones de los derechos humanos en Brasil, aquí se hace un recorte precisamente para la ciudad de Boa Vista - Roraima, con énfasis para Escuelas públicas de la Zona Oeste de esta ciudad. En el cotidiano escolar a Violencias especialmente las que alcanzan la vida y la integridad física y moral de los individuos, como el Bullying, observamos sus diferentes manifestaciones, cuya génesis reside no sólo en la familia, sino también en otros contextos como en la propia escuela. En este ambiente, los profesores se ocupan de situaciones que pueden causar desgaste físico y emocional, afectando su trabajo. Esta investigación consistió en un estudio descriptivo y exploratorio, según un abordaje cualitativo, desarrollado en escuela pública, cuyo objetivo fue comprender los significados del fenómeno de la violencia del Bullying bajo la óptica de profesores y alumnos de la Enseñanza media. Los datos fueron recolectados por medios cuestionarios de sondeo y entrevistas focales, con observación participante y analizados por el método de investigación bibliográfica, observación, por un período de 12 meses del cual emergieron las categorías "La violencia del Bullying escolar expresa a través de las agresiones entre alumnos y alumnos entre alumnos y profesores ha causado preocupación en nuestra sociedad y en el contexto de trabajo". Ante esta categoría se refiere al entendimiento de los profesores sobre la violencia en la escuela, así como a las estrategias para lidiar con situaciones inherentes a ella. Así, la investigación permitió observar que es necesaria interacción entre segmentos de la Salud y Educación para preservar el papel de los profesores, en su esencia. Destacamos la necesidad de desarrollar otras investigaciones sobre el fenómeno de la violencia en la escuela para ampliar el conocimiento sobre la influencia de las relaciones de los estudiantes con sus familias

Palabras clave: Violencia en el ámbito escolar; violencia del bullying; violencia de los agresores, violencia entre alumnos y profesores; legislación.

INTRODUÇÃO

Da primeira vez que me assassinaram

*Da primeira vez que me assassinaram perdi o jeito de sorrir que eu tinha...
Depois, de cada vez que me mataram foram levando qualquer coisa minha.
(Mário Quintana)*

A violência e o bullying no âmbito escolar se constituem como realidades que desafiam a organização do trabalho pedagógico por promoverem, em certa medida, uma forma de exclusão educacional e por extensão da própria aprendizagem. O interesse pelo tema Violência e o Bullying nas Escolas públicas da Zona Oeste de Boa Vista – Roraima surgiu desde o ano de 2015 em meio a vivências e inquietações dos professores que atuam no Ensino Médio das Escolas públicas (EMEP) do município de Boa Vista¹ Roraima². Na profissão de professor EMEP, pôde-se observar, mais proximamente, as relações agressivas entre os alunos, o quanto essas relações são conflituosas e trucidam os valores, os convívios e respeito de outro.

A escolha desta temática deu-se em virtude de melhor conhecimento em relação à violência, que envolve todos os seguimentos da sociedade como também se evidencia no espaço escolar. A escola, para todas as camadas da população, pretende ser a continuidade do processo de socialização, iniciado na família. Nesse sentido, os valores, expectativas e práticas que envolvem o processo educativo nem sempre correspondem ao que os pais buscam ao matricularem seus filhos na escola, mas na maioria das escolas brasileiras a violência se faz presente, contrariando as expectativas dos pais para com a educação dos filhos.

¹ Boa Vista cidade campo de pesquisa do nosso trabalho, é um município brasileiro, capital do Estado de Roraima, Região Norte do país. Está localizado na porção nordeste do Estado (IBGE).

² Estado lócus da nossa pesquisa campo é o Estado de Roraima é uma das federativas do Brasil, este situado na Região Norte do país, sendo o estado mais setentrional ao Norte, da federação. Tem por limite a Venezuela, ao Norte e o Amazonas ao Sul e oeste. Ocupa uma área aproximadamente de 224.300,506 mil Km². O estado é o menos populoso do País, como uma população de 514.229 habitantes, segundo estimativa do IBGE 2016.

As escolas campo de pesquisa escolhida para estudo do nosso trabalho foram três escolas publicas da zona oeste de Boa vista Roraima: A Escola Estadual Professor Severino Gonçalves Gomes; Escola Estadual América Sarmiento Ribeiro e Escola Estadual Antônio Carlos Natalino. Optou se para estudo de campo por essas escolas campos, o estudo pelo motivo do alto índice de violências e o bullying entre os alunos nestas referidas escolas, o qual despertou para compreender quais as causas, manifestações, mas comuns e consequências na visão dos professores. Por outro lado os episódios mais violentos são impactantes e de difícil reflexão imediata por quem é vitima, o trauma se torna um choque psicológico diante da brutalidade que levam o individuo a acentuar de perigo e de insegurança.

Diante da existência desse problema nas escolas da zona oeste de Boa Vista, acreditamos na importância de aprofundar a compreensão sobre a violência e o Bullying nas escolas, legitimando a esse fenômeno que tem gerado preocupações tanto aos pais e educadores locais, como também nos vários setores diferentes das sociedades. O problema não ocorre apenas nas escolas de Boa Vista-RR e no Brasil, é uma realidade encontrada em muitos outros países como Estados Unidos, Argentina, França e Espanha (SPOSITO, 2001).

A violência nas escolas tornou-se mais divulgada na mídia com maior frequência locais, nacionais e internacionais, devido à ocorrências de alguns episódios de violência extremos contra aluno e professores dentro das escola ou ao redor das escalas como: assassinatos, brigas com armas de fogo, trote humilhante, os vários tipos de bullying, violência, ameaças. Algumas dessas matérias exibidas pelo site G1 e R7, TV Local e nacional no Brasil durante o período de 2011 a 2017, aqui se destacam algumas delas:

- “Violência nas escalas da periferia de Boa vista preocupa professores, pais e alunos – policia local enfatiza que, neste ano 154 ocorrência foram em escola da zona oeste” 21.09. 2016 – G1
- “Na atualidade local da cidade de Boa Vista Roraima, precisamente na Zona oeste da cidade, onde a violência escolar se faz in lócus voltado para principalmente ao Bullying, já em estar combate segundo lei”. (Do G1 RR, com informações da Rede Amazônica em Roraima em 16/02/2016).
- “Violência nas escalas de Belém (PA) entre aluno fora da escola aumentou e Preocupam alunos, Pais e Professores” 26.11.2015 – G1.
- Aluno atira em professora e depois se mata em escola do interior de São Paulo –SP 22.09.2011 – G1

- “Veteranos jogam fezes em calouros em trote na Universidade de Pernambuco - PE, os novatos também foram amarrados -15.02.2011 - R7”.

Além desses fatos, varias matéria de jornalística atualmente tem mostrados a violência no âmbito escolar, com alunos, professores e funcionários em destaques o Bullying com (ameaças, agressão Verbais, insultos, agressão física, assedio Moral, carros riscados, ameaças de morte e morte). É critico perceber, que as instituições de Educação Básica no Brasil, têm enfrentado problemas referentes à conduta dos alunos, Professores e funcionários diante dos conflitos que ocorrem diariamente em seus interiores à década, segundo estudos de SPOSITO (2001) que revela a partir de uma revisão das pesquisas brasileiras sobre a convivência escolar, que: “o seu estudo é relativamente recente no Brasil, tendo a maioria iniciada na década de 1980”.

Nota-se a dificuldade em caracterizar a grandeza do fenômeno em termos locais, que pode ser atribuído a iniciativas dispersas do poder público na coleta de informações e à ausência de mecanismos de registros, verificação e avaliação das ocorrências. Corroborar ainda ZELUAR (1999) e PERALVA (1997):

Neste aspecto, esta temática, apresentada por alguns estudos, entre eles os de Zaluar (1999) e Peralva (1997) demonstram a íntima ligação com o processo de redemocratização a partir da eclosão da violência nos debates públicos sobre as questões que afetam a qualidade de vida de populações menos favorecidas, “onde a segurança constituía problema importante até hoje não resolvido” (SPOSITO, 2001).

Segundo as pesquisas, as opiniões de pesquisadores são preocupantes, por se tratar de violência no âmbito escolar, ao invés de ótima convivência social educacional. Portanto o objetivo principal é fazer uma reflexão sobre violência a violência em subsídios ao bullying no ambiente escolar, procurando compreender as causas que levam a esse fenômeno e como este interfere no ensino aprendizagem, procurando compreender através dos estudos dos pesquisadores as causas que levam a esse fenômeno e como este interfere no ensino aprendizagem em sala de aula.

Observando o dia a dia das escolas campo de pesquisa, os atos de violência e bullying chamam a atenção. O momento que deveria ser utilizado para o

aprendizado acaba por ser desperdiçado com agressões, interferindo no rendimento escolar dos alunos. O clima escolar vem se tornando cada vez mais conturbado devido ao aumento da violência nas escolas.

A violência pode ser verbal ou física, mas o fato é que os alunos que convivem com essas situações não estão em um ambiente que lhes traga tranquilidade e satisfação, tanto na relação com os colegas como também em relação ao conteúdo escolar que lhes é apresentado.

Entender como a repetição da violência nas escolas interfere no processo de aprendizagem é um fenômeno social importante na formação do professor seja qual for sua área específica. O papel do profissional educador na escola, entre outros, é o de promover a aprendizagem, planejando, executando, coordenando, acompanhando e avaliando as experiências de relação ensino-aprendizagem que ocorrem na escola.

Por isso, fatos que intervenham nesse processo devem ser compreendidos em sua raiz e complexidade para que possam ser enfrentados e adotadas medidas educativas dinâmicas ao processo de ensino e aprendizagem. Sem a quimera de que os professores poderão abolir completamente a violência das escolas, uma vez que boas partes das suas peremptórias se localizam fora dos muros escolares, mas com a certeza de poder contribuir para minimizar as situações de conflito. Como a escola também é produtora de violência é extremamente pertinente aos profissionais da educação o estudo desse tema, visando à melhoria da relação ensino aprendizagem.

Para Guimarães (apud AQUINO, 1996, p.10), “É importante argumentar que, apesar dos mecanismos de reprodução social e cultural, as escolas também produzem sua própria violência e sua própria indisciplina”.

É importante também identificar procedimentos, estratégias e projetos cujo tema seja o combate à violência praticada no interior das escolas para que a conscientização dos estudantes e suas atitudes possam mudar, melhorando o aprendizado escolar. Estudos mostram que nos últimos anos a violência praticada por crianças, adolescentes e jovens no âmbito escolar aumentou significativamente. Para

alguns pesquisadores, ela surgiu na década de 1980, aumentando intensamente na década de 1990.

Para o sociólogo francês Bernard Charlot (2002, p.2) a violência existe desde os anos de 1950 e 1960, nesta época os alunos eram grosseiros uns com os outros, e com o passar do tempo este formato de agressividade mudou. Desta forma, não basta que as crianças frequentem a escola, é preciso que as mesmas sejam respeitadas, tratadas como seres individuais.

O preconceito pode acontecer por todo o corpo escolar, afetando o intelecto do indivíduo, prejudicando seu aprendizado. Por esse motivo, alguns pesquisadores “Começam a chamar a atenção outros aspectos, como a má qualidade do ensino e as práticas escolares, de estereótipos e preconceitos em relação à criança pobre” (PATTO, 1987; MACHADO; SOUZA, 1997 apud SILVA, 2009, p.6).

Com relação à violência no Brasil, podemos mencionar que os casos de violência fazem parte do dia-a-dia, sejam eles verbais ou físicos, colocando à prova a atuação sustentável do professor na sala de aula.

Pesquisa inédita da UNESCO feita em seis capitais mostra que 30% deles já viram arma nas mãos de alunos. Fernanda Mena e Cláudia Collucci escrevem para a ‘Folha de SP’: A lousa, o caderno, o lápis e a borracha, tão comuns à sala de aula, não é de hoje convivem com o porte de armas, a atuação de gangues e o tráfico de drogas, o furto e a agressão física e verbal. ‘Violência contra o professor é a coisa mais comum que há em escolas. Todos têm uma história para contar’, diz o professor de geografia do ensino fundamental e médio João (todos os nomes de professores são fictícios), 38. O depoimento de João ilustra bem o resultado de um estudo inédito da Unesco (órgão das Nações Unidas para educação e cultura). Intitulada Pesquisa de Vitimização, o estudo entrevistou, em 2003, 2.400 profissionais de seis capitais brasileiras (SP, Rio, Salvador, Porto Alegre, Belém e Distrito Federal) e apontou que 86% deles admitem haver violência em seu local de trabalho. (JORNAL DA CIENCIA, 2004). A preocupação inerente à situação das escolas, aos professores e a Educação como um todo no Brasil demonstra, na contemporaneidade, um comprometimento dos pesquisadores da educação com os problemas existentes no “ambiente escolar”.

Ao retomar o modo histórico da instituição escolar na sociedade contemporânea percebe-se que o papel da escola e do conhecimento tem perdido destaque e importância para o desenvolvimento dessa relação, não há um objetivo explícito para a educação o que abre espaço para questionamentos.

Esse trabalho assume a tarefa de desenvolver uma pesquisa no âmbito escolar sobre o fenômeno da violência e o Bullyng no cotidiano das salas de aula, com a finalidade de compreender como os profissionais de educação se portam diante dessa questão. Nosso objetivo, portanto, foi verificar o impacto da violência escolar sobre o aprendizado dos alunos a fim de entender como a violência escolar afeta a aprendizagem do aluno. Assim fornecer subsídio que facilite um melhor entendimento a respeito do tema a partir do levantamento de questões que possam contribuir para uma reflexão sobre o fenômeno da violência e o bullying e suas implicações na prática pedagógica das escolas.

O estudo utiliza como referencial teórico as contribuições de: VERA MARIA CANDAU (1999), SUSANA SACAVINO (1999), MARIA DA CONSOLAÇÃO LUCINDA (2000), MARIA DAS GRAÇAS NASCIMENTO (2000), MIRIAM ABRAMOVAY (2002). AMADO (2004). SPÓSITO (2001). CHAÚÍ (1985) ZELUAR (1999) E PERALVA (1997), CHARLOT (2002)

Optou-se pela produção pela produção bibliográfica sobre violência escolar dos últimos vintes anos, considerando que é ao final dos anos 90 que aparece um maior numero de divulgação sobre o tema. Especialmente nos estudos da pós-graduação brasileira. Corroborando ainda, após a promulgação da constituição de 1988, observa-se que um maior número de administradores, com uma perspectiva pública e popular, assume a preocupação por delimitar melhor o fenômeno da violência no âmbito escolar.

No desenvolvimento do tema proposto foram adotados procedimentos metodológicos para aquisição de conhecimentos, através de coletas de dados, para obtenção das informações sendo realizadas pesquisas bibliográficas e de campo, em que se utilizou como técnicas: da observação; de questionário, de entrevistas abertas e documentação indireta a respeito da problemática estudada.

Na observação da realidade escolar a indisciplina decorre, em larga medida, da ausência de condições para a construção do trabalho coletivo, ou seja, a gestão escolar pode ser um mecanismo real para se trabalhar a indisciplina na escola e criar as condições para a sua superação. A análise recai sobre a relação docente e discente dentro do espaço escolar, há de forma concreta um relacionamento cotidiano entre esses sujeitos.

A disciplina é uma condição de observância a uma conduta ordenada de acordo com preceitos, regras e normas estabelecidas que se expressa também a partir de uma hierarquia. Essa conduta ordenada ou regulada atende ao funcionamento institucional e regular de uma organização. A indisciplina significa o contrário à disciplina, é o estado de desordem, de desobediência e de certa rebeldia. A violência, por outro lado, se constitui a partir do uso da força, ocorre um constrangimento físico e/ou moral. Nesse sentido, ao comparar-se a violência com a indisciplina na escola, há que se considerar uma distinção entre esses dois fenômenos.

A indisciplina é um fenômeno perturbador para o desenvolvimento do trabalho educativo. A relação docente/discente no ambiente escolar da indisciplina produz o conflito. Nesse sentido o movimento contraditório se dá de forma que gera um descontrole dentro da relação pedagógica que se traduz em impotência e ausência de condições pedagógicas para efetivar o trabalho educativo.

Podemos afirmar que a noção de **indisciplina escolar** aponta para comportamentos que põem em causa a prossecução das tarefas e actividades de ensino-aprendizagem, o são convívio e o respeito por um conjunto de deveres sóciomorais, valores e padrões culturais que se considera deverem presidir as relações entre pessoas no quadro institucional da escola e da aula. (AMADO, 2004, p.218)

Na escola a indisciplina deve ser compreendida como um fenômeno social pedagógico, ou seja, estabelece-se dentro da relação docente e discente. Pode-se considerar que a indisciplina se constitui como um fenômeno preocupante do ponto de vista social. A escola se caracteriza como um fenômeno secundário e pouco estudado. O fato de ser um fenômeno microscópico do ponto de vista social não significa que sua repercussão seja menos importante.

O centro desse relacionamento está constituído em objetivos que aparentemente são distintos, no entanto, o processo ensino-aprendizagem pressupõe a ação conjunta de aluno e professor; desconsiderar essa situação implica em desequilibrar essa relação. Ao retomar o caráter histórico da instituição escolar na sociedade contemporânea percebe-se que o papel da escola e do conhecimento tem perdido destaque e importância para o desenvolvimento dessa relação, não há um objetivo explícito para a educação o que abre espaço para questionamentos.

Tais questionamentos também nos propõem a sanar nas escolas Campo pesquisa, sobre a Violência e bullying como: As formas de violência no âmbito escolar impacta o ensino aprendizagem do aluno em sala de aula? O bullying tem acontecido com que frequência em sala de aula? Quais os tipos de Violência que se convive em sala de aula? Com que frequência o aluno é agredido ou maltratado? De que maneira o aluno e professor é maltratado? Professor, na sua vivencia diária em sala de aula, há conflitos e indisciplinas? Quais? Durante a pesquisa em observação, vão surgindo outros indagos os quais nos apoiam ao estudo.

Neste trabalho considere importante observar na realidade escolar: a indisciplina em subsídios a violência e o bullying, que decorre, em larga medida, da ausência de condições para a construção do trabalho coletivo, ou seja, a gestão escolar pode ser um mecanismo real para se trabalhar a indisciplina na escola e criar as condições para a sua superação. A análise recai sobre a relação docente e discente dentro do espaço escolar, há de forma concreta um relacionamento cotidiano entre esses sujeitos.

A “violência” sua permeabilidade para o processo educacional parecem ser um fenômeno mais crucial e objetivo. Surpreendíamos com as cotidianas cenas dos mais variados tipos de violência no contexto escolar. Dela decorre de uma visibilidade maior, suas marcas são mais evidentes e de repercussão social mais ampla, o dano provocado possui um alcance social que vai do poder de polícia do Estado até o sistema de atendimento de saúde. É complexa e de exaustiva compreensão a partir de sua natureza multifacetada, ou seja, possui inúmeras dimensões.

Dentre a estas dimensões existe o “bullying”. Esse fenômeno de modo universal foi decorrente da dificuldade em traduzi-lo em diversas línguas. Durante a realização uma conferência internacional Online (“School Bullying and Violence”) em maio e junho de 2005, ficou caracterizado que o amplo conceito dado a palavra Bullying dificulta a identificação de um termo nativo correspondente de um país como Alemanha, França, Espanha, Portugal e Brasil entre outros. A pesquisa sobre bullying são recentes e ganharam desataques a partir dos anos 1990, principalmente com o autor Olweus(1993). (Hoel et. Al., 1999).

Compreender o bullying é um processo importante para o não desenvolvimento e a eliminação desde no contexto escolar. Segundo Rayner et. Al.(1997), a agressividade nas escolas é um problema universal. O bullying e a vitimação representam diferentes tipos de envolvimento em situações de violência durante a infância e adolescência.

Apesar dessa natureza complexa não podemos nos furtar a buscar sua compreensão e principalmente seus desdobramentos dentro do espaço e da cultura escolar. Os três fenômenos impactam na escola sentimentos e compreensões negativas, é necessário observar que eles são decorrentes do próprio desenvolvimento histórico da sociedade humana. Com relação à indisciplina escolar a repercussão desse fenômeno chega a provocar certo sofrimento entre os professores, até porque não há saída fácil para esse problema, haja vista que numa visão crítica e histórica as relações dentro da escola devem ser trabalhadas para a superação do controle, da vigilância e da rigidez hierárquica.

Não se defende neste trabalho uma retomada das relações autoritárias na escola como a única forma de superação do fenômeno da indisciplina. Não há saída fácil para essa equação, demandando a uma gestão escolar com base e fundamento num amplo processo de democratização das relações educacionais, ressaltando o conceito de Coutinho (2002) de que a democracia deve ser entendida como um processo, não como um estado, portanto não surge ou se constrói de forma espontânea, trata-se de um mecanismo social e intencional.

Com relação a esse aspecto Spósito (2001) considera que:

“... a gestão democrática poderá constituir um caminho real de melhoria da qualidade de ensino se ela for concebida, em profundidade, como mecanismo capaz de alterar práticas pedagógicas.” (p 54).

Para tanto, o presente trabalho de conclusão de curso foi dividido em cinco capítulos, a fim de entender como a violência e o bullying no âmbito escolar que afeta a aprendizagem do aluno. Na compreensão desses fenômenos escolar a discussão desenvolveu-se a seguir apresento o **sumário** do Trabalho, com seus respectivos capítulos.

No **Capítulo I**, intitulado Enquadramentos Teóricos, procuramos justificar a importância que atribuímos aos conceitos de violência, Bullying, o modo como estes são entendidos por diversos autores e relacioná-lo com vários aspectos

que consideramos fundamentais e pertinentes nomeadamente programa de prevenção e intervenção preventiva da violência escolar para obtenção de escolas seguras, bem como as diferentes formas em que o Bullying pode se apresentar. Ainda neste capítulo pretendemos enfatizar as definições sobre o termo violência e suas diferentes manifestações no contexto social e escolar.

O trabalho procura explicar a ideia de bullying, e violência no âmbito escolar, fazendo um enquadramento geral acerca do este é e suas teorias implícitas e suas relações com participação à convivência de bom relacionamento, com adaptações de comportamentos saudáveis, forte autoestima e auto-confiança em detrimento de comportamento problema.

O **Capítulo II**, Metodologia, apresentamos o problema de investigação, objetivos de estudos, métodos, instrumentos, procedimentos, métodos de amostragem, descrição dos participantes e universo de amostras.

No **Capítulo III**, apresentaremos os resultados obtidos como nosso estudo de investigação, que nos remete para uma análise descritiva e exploratória, realizada através de métodos de investigação quantitativos e qualitativos. Ainda neste capítulo na tentativa de avaliar a que os jovens das escolas públicas da zona oeste na cidade de Boa Vista Roraima, tem relativamente ao bullying – agressividade no âmbito escolar, como a violência ápice em foco. Estes jovens possuem em idade entre 15 a 18 anos, sendo frequentadores do Ensino Médio.

Apresentaremos alguns fatores que relacionado às causas do aumento da violência nas escolas através da abordagem por fatores de riscos que propõe uma análise do problema a partir da consideração dos diversos aspectos (sociais, econômicos, culturais, familiares, individuais e escolares) que podem contribuir para ocorrência de manifestações de violência nas escolas.

O **Capítulo IV**, apresenta a discussão dos resultados, através da análise e efetuada, quer pelas aplicações dos questionários (análise quantitativa) quer pela realização da observação em foco, (análise qualitativa) em confronto com a teoria pesquisada.

O **Capítulo V**, Apresentaremos uma síntese conclusiva acerca do nosso estudo, onde apresentaremos proposta de investigação futuras.

Nas considerações finais estão presentes algumas conclusões que este estudo possibilitou as respostas aos objetivos propostos e as alternativas encontradas para prevenir e reduzir a violências nas escolas.

CAPITULO I

1.1. TEMA

A VIOLÊNCIA E O BULLIYNG PRATICADO NO AMBITO ESCOLAR

1.2. DELIMITAÇÃO DO TEMA

A Violência e o Bulliyng Praticado no Âmbito Escolar de Três Escolas de Ensino Médio da Zona Oeste de Boa Vista- Roraima.

1.3. PLANEJAMENTO DO PROBLEMA

Dificuldade de Ensino e Aprendizagem em Ambiente Escolar Onde a Violência e o Bullying se Fazem Presentes.

1.3.1. Percepção do Problema

A violência e o Bullying presenciados ou vivenciados no lar muitas vezes se refletem no ambiente escolar da criança ou do adolescente ou do jovem, na forma de comportamentos agressivos ou apáticos. Além desses comportamentos, é possível que o estudante tenha seu rendimento escolar prejudicado, o que interfere no progresso de suas atividades escolares. Sem a devida percepção do ciclo de violência que se forma entre família, escola e sociedade, há o risco de analisarmos o comportamento dos estudantes de forma isolada e condenatória (NJAINÉ, MINAYO, 2003; VASCONCELOS, MALHEIROS, WERNER JR. *et al*, 2005).

As instituições de ensino, assim como diversos outros lócus sociais, vivem em meio às consequências da violência não só doméstica, mas também estrutural, de resistência e da delinquência. Na área da educação, assim como em outras, ela tornou-se tema de estudo e de preocupação dos profissionais, mas ainda é sensível o despreparo para lidar com situações de conflito nas salas de aula. Os profissionais da educação dispõem grande parte de seu tempo na tentativa de solucionar problemas relacionados à violência em sala de aula perdendo, assim, tempo para investir na realização de atividades educacionais. (ABRAMOVAY, VALVERDE, BARBOSA, AVANCINI *et al*, 2005).

Estes autores consideram ainda a convivência como um aspecto fundamental para a vida em sociedade, sendo, então, um dos propósitos de trabalho nas instituições de ensino, onde crianças e adolescentes permanecem durante várias horas do dia. Nesse sentido, os adultos envolvidos na formação de crianças e adolescentes devem estar preparados, contando com um suporte permanente para um trabalho dessa natureza. Entretanto, o que podemos perceber é que estes espaços, tão importantes da sociedade, padecem com a falta de estrutura física e material e de recursos humanos devidamente capacitados, em processo de educação permanente, para lidar com o fenômeno da violência.

Além do despreparo, há outros obstáculos para o manejo da violência no ambiente escolar pelos professores. Um deles é o desgaste ao qual são submetidos, como o cumprimento de longas jornadas de trabalho e excessiva exigência, levando-os a tomar atitudes, algumas vezes equivocadas, em salas de aula (BELINTANE, 1998; ANSER, JOLY, VENDRAMINI, 2003; GONÇALVES, 2005; LOUREIRO, QUEIROZ, 2005; OLIVEIRA, MARTINS, 2007).

Considerando que a violência e o bullying interferem no modo como ocorrem as relações interpessoais no contexto das escolas do ensino médio da Zona oeste de Boa Vista-Roraima dificultando o processo de ensino aprendizagem, e que ela se constitui em fenômeno historicamente determinado, essa temática deve ser considerada e trabalhada conjuntamente pelos diversos setores da sociedade.

A busca por parcerias tem sido a forma encontrada pela Saúde para trabalhar este tema, visando uma ação coletiva (KRUG, DAHLBERG, MERCY *et al*, 2002). Segundo Minayo (2005), a violência é entendida como algo que atinge diretamente indivíduos e coletividade, sendo um fator de impacto significativo na qualidade de vida das pessoas. Sua prevenção e controle podem ser manejados com a criação e implementação de políticas específicas e organização das práticas e dos serviços. (MINAYO, 2005).

Na percepção dos educadores, a violência se evidencia, de forma mais clara, na relação entre os alunos, estes é que são violentos. Tais educadores no geral, não se percebem promovendo atitudes de violência para com os alunos; é como se os professores, diretores e coordenadores pedagógicos fossem isentos de práticas violentas.

1.3.2. Perguntas de investigação

Como referido anteriormente, há um despreparo dos professores para lidar com situações de conflito em salas de aula; acresce-se que as escolas padecem com a precária estrutura física, falta de insumos e de recursos humanos capacitados para lidar com o fenômeno da violência junto aos estudantes e à comunidade escolar.

Assim, considerando que o professor também é responsável pelo que ocorre em sua sala de aula enquanto os alunos permanecerem na escola, que lida diretamente com situações que envolvem atos violentos e, sobretudo, que tem adoecido no exercício de suas funções, definiu, como objeto de estudo da presente pesquisa, as representações sociais da violência em contexto escolar para professores de três escolas públicas na zona Oeste da cidade de Boa Vista Roraima.

Nesse sentido, alguns questionamentos se esboçaram, suscitando reflexões para o delineamento da pesquisa: Qual a compreensão dos professores acerca da violência? Quais relações estabelecem entre violência e seu cotidiano de trabalho? Como lidam com aspectos da violência em seu contexto de trabalho? Que tipo de bullying os alunos vem sofrendo com frequência no âmbito escolar? Quais as maneira que o aluno tem sido Maltratado desde o ano passado? Por quanto tempo duraram os maus tratos?

1.3.2.1. Pergunta Geral

Com a finalidade de compreender como os profissionais de educação e alunos se portam diante da questão dos fenômenos da violência e o Bullying na escola, nos perguntamos: Em Boa Vista, os fenômenos Violência e o Bullying são encontrados nos âmbitos escolares e nos cotidianos das salas de aula? Como se apresenta e impactam os fenômenos da violência e o bullying sobre o aprendizado dos alunos?

1.3.2.2. Perguntas Específicas

- A escola é grande aliada na luta contra a violência?
- Existem diferentes formas de violência no contexto escolar?
- Quais as causas que levam a violência e o bullying nas escolas da Zona oeste de Boa Vista-Roraima?

1.4. OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO

Alicerçados nas questões de pesquisa que se delinearam e com vistas a propor subsídios para a proposição de ações de cunho social e de saúde que

possam provocar reflexão e mudanças no modo de lidar com a violência no ambiente escolar, propomos, para esta investigação, os seguintes objetivos:

1.4.1. Objetivo Geral

Averiguar e refletir sobre as causas da violência escolar em três escolas de ensino Médio da zona oeste da cidade de Boa Vista Roraima. E assim compreender os significados do fenômeno social do bullying nestas instituições públicas de ensino, sob a ótica de seus professores.

1.4.2. Objetivos Específicos

- Apresentar os conceitos e definições sobre os fenômenos da violência e o Bullying no contexto escolar, de acordos com autores que investigaram esses fenômenos;
- Analisar os significados de violência atribuídos por professores de três instituição de ensino público de Boa Vista Roraima;
- Compreender como os professores lidam com situações de violência vivenciadas no ambiente escolar.
- Observar a convivência e atitudes dos alunos no âmbito escolar, assim promover diálogo e a mediação;
- Proporcionar atividades pedagógicas que desenvolvam a afetividade e socialização.

1.5. JUSTIFICATIVA DE INVESTIGAÇÃO

As instituições de ensino, assim como diversos outros lócus sociais, vivem em meio às consequências da violência em seu âmbito social. A violência e o bullying na área da educação, assim como em outras, ela tornou-se tema de estudo e de preocupação dos profissionais, mas ainda é sensível o despreparo para lidar com situações de conflito nas salas de aula. Os profissionais da educação dispõem grande parte de seu tempo na tentativa de solucionar problemas relacionados à violência em

sala de aula perdendo, assim, tempo para investir na realização de atividades educacionais. (ABRAMOVAY, VALVERDE, BARBOSA, AVANCINI *et al*, 2005).

Estes autores consideram ainda a convivência como um aspecto fundamental para a vida em sociedade, sendo, então, um dos propósitos de trabalho nas instituições de ensino, onde crianças e adolescentes permanecem durante várias horas do dia. Nesse sentido, os adultos envolvidos na formação de crianças e adolescentes devem estar preparados, contando com um suporte permanente para um trabalho dessa natureza. Entretanto, o que podemos perceber é que estes espaços, tão importantes da sociedade, padecem com a falta de estrutura física e material e de recursos humanos devidamente capacitados, em processo de educação permanente, para lidar com o fenômeno da violência e o bullying.

Pareia a esse despreparo, outros obstáculos para o manejo da violência no ambiente escolar pelos professores. Um deles é o desgaste ao qual são submetidos, como o cumprimento de longas jornadas de trabalho e excessiva exigência, levando-os a tomar atitudes, algumas vezes equivocadas, em salas de aula (BELINTANE, 1998; ANSER, JOLY, VENDRAMINI, 2003; GONÇALVES, 2005; LOUREIRO, QUEIROZ, 2005; OLIVEIRA, MARTINS, 2007).

Considerando que a violência e o bullying interferem no modo como ocorrem as relações interpessoais no contexto escolar, dificultando o processo de ensino aprendizagem, e que ela se constitui em fenômeno historicamente determinado, essa temática deve ser considerada e trabalhada conjuntamente pelos diversos setores da sociedade.

São necessárias para contenção desse fenômeno, ações coletivas de órgãos competentes e pessoas especializadas, a busca por parcerias, aqui se abre espaço para o Sistema de Saúde, a profissionais psicológicos e terapeutas. Segundo Minayo (2005), a violência é entendida como algo que atinge diretamente indivíduos e coletividade, sendo um fator de impacto significativo na qualidade de vida das pessoas. Sua prevenção e controle podem ser manejados com a criação e implementação de políticas específicas e organização das práticas e dos serviços. (MINAYO, 2005).

Assim, o presente estudo justifica-se pela atual situação na qual se insere a relação estudante-professor; os conflitos não estão sendo trabalhados de forma adequada, sem resolução do problema, gerando desgaste dos professores. Além disso, com o programa Saúde na Escola, com vistas a integrar ações da educação e da saúde para trabalhar questões como a violência e a cultura da paz, os profissionais da Atenção Básica à Saúde podem ter, no professor, um importante aliado para o manejo de tais conflitos dentro da escola e ainda para intermediar e fortalecer o diálogo com as famílias.

A violência na escola associa-se a três dimensões sócias organizacionais distintas. Em primeiro lugar, à degradação no meio ambiente escolar, isto é, à grande dificuldade de gestão das escolas, resultando em estruturas deficientes. Em segundo, a uma violência que se origina de fora para dentro das escolas, por meio do intermédio da penetração das gangues, do tráfico de drogas e da visibilidade crescente da exclusão social na comunidade escolar. Em terceiro, relaciona-se a um componente interno, específico de cada estabelecimento, como demonstra Abramovay (2002, p. 231)

Há escolas que historicamente têm-se mostrado violentas e outras que passam por situações de violência. É possível observar a presença de escolas seguras em bairros ou áreas reconhecidamente violentas, e vice – versa, sugerindo que não há determinismo nem fatalidades, mesmo em períodos e áreas caracterizadas por exclusões, o que garante que ações ou reações localizadas sejam possíveis.

A citação acima demonstra que a segurança tem um papel importante e que não decorre de determinismo, nem fatalidades, mas ações desenvolvidas no próprio ambiente escolar. Observa-se hoje uma crescente preocupação de pais e educadores com as variadas formas no interior das escolas. Nesta perspectiva, existem diferentes formas de violência presentes no cotidiano escolar como segue, apoiado em Charlot *apud* Abromovay (2002, p. 69):

- violência: golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismo.
- incivildades: humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito;
- violência simbólica ou institucional: compreendida como a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos. Também o é a negação da

identidade e satisfação profissional aos professores, a sua obrigação de suportar o absentéismo e a indiferença dos alunos.

As ideias acima demonstram que existem diferentes formas de violência presentes no cotidiano das escolas, ressaltando-se, as agressões e ameaças a professores, feitas por alunos, as verbais, físicas ou psicológicas, sofridas por parte de profissionais que atuam nas escolas. As atitudes de violência geram insegurança no meio escolar considerando os crimes e delitos tais como os furtos, roubos, assaltos, extorsões, tráfico e consumo de drogas, entre outros, qualificados no código penal nesta instituição tanto pelo princípio dos direitos humanos.

Diante desses alicerces teóricos, nota-se que cada vez mais a violência vem causando à marca constitutiva séria a nova tendência juvenil, à destruição do outro, ao desrespeito e à negação do outro, podendo a ação situar-se no plano físico, psicológico ou ético. Os alunos demonstram comportamento e atitudes agressivas, ferindo tanto a integridade física, quanto psicológica de colegas e professores e outros servidores. Por esse motivo, faz-se necessário à investigação mais consistente das causas que levam a violência local também presentes nas escolas de Ensino médio da Zona oeste de Boa Vista Roraima, bem como, as possíveis alternativas para compreender e modificar essa situação.

Esta problemática, de certa forma, se reproduz na escola da cidade Boa Vista-RR, precisamente em três escolas públicas: a Escola América Ribeiro Sarmiento; a Escola Estadual Professor Severino Gonçalo Gomes Cavalcante; a Escola Estadual Professor Antônio Carlos Natalino, todas situadas nos Bairros³ da zona Oeste. Assim, o presente estudo justifica-se pela atual situação na qual se insere a relação estudante-professor; os conflitos não estão sendo trabalhados de forma adequada, sem resolução do problema, gerando desgaste dos professores.

CAPITULO II – MARCO TEÓRICO

2.0. BASE TEÓRICA E CONCEITUAL: A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

³ O bairro nasce através da proposta do Governador Ottomar de Sousa Pinto de criar conjuntos habitacionais, com o nome de Pintolândia (uma alusão explícita ao próprio governador). A princípio existia apenas o bairro Pintolândia, porém, como as notícias de que o governador estava doando terreno, casas e materiais de construção foram se espalhando, diversas pessoas foram atraídas para a área, fato que culminou com a expansão do bairro Pintolândia, gerando então os bairros Pintolândia I, II, III e IV. Hoje, denominados, Pintolândia, Dr. Silvio Botelho, Senador Hélio Campos e Santa Luzia, (JORNAL FOLHA DE BOA VISTA, 24/11/2008).

Primeiro, apresentaremos como alguns autores conceituam o fenômeno da violência nas escolas. Escolhemos aqueles que discutem a violência nas escolas tendo como ponto de partida a tese de que a escola tem como função principal a transmissão de conhecimentos sistematizados, contribuindo para formação do cidadão. Esses autores nos mostram que, quando há episódios de violência nas escolas, essas funções são abaladas. Ainda nesse capítulo, indicaremos o modo como se manifesta a violência dentro do ambiente escolar.

Um conceito básico de violência em geral é apresentado por Marilena Chauí (2003, p. 308), que afirma: “em nossa cultura, a violência é entendida como violação da integridade física e psíquica de alguém, da sua dignidade humana”. A violência se manifesta de diversas maneiras, o que implica em resultados ainda piores para quem é atingido.

O conceito de Chauí tem servido de base para os educadores formularem o conceito de violência nas escolas.

Para esclarecer as formas de violência que acontecem nas instituições escolares, Charlot (2002, p.2) nos traz três definições: a violência na escola, à violência da escola e a violência à escola.

A primeira, a violência na escola, é a que não tem vínculo com a instituição, ou seja, ela acontece no ambiente escolar, mas não tem relação com a educação. A segunda, a violência da escola, consiste na relação entre a ação e o tratamento que os estudantes suportam dos responsáveis pelo corpo da escola. Quanto à violência à escola, a terceira forma, tem como intenção atingir a instituição escolar e as pessoas que a representam.

Schilling (2008) também mostra diferentes formas de violência que ocorrem.

Primeiro: a violência à escola, realizada por ex-alunos que sentem que a escola é inútil. Ela também considera violência contra a escola é quando os governantes e gestores abandonam o prédio, quando há desvio de verbas, salários ruins, a não valorização dos docentes, etc.

Segundo: a violência da escola, que se apresenta com todas as formas de discriminação, de não ensinar, ou seja, uma instituição sem o compromisso com a aprendizagem, ou as ações agressivas que podem ocorrer entre os alunos e também com alunos e professores.

Terceiro: a violência na escola relacionada aos prédios abandonados, depredações, professores desmotivados, roubos, furtos, agressões, ameaças e brigas. Este tipo de violência vem também de conflitos gerados em casa ou na comunidade, no qual as crianças por serem vítimas acabam sofrendo interferências no dia a dia da escola, assim há necessidade de uma conexão, um elo entre professores e alunos.

Percebe-se que Charlot e Schilling possuem formas parecidas de conceituar a violência escolar.

Vera Candau (2000) que também estuda esta temática, afirma que quando o bairro tem um índice elevado de violência, acaba assustando o corpo da escola que vem de fora, de outras localidades. É difícil chegar, entrar na escola, permanecer e sair dela. Para Candau (2000, p. 6) “muitas vezes, tais ocorrências associadas às agressões [...] às escolas, provocam medo, sentimento de impotência e angústia nos(as) educadores(as)”. A autora chama a atenção para a banalização da violência propagada pela mídia:

[...] a banalização da violência pelos veículos de comunicação, principalmente a TV, a discriminação sexual, a violência contra a mulher e contra a criança na família ou na sociedade e a agressão aos semelhantes com palavras e atitudes, por motivos banais do cotidiano. (CANDAU, 2000, p. 7).

O excerto acima mostra que a ênfase dada aos atos violentos nas instituições escolares pela mídia, reforça a violência e, os estudantes ao perceberem o quanto é valorizado aquele ato, tendem a gostar de aparecer na mídia e ficar em evidência.

Já os que não estão fazendo parte do noticiário, o querem fazer, é neste momento que muitos optam por fazer atrocidades com outros alunos, professores e também depredando os prédios escolares. Assim, as ações passam a serem situações de normalidade pela sua frequência.

Para Sposito (1998, p. 73) a escola tornou-se violenta por não estar respondendo mais às necessidades de aprendizagem dos alunos. Para a autora:

A violência seria apenas a conduta mais visível de recurso ao conjunto de valores transmitidos pelo mundo adulto, representados simbólica e materialmente na instituição escolar, que não mais respondem ao seu universo de necessidades.

Sposito (1998) segue dizendo que as crianças não se importam com a alfabetização e não conseguem entender porque tem de aprender aqueles conteúdos que não são nada interessantes, então “[...] os alunos estão na escola, mas são pouco permeáveis à sua ação” (SPOSITO, 1998, p. 73).

De acordo com Guimarães (1996, apud AQUINO, 1998, p. 10) há um acúmulo de violência nas escolas, que não são apenas vindas de fora para dentro, mas produzidas também pela escola. As instituições se apropriam do que a sociedade produz (violência) e são transmitidas nas escolas, com autoridade e força. “É importante argumentar que, apesar dos mecanismos de reprodução social e cultural, as escolas também produzem sua própria violência e sua própria indisciplina” (GUIMARÃES, 1996).

Para Aquino (1998, p. 10) não se pode afirmar que aquilo que acontece no interior das escolas é apenas o reflexo do que ocorre fora dela. Para ele, a violência escolar é uma adaptação da violência fora da escola, uma nova versão. Em suas palavras:

[...] é mais do que evidente que as relações escolares não implicam um espelhamento imediato daquele extraescolar. Ou seja, não é possível sustentar categoricamente que a escola tão-somente “reproduz” vetores de força exógenos a ela. É certo, pois, que algo de novo se produz nos interstícios do cotidiano escolar, por meio da (re)apropriação de tais vetores de força por parte de seus atores constitutivos e seus procedimentos instituídos/instituintes.

Ainda de acordo com Aquino (1998, p. 8), a escola passou a ser vista como um campo de batalhas, no qual os educadores passaram a manifestar sua insatisfação, ao invés de transmitir conhecimentos e difundir ideias. Para Aquino:

A imagem, entre nós já quase indica, da escola como *locus* de fomentação do pensamento humano – por meio da recriação do legado cultural – parece ter sido substituída, grande parte das vezes, pela visão difusa de um campo de pequenas batalhas civis; pequenas, mas visíveis o suficiente para causar uma espécie de mal-estar coletivo nos educadores.

Para o autor, quando o indivíduo é forçado a fazer algo ou não fazer, o mesmo está sendo violentado, está sendo forçado a contrariar suas vontades (AQUINO, 1998, p.14). É inegável que ao executar alguma ação fora de seus interesses o sujeito pode fazer, mas é humilhante e causa uma sensação de mal estar.

A escola está sempre impondo atitudes comportamentais, porque não tentar negociar algumas das normas institucionais com pais e filhos, porque a família deve participar da vida escolar de seu filho.

Em nossa experiência em campo notamos a existência de famílias que consideram seu filho como tal apenas em um curto intervalo de tempo, ou seja, quando ele não está na escola. Para esta família, a escola é inteiramente responsável por seu filho, bem como por todas as suas atitudes para formação e educação dos mesmos. Geralmente a família não quer se envolver, não tem interesse em saber se o filho está aprendendo ou não, não aparece na escola nem quando é solicitado, há total falta de interesse pela família. Os alunos sentem esse distanciamento, o que configura numa falta de amor, afetando o psicológico dos jovens.

Para Aquino (1998) não somos iguais, somos seres pensantes e temos objetivos e vontades diferentes um do outro, o autor refere-se a padronização do ser humano, ou seja, para ele, não somos iguais e assim na sociedade atual e na escola não nos é permitido ter vontade própria, não é permitido querer algo que sai da linha determinada pela sociedade. A escola formata, padroniza. Para Aquino (1998, p. 11):

O sujeito concreto, enquadrado em determinadas coordenadas institucionais específicas, não pode ser encarado como um protótipo individual de uma suposta "natureza humana padrão", tomada como modelo universal, ideal e compulsório, que não comportaria idiosincrasias (tomadas, por vez, como desvio, anomalia, distúrbio)

Quando o aluno sofre, devido a um clima pesado em casa, ou problemas familiares em geral, ele chega à escola e não encontra nada que promova bem estar, então, por meio de atitudes indisciplinadas e agressivas tanto de forma verbal quanto física, começa a exteriorizar seus conflitos pessoais. Mas para aquele que é agredido, a escola é o local de tortura, pois ele sabe que pode vir a sofrer agressões novamente, então nem o agressor e nem o agredido estão em condições psicológicas adequadas para aprender.

Observamos que Aquino envereda por explicações mais psicologizante sobre a origem da violência escolar, enquanto Charlot, Schilling, Candau e Sposito procuram mostrar o aspecto social que influencia a produção da violência nas escolas.

Pensamos que aos fatores sociais devem se somar os fatores psicológicos que possam advir da desagregação familiar ou em decorrência de outras situações.

Todos eles estão na origem desse fenômeno tão complexo que é a violência que ocorre nas escolas. E, de fato, ela provoca impacto no desempenho dos alunos.

2.1 VISÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SOBRE A VIOLÊNCIA

A violência representa agressão física, simbolizada pelo estupro, brigas em família e também a falta de respeito entre as pessoas. Para a escola violentar é romper a liberdade e os direitos do cidadão. É alguém que passa dos limites e invade a privacidade do outro. É a falta de solidariedade e o desrespeito aos direitos humanos. É a agressão física, psicológica, sexual e moral. A visão da escola sobre a violência resumidamente é a compreensão como descumprimento das leis e da falta de condições materiais da população, associando à miséria, à exclusão social e ao desrespeito ao cidadão: É atingir o direito do outro, o direito de viver, de trabalhar.

É o descumprimento das leis em todos os sentidos. A ênfase dada à importância dos meios de comunicação de defesa nos parece merecer uma maior atenção por parte dos educadores, haja vista que a televisão é um veículo de comunicação que está presente em quase todas as residências de diferentes camadas sociais. De certa forma, as explicações sobre a definição de violência vêm sendo destacado neste estudo respaldando-se nos autores que se voltam para problemática, como segue: Violência é o emprego desejado de agressividade com fins destrutivos. Agressões físicas, brigas, conflitos podem ser expressões de agressividade humana, mas não necessariamente expressões de violência. Na violência a ação é traduzida como violenta pela vítima, pelo agente ou pelo observador.

A violência ocorre quando há desejo de destruição (in: FUKUI *apud* SACAVINO, 1999, p. 142). Neste sentido, a marca constitutiva da violência seria a tendência à destruição do outro, ao desrespeito e à negação do outro, podendo a ação situar-se no plano físico, psicológico ou ético.

Seja no âmbito da família ou da escola, estão implícitas relações que podem gerar situações específicas de conflito, as quais, em determinados casos, também podem contribuir para a manifestação de atos violentos.

Nesse sentido, os serviços de saúde podem se constituir em elo importante na intermediação desses conflitos, atuando de modo educativo e preventivo tanto na escola quando nos domicílios. Para um melhor entendimento dessa premissa, buscamos, na literatura, por elementos que possibilitassem embasamento teórico e conceitual para análise do material coletado e melhor compreensão do objeto de estudo da presente pesquisa. Para tanto, discutimos a questão da violência de modo a permitir correlações entre família, escola e os serviços de saúde no contexto da violência.

Para Aquino (1998), o modo de pensar a violência no contexto escolar parece seguir duas tônicas, uma de cunho sociologizante, em que ela seria resultado de determinações macroestruturais, e outra com base clínico-psicologizante, que tende a pontificar um diagnóstico de caráter evolutivo, quando não patológico, de quadros ou mesmo personalidades violentas que influenciariam as relações no contexto escolar. Nessas duas correntes, a violência é colocada como um resultado exógeno à prática institucional escolar, ora associada às raízes políticas, econômicas e culturais, ora à estruturação psíquica prévia dos personagens envolvidos.

No entanto, situada no contexto educacional, não apresenta consequências exclusivamente exógenas; a própria conjuntura escolar, muitas vezes comporta mecanismos geradores de violência. Alguns aspectos específicos podem ser citados como, por exemplo, a autoridade que é impressa ao papel dos adultos da escola, que, por si só, não ocorre de forma democrática e isenta de certa parcela de violência.

Os conteúdos trabalhados também muitas vezes são inadequados, a infraestrutura das escolas é, em sua maioria, precária, existe falta de capacitação dos

professores, baixos recursos destinados à educação e inexistência de um manejo eficaz de conflitos dentro da escola. Esses fatores podem levar ao aumento de comportamentos de indisciplina e violência e devem ser encarados, de forma conjunta, pelos principais envolvidos: família, escola, saúde e sociedade (AQUINO, 1998; UNESCO, 2003; BRINGIOTTI, KRYNVENIUK, LASSO, 2004; MIRANDA, 2004).

Além dos fatores já citados, no que se refere às relações no ambiente escolar, devemos considerar aspectos da estrutura social, nos quais as desigualdades foram perpetuadas ao longo da história do Brasil. A esse cenário, acresce-se a falta de preparo dos professores e a diferenciação social, o que leva a preconceitos e imposições de padrões que não são a realidade do aluno, prejudicando sua autoestima e dificultando o bom relacionamento na escola (ABRAMOVAY, VALVERDE, BARBOSA, *et al* 2005).

Sobre a influência que a escola sofre por parte da sociedade, Charlot (2002) afirma que os alunos de classes populares depositam, na escola e no professor, toda a responsabilidade por seu futuro e inserção profissional e social. A escola, dessa maneira, perde a imagem ligada ao prazer e passa a ser local do “ter que” estudar para não reprovar. Torna-se ainda parte de um processo passivo, onde o aluno só ouve o que o professor tem a dizer, fazendo com que o alvo de avaliação seja o professor. Para Charlot (2002), esse processo todo já é grande ponto de tensão a ser considerado no cotidiano dessas instituições.

Segundo Castro, Regattieri (2010), o modelo da escola contemporânea do Brasil tem suas raízes no início da República, calcado nos valores da cultura europeia, de conteúdo livresco e aristocrático. Havia também, no ideário republicano, a necessidade de delegar à instituição escolar a instrução básica das crianças, desqualificando o papel da família. Esse modelo manteve e reforçou a divisão entre ricos e pobres.

Cruz Neto, Moreira (1999) citam o tipo de violência dito estrutural e o conceituam como:

[...] os mecanismos pelos quais o Estado, em seus diferentes níveis e poderes, restringe o acesso da grande maioria da população aos direitos básicos que lhe proporcionariam uma vida digna, gerando

assim um grave quadro de exclusão social (CRUZ NETO, MOREIRA, 1999, p.36).

A expressão desse tipo de violência reside, então, na necessidade do estudante de trabalhar muito cedo para ajudar a família, perdendo, assim, a oportunidade de investir em seus estudos, praticar esportes ou ter atividades de lazer. Podemos citar também, como forma de violência estrutural na escola, a precariedade em que o processo de ensino-aprendizagem se desenvolve e expressa na falta de estrutura física das escolas, de metodologias mais atrativas e inclusivas aos alunos, por exemplo.

2.2 A Violência no Âmbito da Família e Escolar

Aquino (1998) caracteriza instituição como sendo o conjunto de relações ou práticas sociais com tendência à repetição, daí sua legitimação. Além disso, ela existe em nome de algo e se justifica apenas pela ação de seus agentes e clientela. Assim, a escola e a família, enquanto instituições sociais têm, em seus membros, sua finalidade maior, sem os quais sua existência não teria sentido.

A família tem função importante no processo de formação do sujeito e em sua socialização. Para Setton (2002), ela é o primeiro meio socializador do ser humano, desempenhando esse papel de duas maneiras: em suas relações indenitárias, afetivas e morais entre seus membros, e transmitindo um patrimônio econômico e cultural. Dessa forma, a família proporciona ao indivíduo uma mentalidade hierárquica de gênero e geração, além de um nome, uma religião e uma cultura próprios.

Sua configuração, bem como os papéis desempenhados por seus membros, sofreu e sofre mudanças ao longo do tempo, de acordo com o contexto político e econômico da sociedade.

O modelo patriarcal, segundo o qual mãe e filhos são subordinados à autoridade do pai, considerado responsável pelo sustento da casa consolidou-se com a Revolução Industrial. O modo de produção capitalista exigiu a preservação da força de produção. Assim, a família, nos moldes patriarcais, passa a ser de grande serventia, pois o pai poderia trabalhar na indústria, a mãe cuidaria da casa e dos filhos

e, a esses, caberia a tarefa de serem educados e disciplinados (GOMES, DINIZ, ARAÚJO *et al*, 2007; OLIVI, FONSECA, 2007; MARTINS, FERRIANI, 2008).

Nos séculos XIX e XX, foi comum a discussão da crise da estrutura familiar. Na década de 1970, com o feminismo, a mulher passou por um processo de autonomia e liberdade sexual com o aperfeiçoamento dos métodos anticoncepcionais e da inseminação artificial, na década de 70. Foi, então, possível para a mulher escolher se desejava ter filhos, quando e como tê-los (MARTINS, FERRIANI, 2008). Já na década de 1990, a concepção contemporânea de família surgiu com novos modelos de convivência familiar, sinalizando para uma nova configuração entre seus membros, baseada não só na consanguinidade (SETTON, 2002).

Em 2002, o Novo Código Civil possibilitou um avanço no processo democrático, quando a palavra “homem” foi substituída por “ser humano”, conferindo, às mulheres e aos homens, direitos iguais sobre a guarda de filhos ou na adoção do sobrenome do parceiro (MARTINS, FERRIANI, 2008).

Segundo o IBGE, alguns fatores têm contribuído para mudanças nas famílias, de forma que os laços que envolvem seus membros se tornem cada vez mais frágeis, expressos em adiamento do casamento, crescente número de famílias monoparentais, falta de tempo e aumento do individualismo (IBGE, 2009).

Associado a esses fatos, na infância e, em especial, na adolescência, o ser humano passa por uma fase de mudanças em sua forma de ver o mundo e seu papel na sociedade, sendo fundamental, para pessoas nessas faixas etárias, uma base sólida de relações saudáveis na família. Na fase adulta, além de sofrer influências das relações vivenciadas em seu núcleo familiar, esse indivíduo exercerá influência sobre outros, já que ele determina algumas das características da sociedade e sofre influências desses mesmos padrões (TEIXEIRA, 1996; CALIMAN, 2006).

Na cultura familiar, difundida ao longo das gerações, é aceitável o controle por meio da violência e de sua ameaça pelos homens para com as mulheres, dos mais ricos ou privilegiados para com os pobres e desfavorecidos, e dos adultos para com as crianças.

Nas escolas, o mesmo ocorre entre adultos e crianças. Por sofrerem violência, seja em casa ou na escola, as crianças passam a considerar que ela é permitida, um meio de controlar os que julgam mais fracos e pacíficos (PINHEIRO, 2006; GOMES, DINIZ, ARAÚJO *et al*, 2007)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) estabelece em seu Artigo 101 que quando da violação de direitos causados por atos praticados pelos menores é passível de medidas sócio-educativas que restaurem o equilíbrio. A Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo fundamenta:

O ECA prevê medidas de proteção – artigo 101, aplicáveis as crianças e aos adolescentes com direitos violados e/ou na iminência de os serem e as medidas sócio-educativas, aplicadas no artigo 112 e seguintes, que podem valer-se das práticas restaurativas. Na prática do ato infracional, as autoridades – representante do Ministério Público, anteriormente ao procedimento e o Juiz de Direito -, durante o processo – podem promover a participação do adolescente, de sua família e da vítima, na busca de uma efetiva reparação dos danos e de uma responsabilização consensiosa do adolescente infrator. (Coordenadoria da Infância e Juventude, 2010)

Para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança é a pessoa com até doze anos de idade incompletos (ou seja, 11 anos, 11 meses e 29 dias); adolescente é aquela entre doze e dezoito anos de idade (ECA-90). Ainda no Estatuto, em seu artigo 17, é assegurado o direito ao respeito, considerado como a “inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais” (ECA-90, p.13564).

O artigo 53 da ECA garante à criança e ao adolescente o direito à educação, visando seu pleno desenvolvimento, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (ECA-90). Já o artigo 56 dispõe que os responsáveis pela direção das escolas de ensino fundamental devem comunicar ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos (ECA-90). Dessa forma, é garantido, na legislação brasileira, o papel da escola na detecção da violência, bem como a existência de parceiros para esse trabalho.

A escola é grande aliada na luta contra a violência, seja ela a doméstica ou não, uma vez que proporciona às crianças e a seus pais instrumentos e habilidades para a negociação de conflitos, além de ter um contato mais próximo com estudantes; assim, tem possibilidades para perceber se alguma coisa não está bem na dinâmica familiar. Percebe-se, porém, que, na maioria dos casos, a escola, além de ter a violência arraigada em sua cultura, não se utiliza de parcerias, deixando crianças e adolescentes à mercê de novas agressões e negligências (PINHEIRO, 2006; COSTA, CARVALHO, BÁRBARA *et al*, 2007).

Se o estudante tem sucesso nos estudos, tanto a escola quanto a família querem ser considerados responsáveis por esse mérito. Entretanto, quando os profissionais da escola não conseguem mais lidar com o comportamento ou com a dificuldade de aprendizagem dos alunos, tendem a recorrer aos pais. Se o estudante apresentar dificuldades, delegam aos pais a responsabilidade por elas. Por outro lado, os pais, as autoridades escolares e a mídia culpam os professores pelo fracasso escolar (CARVALHO, 2004; CASTRO, REGATTIERI, 2010).

Percebemos, assim, que as relações entre família e instituição de ensino são permeadas por processos de significados delicados e, ao mesmo tempo, muito importantes por nortear as ações da escola e da família.

Segundo Abramovay, Valverde, Barbosa (2005), quando os pais se omitem da responsabilidade da educação dos filhos, a escola também é abandonada, sob várias perspectivas. Para esses autores, os professores a abandonam quando não mais a vêem como espaço de atitudes baseadas na razão, na palavra e em iniciativas antiviolença; os alunos, quando se esquecem da importância da juventude na luta por mudanças sociais; já a sociedade, quando se acomoda, criticando pessoas e papéis específicos (professor, escola, aluno) e omitindo a relevância do contexto social.

Para Setton (2002), a escola ainda é uma instituição do saber e da produção do conhecimento, mas não manteve o papel de organizadora face à variedade do público presente na escola contemporânea e por não estar preparada para tal fenômeno. Assim, ela também vai perdendo cada vez mais seu poder de socializadora (SETTON, 2002).

As atitudes das crianças e adolescentes, na maioria das vezes, são reflexos da vida experienciada em casa; além disso, o número de crianças que têm comportamento agressivo está aumentando, o que também pode ser reflexo da competitividade acentuada promovida pelo capitalismo e da situação de pobreza vivida por muitos brasileiros (NJAINÉ, MINAYO, 2003; LOPES NETO, 2006).

As transformações pelas quais a sociedade passa se refletem na escola e, dessa forma, a violência urbana está inculcada na escola por meio de suas várias faces (IAROCZINSKI, SILVA, 2008).

Vemos, então, que tanto a família quanto a escola possuem funções importantes na disciplina e educação de crianças e adolescentes, mas essas funções têm se confundindo ao invés de se complementarem, o que acaba prejudicando possíveis iniciativas de trabalho conjunto contra a violência e demais interesses dos estudantes.

Ao pensar a indisciplina e a violência no âmbito da educação, ocorreu-nos a necessidade de elaborarmos uma indagação acerca das possibilidades de superação desses fenômenos. Não significa que podemos negá-los aleatoriamente ou mesmo considerá-los como fenômenos estranhos às relações sociais historicamente construídas. Há momentos em que tanto a indisciplina, quanto a violência podem ser consideradas legítimas, há inúmeros fatos históricos em que a violência foi o único recurso legítimo de defesa de determinadas sociedades.

Enquanto a ilegalidade é a essência do governo tirânico, o terror é a própria essência do domínio totalitário. Tal regime não abole somente a liberdade pública, mas visa à eliminação total da espontaneidade nela mesma e, contrariamente à tirania que autoriza ainda a ação motivada pela crença, o totalitarismo consegue suprimir toda a ação.

(...) O primeiro traço da dominação totalitária é a destruição das redes de comunicação que prendem o homem a um tecido sociopolítico, a fim de promover a mobilização das massas despolitizadas. (SOUKI, 1998, p.57)

Tendo a educação como um processo de construção de sociabilidades torna-se fundamental compreendermos de que forma essa relação se constitui na escola, quais as possibilidades e limites para a superação crítica da indisciplina e mais ainda da violência no ambiente escolar.

2.2.1 Violência e Escola

Ao contrário da indisciplina o tema da violência, e sua permeabilidade na escola decorrem de processos sociais mais amplos, complexifica-se na medida em que seus desdobramentos são mais consequentes, ou seja, mobilizam uma estrutura social punitiva e de atendimento a saúde. “A violência, por sua vez, seria caracterizada por qualquer ato violento que, no sentido jurídico, provocaria, pelo uso da força, um constrangimento físico ou moral”. (GUIMARÃES, 2004, p.73)

É inegável que a instituição escolar não pode se eximir de sua responsabilidade sobre a discussão, reflexão, compreensão e mesmo o enfrentamento com relação à violência. Por outro lado compreende-se que a violência é um processo histórico, logo se pode afirmar que não há surpresa sobre a presença desse fenômeno na instituição escolar. Ao mesmo tempo pode-se considerar que a instituição escolar possui possibilidades e limites para desenvolver um trabalho educativo sobre esse fenômeno. Há inúmeras questões que podem ser tomadas numa perspectiva histórica sobre a violência, interessa-nos nesse instante nos ater sobre esse fenômeno e seu desenvolvimento na sociedade.

Atualmente, passa-se por um processo de banalização da violência, que corresponde não só a perda do monopólio do Estado sobre esse elemento constitutivo da sua soberania e a ruptura dos processos de pacificação social estabelecidos segundo regras de convivência social, mas também à pulverização da violência entre civis, ao armamento individual e das organizações internacionais do crime, ao lucro das empresas de segurança, etc. (MADEIRA, 1999, p.51)

A prática educativa possui uma condição imanente de se propor ao pensamento, essa condição se reflete sobre a violência na escola e a partir desse processo buscar superá-la numa perspectiva crítica. Tem-se a concepção da violência na escola como um mal para a prática educativa, nesse sentido busca-se

compreendê-lo como algo que desencadeia relações que negam o trabalho escolar. Trata-se de um processo de desumanização do indivíduo, enquanto que no contexto do processo de educação o movimento que a prática escolar realiza é radicalmente diferente, ou seja, a educação é inexoravelmente um processo humanizante.

A violência envolve fatores sociais muito complexos. Os vários setores da sociedade possuem visões diferentes acerca do tema, o que lhe confere um caráter multiconceitual. Nesse estudo, não se pretende esgotar a discussão de todos os tipos de violência e conhecimentos que cercam o fenômeno, mas é de extrema importância abordar alguns de seus aspectos, conceitos e classificações.

A violência é um fenômeno que ainda carece de uma definição, apesar de inúmeras tentativas nesse sentido por parte de vários autores. Consideramos importante a afirmação de Minayo (2005) de que a violência sempre passa pelo julgamento moral da sociedade e que essa sociedade a vê de acordo com sua realidade e como ela se apresenta no dia-a-dia. Assim, percebe-se que a violência, para o senso comum contemporâneo, está baseada na questão criminal e delinquencial, com suas manifestações física, econômica e moral (simbólica) (MINAYO, 2005).

Uma visão reducionista faz com que seu controle se restrinja a uma questão de segurança pública e repressão policial a grupos específicos, como moradores de bairros periféricos, pobres e marginais (CRUZ NETO, MOREIRA, 1999; GOMES, FONSECA, 2005).

Segundo Gomide (2000), algumas de suas expressões são consideradas aceitáveis pela sociedade e fazem parte da conjuntura atual. São consideradas pró-sociais, exemplificadas em comportamentos como a violência de policiais a grevistas ou no uso de treinamentos de recrutas do exército. A mesma autora considera que mesmo que a sociedade posterior ao séc.XX tenha características sociais violentas, aceitar a agressão pró-social ou qualquer outro tipo é legitimar a violência como sendo consubstancial à sociedade.

Para Minayo (2005), há a violência que está interiorizada na consciência, relacionada à negação de direitos, um instrumento de poder, portadora

de especificidade histórica. Para a autora, é importante também citar, como formas de violência, a negligência e a omissão para “se desnaturalizar processos estruturais e atitudes de poder” (MINAYO, 2005, p.19). Dessa maneira, ampliar seu conceito torna possível um olhar mais rigoroso em direção ao problema e impede que este seja reduzido ao aspecto físico.

Para Flores (2002), os comportamentos são a matéria bruta da evolução e a teoria evolutiva explica como o ambiente e a cultura determinam como ocorrerá o desenvolvimento cerebral em cada indivíduo. Sendo assim, a violência seria algo aprendido na sociedade e, portanto, passível de prevenção.

Alguns autores consideram importante diferenciar violência de agressividade, termos usados, muitas vezes, como sinônimos, pois, dessa forma, desnaturaliza-se a violência, para que não seja considerada como normal e intrínseca ao ser humano, e despatologiza-se a agressividade, para que não haja repressão de um processo que faz parte do desenvolvimento humano e que pode ser trabalhado (ANDRADE, BEZERRA JR, 2009).

Para Charlot (2006, p.22), ela é considerada como “um ato, uma palavra, uma situação, etc., em que um ser humano é tratado como um objeto, sendo negados seus direitos e sua dignidade de ser humano, de membro de uma sociedade, de sujeito insubstituível”. A ausência do Estado junto à grande parte da população influencia, sobremaneira, o modo como essas pessoas irão perceber suas vidas e conviver em sociedade.

Um tipo de violência que deve ser mencionado é a chamada violência simbólica, a qual, para Gomes, Fonseca (2005), está associada à coerção por significados simbólicos construídos e disseminados pela sociedade. Esse tipo seria marcado pela cumplicidade de quem a sofre; nem o autor da coerção percebe fazê-la uma vez que é uma luta entre as classes sociais, encoberta pelo desconhecimento social.

Para Castel (2005), a insegurança social, considerada pelo autor como a falta de proteção civil e social, não vem acidentalmente e de maneira abrupta; ela é consubstancial à relação interpessoal e importante para a formação da

sociedade. Porém, o mesmo autor pondera que a sociedade civil torna-se uma ameaça se não fizer uso de meios para harmonizar essa insegurança, a qual engloba interesses e poderes individuais. Desse modo, é necessário que o Estado defenda a propriedade do indivíduo, seja ela bens materiais ou de sua individualidade, para que exista a liberdade das pessoas e, conseqüentemente, o controle da insegurança social (CASTEL, 2005).

De acordo com Carreiro (2003), na sociedade, os integrantes de categorias desfavorecidas são expostos, de forma acentuada, a situações de humilhação, desvalorização e constrangimento. Esses indivíduos não experimentam, da mesma forma que os demais, o sentimento de pertença social, não se percebem incluídos na sociedade, o que faz com que usem de violência para expressar tal exclusão. (CARREIRO, 2003).

A saúde pública, tal como está inserida nesse imbricado contexto desde a década de 1980, tem colaborado para a busca de melhor entendimento e manejo da violência (KRUG, DAHLBERG, MERCY *et al*, 2002). Em 1996, na 49ª Assembléia Mundial de Saúde, é declarada como um dos principais problemas de saúde pública em nível mundial. Nessa mesma assembléia, é solicitado à OMS um relatório sobre a situação da violência no mundo bem como a implementação de campanhas para reduzi-la, em parceria com governos, autoridades e organizações (KRUG, DAHLBERG, MERCY *et al*, 2002).

No relatório da OMS, é conceituada como “o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação de liberdade” (KRUG, DAHLBERG, MERCY *et al*, 2002, p.6).

Os Comportamentos violentos que estão causando tantas preocupações e apreensão tanto as IEM e OMS resultam da iteração entre o desenvolvimento individual e os agentes sociais, como a família, escola, comunidade e Estado, classifica a violência em três tipos: violência dirigida a si mesmo, auto infligida, sendo subdividida em comportamento suicida e auto abuso; violência interpessoal, também subdividida em violência da família e de parceiro (a) íntimo (a)

e violência comunitária; e violência coletiva, com as subcategorias sociais, política e econômica. Quanto à natureza dos atos violentos, ela é considerada como física, sexual, psicológica e a que envolve privação ou negligência (KRUG, DAHLBERG, MERCY *et al*, 2002).

Para Minayo (2005), a área da Saúde a concebe segundo a perspectiva de que o mais importante é trabalhar a promoção da vida e sua qualidade ao invés do uso da repressão ou imposição com a finalidade de comprimir a violência. Para a autora, os estudiosos da saúde entendem que:

(...) o lócus de expressão dessas subjetividades é o contexto histórico-social, cujas particularidades biológicas encontram as idiosincrasias de cada um e se redefinem nas condições emocionais e socioculturais em que as pessoas crescem e desenvolvem (MINAYO, 2005, p.79).

Dessa forma, nesse estudo utilizamos, como lente analítica dos dados, o conceito de violência no qual o contexto do indivíduo influi, diretamente, no comportamento por ele apresentado e que a violência pode se expressar de várias formas, onde agressores e agredidos são vítimas.

Na área da Educação, a temática também tem sido foco de discussões que ultrapassam a esfera biológica, atingindo o campo psicoemocional e social. No estudo realizado por Pinheiro (2006), foi evidenciado que na escola a violência contra a criança pode gerar diferentes impactos na saúde: físicos, por meio de ferimentos leves ou graves, ou até deficiência permanente ou de longo prazo, bem como contusões, fraturas e mortes por homicídio ou suicídio. Impacto psicológico, incluindo problemas de desenvolvimento emocional, transtornos mentais, que afetam o campo comportamental, e a agressão sexual, que pode levar à infecção por HIV/AIDS e doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce.

Na questão de gênero, os meninos tendem a apresentar mais comportamentos agressivos, enquanto as meninas tendem a introjetar as dificuldades e somatizá-las. Esse fato pode estar relacionado ao modo como eles são educados, para serem mais fortes e, elas, para expressarem mais os sentimentos (SAUD, TONELOTTO, 2005).

Atualmente falar de violência escolar é também falar de Bullying, nesse sentido compreender o Bullying é um processo importante para o não desenvolvimento e eliminação desde em contexto escolar. Segundo Rayner et. al.(1997) a agressividade nas escolas é um problema universal. Compreender esse tipo de violência é importante para combater-lo e extingui-lo do âmbito escolar.

2.2.2 Bullying e Escola

Um tipo de violência muito presente no contexto escolar e que pode ser considerado como parte da violência simbólica, é a prática do *bullying* e *cyberbullying* (*bullying* pela internet ou telefone celular). O *bullying* é um termo inglês usado dessa forma devido à dificuldade de se adequar, ao português, todas as situações abrangidas pelo termo original. Mesmo assim, são usados vários sinônimos como: zoar, intimidar, humilhar, ameaçar, agredir, furtar, excluir ou difamar (LOPES NETO, 2006; PINHEIRO, 2006; TRAUTMANN M., 2008).

O bullying e a vitimação representam diferentes tipo de envolvimento em situações de violência durante a infância e adolescência. A vitimação do Bullying ocorre quando uma pessoa é feita de receptor do comportamento agressivo de outra pessoa mais “poderosa”. Tanto o Bullying e a vitimação tem consequências negativas e imediatas e tardias sobre todos os envolvidos: Agressores, Vítimas e Testemunhas. (Rayner et. al.1997).

O termo *bullying* foi adotado por Dan Olwues, numa de suas investigações sobre tendência suicida em adolescente. Bullying é toda violência não física, todo tipo de agressão e condutas verbais, desde os simples insultos, a fazer piadas e gozar do outro. OLWUES definiu Bullying como: “Um aluno que está a ser provocado/Vitimado, repetidamente e ao longo do tempo, a ações negativas da parte de uma ou mais pessoas”.

Bullying está ligado a um contexto de submissão-opressão, no qual os responsáveis pela coação desenvolvem atitudes repressoras de diversas naturezas, como psicológica e física, com determinada frequência, na busca pelo poder. Criam, assim, um ambiente de tensão, medo, ansiedade e desvalorização de

indivíduos que não correspondem aos padrões pré-estabelecidos e seguidos pela maioria.

A reforçar a sua definição o Bullying é caracterizado por seguintes critérios:

a) A internacionalidade do comportamento (De Haan, 1997; Olweus 1993; Pereira et, al., 1994), isto é, o comportamento tem um objectivo é que provocar o mal-estar e ganhar controlo sobre outra pessoa;

b) O comportamento é conduzido repetidamente e ao longo do tempo (Mellor, 1990, Olweus, 1993), isto é, esse comportamento não ocorre ocasionalmente e isoladamente, mas passa a regular;

c) Um equilíbrio de poder é encontrado no centro da dinâmica do Bullying, isto é quando um aluno (mais velho ou mais forte) ou um grupo de aluno, dizem ou fazem coisas desagradáveis a outro ou gozam com ele de forma que ele não gosta. Não é uma provocação quando os dois alunos da mesma idade e tamanho se envolvem numa discussão ou briga (Olweus 1993; Pereira et, al., 1994, cit. Por Carvalhosa, Lima & Matos, 2002)

Essa assimetria do bullying segundo autores possui características bem definidas e aceitas por vários autores como a regularidade, intencionalidade, envolvimento de mais de uma pessoa ou grupo e por envolver desequilíbrio de poderes. Deve-se considerar também que a vítima não é só quem sofre o *bullying*, mas também quem o pratica. É considerado, por alguns autores, como um tipo de incivilidade, descortesia ou indisciplina (ABRAMOVAY, VALVERDE, BARBOSA *et al*, 2005; MARTINS, 2005; LOPES NETO, 2006; MASCARENHAS, 2006).

Por muito tempo foi considerado normal, como um comportamento inerente ao desenvolvimento da criança e do adolescente. Assim, como qualquer outro tipo de violência, o *bullying* foi se difundindo e tornando-se responsável por atitudes com consequências cada vez mais graves. Isso porque as vítimas passam a não questionar o motivo de sofrerem tal violência (ABRAMOVAY, VALVERDE, BARBOSA *et al*, 2005).

Estudo feito em 40 países sobre a exposição de estudantes ao *bullying* resultou em estimativas que variaram de 8,6 % a 45,2%, entre meninos, e de 4,8 % a 35,8%, entre meninas, em todos os países pesquisados. Houve mais relatos de *bullying* por meninos do que por meninas em 29 dos 40 países onde o estudo foi realizado (CRAIG, HAREL-FISCH, FOGEL-GRINVALD *et al*, 2009).

Em um estudo brasileiro, realizado em cidades de todas as regiões do país, os dados quantitativos revelaram que 28% da amostra total de alunos afirmaram ter sido vítimas de maus tratos por parte de colegas ao menos uma vez, no ano de 2009, e quase 10% da amostra relatou ter sofrido maus tratos três ou mais vezes no mesmo ano (FISCHER, LORENZI, PEDREIRA *et al*, 2010).

As consequências do *bullying* na vida das vítimas são relatadas em alguns estudos. Foram encontrados sintomas físicos como cefaleia, dor nas regiões abdominal e lombar, tontura, mau humor e irritabilidade. Quanto ao aspecto emocional, são citados sentimentos de solidão, desamparo e tristeza, preocupação com a imagem corporal, a ideação suicida. Como consequências comportamentais foram encontrados absenteísmo escolar, dificuldade para dormir e ocorrência de injúrias (DUE, HOLSTEIN, LYNCH *et al*, 2005; BITTENCOURT, AERTS, ALVES *et al*, 2009).

Entretanto, a violência no contexto escolar não se expressa apenas entre seus estudantes e desses contra o professor. Há relatos também por parte de professores e demais profissionais da escola contra os estudantes. São relatados castigos corporais e outras formas cruéis e humilhantes de punição ou tratamento, violência sexual e a baseada no gênero, e o *bullying* (PINHEIRO, 2006).

Alguns dos problemas do entorno que influenciam a escola são a precariedade da sinalização e insegurança no trânsito, fácil acesso a bebidas alcoólicas, falta de segurança e policiamento, alvo de opiniões controversas, e presença de gangues e traficantes. A escola é impotente diante dessas situações e, às vezes, acaba por não interferir temendo retaliação (ABRAMOVAY, RUA, 2003).

Esse processo de invasão da violência à escola não é recente; há relatos de violência do século XIX, na França, em escolas de nível secundário (CHARLOT, 2002).

No Brasil, esta discussão eclodiu nos anos 80, quando havia consenso de que os possíveis ameaçadores da segurança na escola eram os moradores dos bairros periféricos, considerados marginais. Havia um sistema precário de informações nas escolas, as quais resistiam em notificar a violência do seu interior, pois, quando isso ocorria, se expunham à depredação, furto e invasões. Já nos anos 90, houve um progresso no que se refere à pesquisa sobre violência nas escolas.

Alguns diagnósticos foram realizados baseados em pesquisas descritivas, principalmente por órgãos não-governamentais e entidades profissionais da educação; entretanto, não faziam uma associação importante entre violência e escola (SPOSITO, 2001).

Há uma classificação da violência *na* escola, a violência *à* escola e a violência *da* escola, segundo Charlot (2002). A violência na escola é aquela que está também em outros ambientes, não é específica da escola. A referente escola é, sim, específica, expressa em conflitos professor-aluno. A violência “da” escola é por ela gerada, tendo como componentes a violência simbólica e institucional.

Na formulação e implementação de iniciativas para sua redução, o papel da saúde parte da inserção dos seus profissionais nessa discussão, com uma reflexão conjunta sobre as medidas de enfrentamento do problema. Educação e saúde devem também buscar parcerias com outros seguimentos da sociedade, como os conselhos tutelares, Ministério Público e universidades (GOMES, FONSECA, 2005). Além disso, é fundamental que as relações entre aluno e escola e escola e família sejam reforçadas para a construção de um caminho de não violência (MIRANDA, 2004).

Flávia Schilling (2008, p. 13) constata, em seu artigo “Violência nas escolas: explicações, conexões”, que toda forma de violência ocorrida no interior da escola, “[...] pode ser compreendida como reveladora do mal-estar que cerca o lugar da escola na atualidade e a relação professor-aluno”.

Nesse contexto de várias violências, temos consequências que acabam por acentuar o clima de tensão na escola, segundo um círculo vicioso. Como exemplo de reforço para a problemática, temos o absenteísmo e a desvalorização social dos estabelecimentos rotulados como violentos, além de que as escolas consideradas violentas são vistas, pelo senso comum, como uma responsabilidade dos alunos, professores, familiares e comunidade, sendo que, na maioria das vezes, a escola pública é a mais julgada por ser a que possui maior número de alunos matriculados (ABRAMOVAY, VALVERDE, BARBOSA *et al*, 2005).

2.3 Violência, Indisciplina e o Bullying na Escola: Legislação Pertinente.

A repercussão dos fenômenos da indisciplina, da violência e do Bullying na escola destaca-se atualmente com a difusão da mídia, principalmente sobre os desdobramentos e não as causas desses fenômenos. A indisciplina na escola ressoa no meio social de forma negativa, haja vista a representação que essa instituição possui enquanto meio de desenvolvimento do indivíduo.

De uma forma ou de outra, tem se considerado que tanto a indisciplina quanto a violência são fenômenos que compõem a sociedade contemporânea e a escola surge como a última das instituições a conviver com eles em seu espaço interno.

Para Madeira, a mídia não apenas noticia os acontecimentos que ocorrem nas escolas, ao intensificar os casos de violência, ela motiva e encoraja os jovens a praticá-los com mais frequência, pois aparecerão no noticiário e estarão em evidência para os colegas e para a comunidade. Enquanto os professores, ao constatarem a extensão do problema, entram em estado desconfortável de tensão. Madeira (2000, p. 3) assim se expressa:

[...] atos de criminalidade praticados por adolescentes e muito veiculados pela mídia são especialmente propícios para gerar representações sociais que criam ou fortalecem um clima de pânico social.

É a própria escola e seus integrantes que ficam sem norte para seguirem com o mesmo processo pedagógico, é neste momento em que se perdem

e o caos toma conta da instituição. Para Madeira, “Não há dúvida de que as maiores vítimas, aquelas que sentem mais profundamente o impacto da mídia a que está sujeita a violência juvenil, são o projeto e o processo pedagógicos”. Madeira (2000, p. 4)

Silva (2009, p. 5) revela que o aluno, que era o ponto principal do fracasso escolar, agora divide a cena com vários fatores que intensificam e agravam a situação da aprendizagem. Para a autora, “[...] o aluno não é o único responsável pelo fracasso escolar. [...] a má qualidade de ensino e a presença, nas práticas escolares, de estereótipos e preconceito em relação à criança pobre”.

Não é preciso distinguir uma criança da outra, são todas crianças independente de posição social. Estão na escola com o mesmo objetivo que é aprender e serem tratadas com o respeito que lhes é devido.

2.3.1 A Educação na Constituição Federal de 1988⁴

A legislação brasileira abrange uma série de assuntos que se referem aos temas relacionados à Educação. O legislador procurou ser o mais abrangente possível para preencher todas as lacunas existentes na sociedade. Dentre elas, senão as mais importantes, aquelas que envolvem a necessidade de um processo educativo consistente que proporcione a todos os cidadãos a possibilidade de um convívio social condizente com a utopia de uma sociedade perfeita. Assim a Constituição destina um capítulo para a Educação, especificando quais são os direitos e deveres, dos cidadãos e do Estado, relacionados a esse tema.

Porém, nem sempre os direitos estabelecidos hoje com relação à Educação estiveram presentes nas demais Constituições Federais que já vigoraram no Brasil. A primeira constituição brasileira foi promulgada na época do Império, em 1824 e fazia apenas referência à instrução pública como direito dos considerados cidadãos, excluindo do acesso ao ensino oficial os escravos. Ainda não se colocava

⁴ A Constituição da Republica Federativa do Brasil (1988) é a lei mais importante no nosso país. Ela estabelece os princípios e caminhos pelos quais todas as demais leis devem seguir.

a obrigatoriedade e havia grande participação da Igreja Católica no processo educativo. (CURY; FERREIRA, 2010, p. 31)

A próxima Constituição foi promulgada em 1891, já com a instituição da república, porém, não foram ainda estabelecidas à gratuidade e a obrigatoriedade da educação.

Já em 1934, a Constituição Federal recebeu novas características, com um pensamento diferente das anteriores, mais voltado para o âmbito social, ganhando um capítulo específico e previsões como de ensino primário integral (atualmente Ensino Fundamental) gratuito e a frequência obrigatória. (CURY; FERREIRA, 2010, p. 32)

A Constituição Federal de 1946 não trouxe grandes avanços, se limitando a copiar o que já havia sido previsto na Constituição de 1937. Já na Constituição de 1967 e no Ato Institucional de 1969 houve uma extensão dos temas relacionados à Educação, e ficou estabelecido expressamente que o ensino primário é obrigatório, sendo a obrigatoriedade relacionada à faixa de idade do aluno e não à série. (CURY; FERREIRA, 2010, p. 33)

Apesar de todas as tentativas de melhorias para a educação brasileira durante a história, inúmeras dificuldades financeiras, organizacionais, políticas e estruturais limitaram a atuação dos educadores ao longo do tempo. A legislação contemplou a pensar na Educação como um todo com o advento da Constituição de 1988.

A Constituição Federal de 1988 prevê,

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988, p. 43)

Apesar da insatisfação com relação às formas de atuação do governo em diversos pontos, o que tenho que concordar, é necessário saber que a CF/88 estabelece como princípios fundamentais para todo cidadão brasileiro à igualdade, o direito à vida, à liberdade e à segurança, entre outros, que deveriam estar presente na vida de todos.

Assim em consonância com os direitos e garantias fundamentais previstos no Artigo 5º da CF/88, existe um capítulo especial para a Educação, que é o Capítulo III – DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTE. Assim, dentre outros artigos que preveem o que há de mais importante dentro da sociedade brasileira, devemos destacar o Art. 205 e seguintes, que estabelecem os princípios fundamentais existentes em nosso país no que diz respeito à Educação,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 85)

O Artigo 205 fala por si só, deixando claro que a Educação é direito de todos, cabendo aqui a ressalva de que o educador está inserido neste contexto como parte essencial para promovê-la. Para Portela (2002) o direito à Educação consiste em uma dupla obrigação, sendo que caminha lado a lado o dever do Estado em promover condições para que esse direito se efetive, e a família no que se refere à obrigação em efetivar a presença das crianças na escola. Ao lado da família como base inicial e constante, a escola e o educador têm o dever de promover o desenvolvimento e capacitar os educandos para serem cidadãos plenos.

Um direito, na medida em que todo cidadão, a partir de tal declaração, tem o direito de acesso à educação. A dupla obrigatoriedade refere-se, de um lado, ao dever do Estado de garantir a efetivação de tal direito e, de outro, ao dever do pai ou responsável de provê-la, uma vez que passa a não fazer parte do seu arbítrio à opção de não levar o filho à escola. (OLIVEIRA, 2002, p. 15)

Ou ainda nas palavras de Cury e Ferreira (2010), a efetivação da Educação como direito de todos e dever do Estado,

Assim, a afirmação de que a educação é um direito de todos, somente pode ser entendida dentro do contexto atual, não mais como um enunciado de baixa efetividade social e jurídica, mas como uma regra que garante concretamente, escola para todos. Decorre desta situação que a educação passou a ser vista tanto como um direito como um dever para com a administração pública e o cidadão. (CURY; FERREIRA, 2010, p. 39)

Os Artigos seguintes da CF/88 descrevem com detalhes os meios pelo qual esse direito deve ser alcançado. Os princípios constitucionais são considerados os mais importantes de um país e servem de guia para a sociedade. No

caso do Brasil não é diferente, a descrição do Direito à Educação promove ao mesmo tempo o direito do aluno estar na escola e direito do educador ter condições reais de cumprir com o seu dever.

A partir de tais princípios o Estado desenvolveu outras leis para regulamentar o que foi proposto na CF/88. Dentre elas, e a mais importante para a educação, foi concretizada em 20 de dezembro de 1996, recebendo o nome de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

A LDB tem como finalidade estabelecer um grande avanço para a educação brasileira discriminando como o próprio nome revela, fundamentos para que ocorra a continuação das diretrizes estabelecidas pelo legislador nos Artigos 205 a 214 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

2.3.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9.394/96

A Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 23 de dezembro de 1996, na Seção I, páginas 27.833 a 27.841 e estabeleceu a partir daquele momento rumos e fundamentos para a educação nacional. A LDB anterior era datada de 1971⁵ não mais poderia ser utilizada uma vez que a Constituição Federal estabeleceu novos princípios para a educação brasileira em 1988.

A LDB de 1996 prevê em seu Art. 2º,

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, 127)

A LDB/96 estabelece em seu art. 2º um entrelaçamento do art. 5º com o art. 205, ambos da CF/88, definindo mais uma vez a responsabilidade e os propósitos para a educação brasileira. O dever do Estado e da família, os princípios de liberdade e solidariedade humana e, reproduzindo fielmente o art. 205 da CF/88,

⁵ LEI N. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

as finalidades da educação: pleno desenvolvimento humano prepara para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. (OLIVEIRA, 2002, p. 38)

Definidos os princípios e as finalidades da Educação Nacional podemos procurar dentro da própria legislação, que comanda e dá diretrizes para que educadores e dirigentes cumpram o que foi determinado e zelem pela aprendizagem dos alunos (Art.13, III da LDB), os temas relacionados à violência e à indisciplina, que tanto incomodam e atrapalham as ações educativas.

Após uma detalhada investigação, verifica-se que nada é mencionado na LDB sobre as questões de violência e indisciplina na escola. Não que isso seja a única coisa que solucionaria os problemas da violência, mas o suporte proporcionado pela lei no que se refere às orientações e informações sobre os mais diversos assuntos, inclusive a violência são de suma importância para dar embasamento e sustentação para o trabalho da escola.

É necessário, então, buscar na legislação vigente, outras orientações e mecanismos de enfrentamento no que se refere ao tema. Um desses mecanismos utilizados antes ainda da formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação é o tão conhecido Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece normas no âmbito nacional com relação ao tratamento social e legal destinado às crianças e adolescentes.

2.3.3 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

A Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente foi promulgada quase dois anos após a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988 e recebeu total influência marcante dos princípios e garantias por ela estabelecidos.

Diante de uma nova realidade exposta pela lei que entrara em vigor, deu-se início a uma série de questionamentos por parte dos professores e diretores sobre como proceder em relação a alunos que praticam atos de indisciplina na escola, assim entendidas aquelas condutas que, apesar de não caracterizarem crime ou

contravenção penal⁶, de qualquer modo tumultuam ou subvertem a ordem em sala de aula e/ou na escola. Tais questionamentos vêm acompanhados de críticas ao Estatuto da Criança e do Adolescente que teria retirado à autoridade dos professores em relação a seus alunos, impedindo a tomada de qualquer medida de caráter disciplinar para coibir abusos por estes praticados.

O ECA procurou reforçar a ideia de que crianças e adolescentes também são sujeitos de direitos como todo cidadão, no mais puro espírito do artigo 5º, inciso I da Constituição Federal/88, que estabelece a igualdade de direitos e obrigações para homens e mulheres, independentemente de sua idade. Ressalte-se que o ECA não confere qualquer "imunidade" a crianças e adolescentes, que de modo algum estão autorizados, a livremente, violar direitos de outros cidadãos, até porque se existisse tal regra na legislação ordinária, seria ela inválida (ou mesmo considerada inexistente), por afronta à Constituição Federal que, como vimos, estabelece a igualdade de todos em direitos e deveres.

No que concerne ao relacionamento professor-aluno, mais precisamente, o ECA foi extremamente conciso, tendo de maneira expressa estabelecida apenas que crianças e adolescentes têm o "direito de serem respeitados por seus educadores" (Art.53, inciso II). O direito ao respeito é um direito natural de todo ser humano, independentemente de sua idade, sexo, raça e condição social ou nacionalidade, sendo que no caso específico do Brasil é ainda garantido em diversas passagens da Constituição Federal, que coloca qualquer um de nós a salvo de abusos cometidos por outras pessoas e mesmo pelas autoridades públicas constituídas. Nas palavras de De Paula (1995):

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 53, inciso II, assegura o direito do aluno de ser respeitado por seus educadores. Isto decorre do direito ao respeito, mencionado no artigo 227 da Constituição Federal e definido no artigo 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente. (DE PAULA, 1995, p. 100-101)

No mesmo texto De Paula (1995) menciona a necessidade do respeito mútuo, esclarecendo que é previsto em lei a necessidade de reciprocidade:

⁶ As contravenções penais são pequenos delitos que, por sua menor potencialidade ofensiva, não são considerados crimes.

Esclareça-se que o aluno também deve respeito aos diretores, professores e funcionários da escola. A conduta desrespeitosa poderá, até, configurar ato infracional¹² que, consoante definição do ECA, corresponde a qualquer crime ou contravenção penal, como, por exemplo, injúria. (DE PAULA, 1995, p. 101)

Seu objetivo é reforçar a ideia de que crianças e adolescentes, na condição de cidadãos, precisam ser respeitados em especial por aqueles encarregados da nobre missão de educá-los. Educação essa que obviamente não deve se restringir aos conteúdos curriculares, mas sim atingir toda amplitude do Art. 205 da Constituição Federal, notadamente no sentido do "pleno desenvolvimento da pessoa", da criança ou adolescente e seu "preparo para o exercício da cidadania", tendo sempre em mente que, no trato com crianças e adolescentes, devemos considerar sua "condição peculiar" de "pessoas em desenvolvimento" (art. 6º da Lei nº. 8.069/90).

Essa mesma lei, portanto, estabelece todos os direitos de crianças e adolescentes adquiridos tão justamente, e também seus deveres que De Paula (1995) retrata muito bem, diretores e professores devem ser respeitados pelos alunos cabendo a qualquer momento a punição prevista no Art. 98 do ECA.

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III – em razão de sua conduta. (BRASIL, 1990, p. 923)

É possível observar que a ação ou omissão da sociedade ou do Estado e a falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável implicam em responsabilização dos mesmos. Da mesma forma que a lei prevê a conduta indevida dos pais ou responsável prevê também que a conduta indevida praticada pela criança ou adolescente lhe causará⁷ consequências, punições que vão desde a advertência até a internação em estabelecimento adequado. (Art. 112, I a VI do ECA) Também que a criança e o adolescente devem ser respeitados e ter os seus direitos garantidos,

⁷ Os chamados "atos infracionais" definidos no Art. 103 da Lei nº. 8069/90, que devem ser apurados pela autoridade policial e, em procedimento próprio instaurado perante o Conselho Tutelar (no caso de crianças) ou Justiça da Infância e Juventude (no caso de adolescentes), podem resultar na aplicação de medidas específicas já relacionadas pelo mesmo Diploma Legal citado. (BRASIL, 1990, p. 923).

o professor também tem os seus direitos. A liberdade de expressão, o respeito, a publicidade em seus atos e práticas dentro e fora da sala de aula são garantidos pela mesma legislação.

Quando Arroyo (2001) afirma que “O educador, como função social, deve dar conta do pleno desenvolvimento humano” (ARROYO, 2001, p. 46), podemos entender que este desenvolvimento que envolve diretamente os alunos também se estende ao seu próprio desenvolvimento. Quais seriam os sentimentos e valores externalizados por uma pessoa ameaçada, agredida e que convive com uma forma extrema de violência?

A Constituição Federal de 1988 desencadeou todos esses direitos, deveres, obrigações e compromissos para todos os participantes do processo educativo. O Poder Executivo (Presidente da República, Governador e Prefeito), o Poder Legislativo (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais) e o Poder Judiciário (Juizes, Promotores de Justiça e Tribunais) passaram a fazer parte desse processo, seja elaborando leis para a organização educação no país, nos seus estados ou municípios, seja utilizando bem os recursos destinados à educação e organizando o sistema educacional ou ainda fiscalizando e fazendo com que as leis sejam cumpridas. Na realidade, todos foram chamados para, obrigatoriamente colaborar com a Educação.

Mas como considerar essa possibilidade com tantas dificuldades e falta de condições adequadas para o exercício de tais deveres?

O Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) estabelece condutas que fazem parte da sociedade brasileira estabelecendo em seu Artigo 1º: “ Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.”

Partindo do princípio da anterioridade da lei prevista no Código Penal Brasileiro podemos indicar a presença das normas que regem a convivência das pessoas na sociedade brasileira a partir de tais cominações legais. Os Artigos 121 e seguintes (Parte Especial do Código Penal Brasileiro) juntamente com as demais leis especiais prevêm quais condutas são consideradas crimes, ou atos em desacordo com a sociedade. (BRASIL, 1940, p. 439)

Dentre tais atos podemos observar diversos casos de violência e indisciplina, tais como o atentado contra a vida de outrem: “Artigo 121 – Matar alguém”, a violência sexual prevista no Artigo 213, o assalto à mão armada previsto no Artigo 157 § 2º, o crime de dano:

“Artigo 163. Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia” ou o desacato à autoridade previsto no artigo 331, todos previstos no Código Penal Brasileiro. (BRASIL, 1940, p. 443) A ocorrência de tais tipificações está ligada a uma série de fatores sociais e envolvem a necessidade da existência de normas que regulem a convivência em sociedade.

A escola faz parte dessa sociedade e como tal também possui normas de conduta e convivência que colaboram com o andamento do processo educativo. Todos os membros desse processo estão sujeitos às normas, desde aquelas previstas na legislação federal e estadual, como vimos, como também nas administrativas, que prevendo situações do dia a dia como indisciplina, bem como aquelas previstas em lei como crimes e contravenções, e que devem ser respeitadas e seguidas por todos os integrantes do meio escolar, sempre à luz dos princípios constitucionais.

Buscando, por conseguinte, as leis federais e estaduais que estabelecem quais são os casos de violência e indisciplina e não encontrando nada especificamente ligado ao ambiente escolar, partiremos para o âmbito administrativo, que poderá ao lado da legislação geral elucidar as necessidades existentes dentro da escola.

2.3.3 Regimento Escolar do Estado de Roraima

A LEI COMPLEMENTAR Nº 041 DE 16 DE JULHO DE 2001 “Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação do Estado de Roraima e dá outras providências.” O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Sistema Estadual de Educação de Roraima é organizado nos termos desta Lei Complementar e no de leis estaduais específicas,

observados os princípios da Constituição Federal, da Constituição Estadual e das leis federais sobre diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 2º Para fins desta Lei Complementar:

I - a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, políticas e religiosas; e
II - a educação escolar se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias.

O documento oficial que prevê as normas de conduta e procedimentos a serem seguidos dentro das escolas é o regimento escolar. Este documento que auxilia as escolas nos procedimentos internos atualmente deve ser formulado com base na Deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE). Esta deliberação foi editada uma vez que após a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) uma vez que deveriam ser feitas às adequações nos regimentos internos das escolas, como o próprio texto da deliberação explicita em seu preâmbulo, “Fixa normas para a elaboração do Regimento dos Estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio.” (Secretaria da Educação do Estado de Roraima - 2001).

A importância da referida orientação não se resume a uma simples adequação, mas a necessidade primordial de fazer com que as escolas pudessem acompanhar as mudanças. Os educadores teriam que saber como agir depois das modificações feitas pela Constituição Federal e Estadual, bem como pelas especificações estabelecidas pela Nova LDBEN para a Educação.

Este documento tem a finalidade de auxiliar a reestruturação de sistemas de ensino e escolas, no Estado de Roraima tendo em vista a nova LDB Lei nº. 9.394, de 20/12/96 bem como apresentar o significado e alcance de algumas expressões no contexto da mesma lei e, ainda, ampliar a compreensão das diretrizes e normas que irão fundamentar a Educação Básica, a partir de 2001, no Estado de Roraima. (SEDUC-RR)

A norma administrativa veio suprir a falta de informações com relação ao tema e proporcionar ao educador parâmetros para lidar claramente com os casos de violência e indisciplina dentro da escola. Mas será que as coisas aconteceram de forma tão simples assim?

Não foi bem assim. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a necessidade de reformulação da Educação Nacional que teria sua concretização nove anos depois com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LEI 9394/96). O Art. 88 da LDB de 1996 estabelece que:

Art. 88. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão sua legislação educacional e de ensino às disposições desta Lei no prazo máximo de um ano, a partir da data de sua publicação.

§ 1º. As instituições educacionais adaptarão seus estatutos e regimentos aos dispositivos desta Lei e às normas dos respectivos sistemas de ensino, nos prazos por estes estabelecidos. (BRASIL, 1996, p. 149)

Em cumprimento ao que fora estabelecido pelo Artigo 88 da LDB/96 a Secretaria Estadual de Educação do Estado de Roraima editou a Deliberação CEE 10/97 determinando que as escolas do estado reformulassem seus Regimentos Internos e Propostas Pedagógicas.

A respeito das questões relacionadas à violência e à indisciplina mais uma vez nada foi especificado. A responsabilidade de estabelecer as questões de convivência ficou por conta da própria escola, sempre supervisionada pela Direção Regional de Ensino e pelos princípios estabelecidos pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e bases da Educação e demais legislação em vigor.

O item V da Deliberação CEE 10/97 estabelece,

5 - Tópicos Mínimos a Constarem dos Regimentos Escolares:

O Regimento Escolar, no seu conjunto, deve ser um texto destituído de minúcias e particularidades conjunturais, mas precisa conter um mínimo de preceitos que, refletindo as medidas do estabelecimento para realização de sua proposta pedagógica, regulamentem as relações entre os participantes do processo educativo.

São os seguintes os tópicos mínimos:

I - Identificação do estabelecimento, com indicação do ato administrativo que autorizou seu funcionamento.

II - Fins e objetivos do estabelecimento.

III - Organização Administrativa e Técnica. As instituições de ensino devem atentar para o conceito de gestão democrática do ensino, nos termos do artigo 3º, inciso VIII, e artigo 14, ambos da Lei 9.394/96.

IV - Organização da Vida Escolar. Níveis e modalidades de educação e ensino; fins e objetivos dos cursos; mínimos de duração e carga horária; critérios de organização curricular; critérios para composição dos currículos, atendidas a base nacional comum e a parte diversificada; verificação do rendimento escolar, formas de avaliação, recuperação, promoção, retenção, classificação e reclassificação, sistema de controle de frequência; matrícula e transferência; estágios; expedição de

históricos escolares, declarações de conclusão de série, certificados de conclusão de cursos e diplomas.

V - Direitos e Deveres dos Participantes do Processo Educativo.

Princípios que regem as relações entre os participantes do processo educativo; princípios referentes a deveres e direitos dos alunos, professores e pais, as sanções e vias recursais cabíveis.

A adequação dos regimentos das escolas às disposições da nova LDB, num primeiro momento, pode-se ater apenas às questões obrigatórias pela própria Lei. A adoção de novas aberturas facultadas pela lei poderá ser postergada para um momento em que a escola tenha mais amadurecida sua nova proposta pedagógica e em que o conjunto de normas e diretrizes, em nível de sistemas articulados, esteja mais consolidado. (SEDUC/RR, CEE, 1997)

O conselho Estadual de Educação de Roraima sendo estabelecido nos Artigos 11 do Capítulo I:

Art. 11. O Sistema Estadual de Educação compreende:

I - as instituições de educação básica e superiores criadas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

II – as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público Municipal;

III – as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos, como órgão executivo;

V - o Conselho Estadual de Educação como órgão normativo, consultivo e deliberativo;

VI – as instituições de educação básica, criadas e mantidas pelo Poder Público Municipal, dos municípios que não criarem o seu próprio sistema.

Parágrafo único Os municípios que organizarem o seu próprio sistema deverão fazê-lo mediante a criação legal dos órgãos executivo e normativo responsáveis pelo sistema e fixação da data e início de sua vigência e funcionamento, do que se obrigam a dar ciência, em processo próprio, ao Conselho Estadual de Educação, permanecendo vinculados ao Sistema Estadual de Educação os municípios que não adotarem tal procedimento.

Das Normas de Gestão e Convivência os deveres e direitos de convivência estão estabelecidos nos artigos:

Artigo 24 – As normas de gestão e convivência visam orientar as relações profissionais e interpessoais que ocorrem no âmbito da escola e se fundamentarão em princípios de solidariedade, ética, pluralidade cultural, autonomia e gestão democrática.

Artigo 25 – As normas de gestão e convivência, elaboradas com a participação representativa dos envolvidos no processo educativo – pais, alunos, professores e funcionários – contemplarão, no mínimo:

I – os princípios que regem as relações profissionais e interpessoais;

II – os direitos e deveres dos participantes do processo educativo;

III – as formas de acesso e utilização coletiva dos diferentes ambientes escolares;

IV – a responsabilidade individual e coletiva na manutenção de equipamentos, materiais, salas de aula e demais ambientes.

Parágrafo único – A escola não poderá fazer solicitações que impeçam a frequência dos alunos às atividades escolares ou venham a sujeitá-los à discriminação ou constrangimento de qualquer ordem.

Artigo 26 – Nos casos graves de descumprimento de normas será ouvido o conselho de escola para aplicação de penalidade ou para encaminhamento às autoridades competentes. (SEE/RR-2001)

A partir de então as escolas deveriam adequar seus regimentos para a nova realidade legal. É necessário, portanto, analisar cada regimento para descobrir como as escolas se adaptaram com relação às orientações da Resolução 10/97 e do Parecer CEE 67/98. Para os fins específicos deste estudo serão investigados os regimentos de duas escolas visando ao mesmo tempo à análise específica do cumprimento da lei e o atendimento às necessidades do dia a dia.

Para Ferreira (2010) o que pode ser delineado como referência é o educador, a escola e a administração saberem diferenciar em seus regimentos e durante as questões peculiares do dia a dia o que seria considerado ato infracional, diferenciando-o dos atos de indisciplina que não são considerados crimes, mas sim problemas internos que devem ser resolvidos administrativamente.

Numa síntese conceitual, a indisciplina escolar se apresenta como o descumprimento das normas fixadas pela escola e demais legislações aplicadas (ex. Estatuto da Criança e do Adolescente – ato infracional). Ela se traduz num desrespeito, “seja do colega, seja do professor, seja ainda da própria instituição escolar” (depredação das instalações, por exemplo).

Ela se mostra perniciosa, posto que sem disciplina “há poucas chances de se levar a bom termo um processo de aprendizagem. E a disciplina em sala de aula pode equivaler à simples boa educação: possuir alguns modos de comportamento que permitam o convívio pacífico”.

Agora, um mesmo ato pode ser considerado como indisciplina ou ato infracional, dependendo do contexto em que foi praticado. Uma ofensa verbal dirigida ao professor, pode ser caracterizada como ato de indisciplina. No entanto, dependendo do tipo de ofensa e da forma como foi dirigida, pode ser caracterizada como ato infracional – ameaça, injúria ou difamação. E para cada caso, os encaminhamentos são diferentes. (FERREIRA, 2010, p. 15)

Para a escola que consegue adequar sua realidade e está constantemente atualizando suas necessidades é possível concluir preliminarmente, que a síntese do convívio harmonioso poderá estar diretamente relacionada aos ditames estabelecidos no regimento escolar, desde que haja a possibilidade de

participação de todos os sujeitos envolvidos nesse processo. A própria lei assim estabelece e caso estejam de acordo com os princípios constitucionais, com as diretrizes e bases da educação nacional e estadual, bem como com as normas administrativas pertinentes, poderão finalmente ser utilizados como meio de satisfação da necessidade de disciplina e não violência dentro do ambiente escolar.

A sensibilidade de estabelecer normas coletivamente e que sejam um consenso entre todas as partes do processo educativo, bem como o conhecimento da lei, neste caso fixam as bases da distinção entre o que pode ser resolvido dentro da escola, administrativamente, e o que deve ser encaminhado para as autoridades competentes (Conselho Tutelar, Polícia Civil e Militar, Ministério Público), delineando as competências do professor e do administrador escolar e estabelecendo critérios sobre quando houver a necessidade de pedir ajuda para a resolução dos casos existentes.

Administrar elaborando normas e procedimentos que consigam individualizar e encaminhar tais situações poder-se-ia encaminhar para a solução dos problemas de indisciplina e violência na escola, sem correr riscos desnecessários e com a possibilidade da perda da confiança e da credibilidade que merecem educadores e educandos. Para a solução dos problemas internamente, porém, se faz necessária a busca por alternativas, uma vez que é questionável a eficácia e a compatibilidade do sistema atual de enfrentamento das situações existentes na escola.

2.3.4 A legislação brasileira para a solução de conflitos

Para Marcos Rolim (2006) a justiça retributiva existente no Brasil hoje, com foco no infrator e nos atos que cometeu revela um sistema voltado para a criminalidade, totalmente desvinculado das perdas decorrentes deste ato e descartando os interesses e necessidades das vítimas. A justiça alternativa para solucionar tal problema, segundo Rolim (2006), seria a justiça restaurativa, com atenção ao dano causado pelo ato delituoso e os problemas que surgiram desse conflito.

Mas o Brasil comporta tal sistema de solução de conflitos? É possível vislumbrar a legislação atual como base para a utilização da justiça restaurativa?

A legislação brasileira estabelece uma série de dispositivos que permitem a utilização de meios alternativos para a solução de conflitos e a substituição de penas corporais por medidas alternativas. Dentre eles podemos citar o próprio ECA que, ao instituir a remissão no seu Artigo 126, como forma de aplicação de medidas socioeducativas aos adolescentes estabelece uma relação com a prática restaurativa, desde que com a aprovação das autoridades envolvidas no caso (Promotor e Juiz).

Outro dispositivo legal brasileiro que possibilita a utilização de práticas restaurativas é a Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95). Criada em 26 de setembro de 1995 e, alterada pela Lei 10.259, de 12 de julho de 2001, a referida lei promove a possibilidade de “acordo” entre as partes envolvidas, ou seja, é possível evitar o processo criminal com a composição de uma forma alternativa de satisfação das partes, seja ela por intermédio de multa ou restrição de direitos. A medida alternativa está prevista nos Artigos 72 e seguintes da Lei 9.099/95 e estabelece que o promotor poderá, estabelecendo a materialidade e os indícios de autoria, formular proposta de aplicação imediata de pena alternativa. (JESUS, 2005).

O Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940, p. 434), com as alterações sofridas desde então, estabelece em sua parte geral, assim como nas sanções previstas na parte especial, dedicada aos crimes e suas penas, possibilidades de aplicação de medidas que não refletem em prisão, tais como a prestação pecuniária (Art. 45, . § 1.º, do CP), que implica no pagamento de uma certa quantia estabelecida pela juiz, feita pelo acusado para a vítima. A prestação inominada, prevista no § 2.º do Artigo 45, quando a pena pecuniária é substituída pelo pagamento de cesta básica a instituições filantrópicas ou por prestação de serviços à comunidade.

Além de tais exemplos podemos citar como meios alternativos o Sursis, que é a suspensão condicional da pena mediante condições impostas ao autor (Art.78, § 2.º do CP)

(BRASIL, 1940, p. 436) e os mecanismos utilizados no cumprimento das próprias penas de prisão, tais como o livramento condicional e a remição de penas devido ao trabalho efetivo dentro da prisão. Apesar de medidas que representam

muito vagamente alternativas para a solução de conflitos no sistema jurídico, incipientes em se falando de efetividade, a possibilidade existente mais concreta para a utilização da justiça restaurativa ainda foi o advento da Lei 9.099/95, que, em compatibilidade com o Art. 98, I, da CF/88, que estabelece a possibilidade de conciliação em procedimento rápida e sem maiores formalidades burocrática. (PINTO, 2005). Assim sendo, as experiências existentes nas escolas brasileiras no que se refere à tentativa de utilização de meios alternativos para a solução de conflitos está baseada e devidamente fundamentada nos preceitos legais.

A justiça restaurativa estabelece princípios que merecem ser observados e discutidos. Os conflitos existentes e as graves consequências dos atos violentos que se instalam nas escolas indicam a necessidade de medidas que, efetivamente saiam da teoria e sejam aplicadas. Talvez o modelo restaurativo conhecido e aplicado em outros países não seja o ideal para os nossos problemas, porém, é preciso pensar em meios que atendam as necessidades para a realidade enfrentada pelos educadores no Brasil.

A legislação federal estabelece os direitos e deveres existentes no que se refere à educação, já as questões voltadas para a violência e para a indisciplina na escola seria um tema difícil para o sentido tão amplo estabelecido nas leis maiores do nosso país. Assim cabe a legislação local, no nosso caso a legislação paulista criar meios para a utilização dos direitos e deveres estabelecidos na legislação federal.

No caso da violência e a indisciplina dentro das escolas cabe a Secretaria de Educação propor e estabelecer normas que possibilitem esse enfrentamento. Dar condições para que as escolas possam efetivar uma forma real de utilização da lei para atender as necessidades.

As leis são o suporte, uma garantia favorável para a aplicação de ações restaurativas que podem ser aplicadas se insere a lei do Bullying. A somatória de ações restaurativas e legislação em vigor voltada para possibilidade utilização nas escolas podem contribuir para a realização de medidas adequadas na solução dos conflitos e demais problemas existentes sistema educacional.

2.4 O exercício da docência

O professor deve ser responsável, assim não poderá negligenciar a sua atuação em sala de aula. A Instituição, juntamente com o professor, precisa trabalhar para que aconteça a aprendizagem de forma adequada. “Compete a essa instituição, na figura do educador/professor, ensinar à criança aquilo que ela ainda não sabe, mas já tem condições de aprender com auxílio de outro” (SILVA, 2009, p.6).

A função do professor é extremamente importante. Cabe a ele proporcionar a aprendizagem e, caso predomine um clima de mal-estar ou qualquer tipo de violência, a mesma tende a não acontecer.

Segundo Gatti, Barretto (2009), o avanço tecnológico e a expansão de informações geraram uma crescente necessidade de conhecimentos sistematizados que requerem mais anos de estudos e maior domínio de conteúdos. Esse movimento tornou indispensáveis profissionais como o professor. Além disso, o ensino escolar é a forma prevalente de socialização do indivíduo, o que torna o professor uma peça fundamental, tanto da economia quanto do desenvolvimento social (GATTI, BARRETTO, 2009).

Porém, segundo os mesmos autores, o que vemos é uma diferença de valorização salarial e de condições de trabalho dos professores entre os municípios e estados brasileiros, ainda que essa valorização, de modo geral, seja muito aquém de outros profissionais que também possuem, como pré-requisito de contratação, o ensino superior. Em geral, essa categoria profissional é vista como vocação, prejudicando a percepção da sociedade de que o professor precisa sobreviver e necessita de salários dignos. Até o fim dos anos 90, não havia preocupação política com o estatuto de carreira dos docentes, seja da educação infantil, ensino fundamental ou médio (GATTI, BARRETTO, 2009).

Para termos uma visão mais ampla do trabalho do professor, é necessário entendermos as etapas da educação no Brasil. Apresentaremos, então, algumas considerações baseadas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996) e nos autores Gatti, Barreto (2009). Segundo esses autores, a educação Brasileira é dividida em Educação Básica, Superior e Especial.

A Educação Básica é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e, mais recentemente, passou a contar com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, incluída pela Lei nº11.741, de 2008, Educação

de Jovens e Adultos e Educação Profissional, a qual recebeu uma nova redação com a Lei nº11.741, de 2008, passando a ser denominada de Educação Profissional e Tecnológica. A Educação Infantil matricula crianças até seis anos de idade. O Ensino Fundamental, que sofreu mudanças com a Lei nº11.274 de 2006, tendo passado de 8 para 9 anos de estudo, recebe crianças com seis anos completos. Já o Ensino Médio, etapa final da educação básica, possui duração de três anos.

No Brasil, segundo o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep) (2009a), em 2007, o número de professores que atuavam na Educação Básica, seja nos setores públicos ou privados, era de 1.882.961. De acordo com o mesmo autor, o perfil desse conjunto de professores é o de profissionais do sexo feminino, mesmo que, no decorrer das séries, o número de professores do sexo masculino também aumente. Na Educação Profissional há mais profissionais homens. No ensino fundamental, nas séries iniciais, a proporção entre os sexos é de 91,2% (feminino) para 8,8% (masculino). No Ensino médio, a diferença passa a ser de 64,4 para 35,6%; na Educação profissional ocorre uma inserção de 46,7 para 53,3%, respectivamente.

A média de idade dos professores da educação básica é de 38 anos. Quanto ao número de escolas, nas quais esses profissionais trabalham, a maioria (80,9%) trabalha em uma e 16%, em duas. Em relação aos turnos de trabalho, 63,8% (1.201.299) dos professores trabalham em turno único, 30,2% (569.251), em dois turnos e 6% (112.411) trabalham em três (MEC, Inep, 2009a).

A maioria das vagas de trabalho para professores encontra-se na educação básica e em estabelecimentos públicos. A justificativa seria a grande expansão e investimento do governo brasileiro nesse nível educacional, sendo que 4% do PIB são destinados à educação básica, cerca de quatro vezes mais do que no ensino superior (GATTI, BARRETTO, 2009).

No Brasil, a expansão da formação dos interessados na profissão ocorreu na medida em que novas exigências se apresentaram e que a educação se expandiu para todas as classes sociais. No final do séc. XIX deu-se a inauguração das Escolas Normais onde eram formados docentes para as “primeiras letras” (GATTI, BARRETTO, 2009). Eram necessários, então, profissionais para a educação nas Escolas Normais e, assim, são criadas universidades (início do séc. XX), geradoras de dois tipos de profissionais, os quais permanecem até os dias atuais. Um, possuindo

o ensino secundário (atuais anos finais do ensino fundamental e ensino médio), estudava mais um ano em disciplinas de licenciatura e era denominado professor polivalente, podendo lecionar nas escolas Normais para as primeiras letras e algumas disciplinas do ensino secundário. O outro tipo de profissional era bacharel em pedagogia, especialista em educação, podendo lecionar nas demais séries (GATTI, BARRETTO, 2009).

Em 1971, após uma reformulação da educação básica no Brasil, as escolas normais foram extintas e a formação que ofereciam passou a ser realizada em uma habilitação do ensino de segundo grau, chamada Magistério. A formação de professores de 1ª a 4ª série perdeu algumas de suas especificidades e tornou-se dispersa, devendo ajustar-se, em grande parte, ao currículo geral do ensino de segundo grau (hoje ensino médio). A partir de 1982, são criados os Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (Cefams) com a finalidade de oferecer uma formação mais adequada aos professores dessas séries. Eram três anos de curso, em tempo integral, direcionados à formação geral e à pedagógica; estes Centros foram extintos em 1996 com a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), sendo a formação desses professores transferida para o nível superior (GATTI, BARRETTO, 2009).

A LDB de 1996 estipula, em seu Art.62, que a formação dos docentes da educação básica deveria ser em nível superior, em curso de licenciatura, com graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação admitindo, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (LDB, 1996).

Segundo o MEC, Inep (2009a), nas creches brasileiras, 82,2% dos professores possuem a formação exigida para essa etapa da educação e, na pré-escola, 86,9%. Nos anos iniciais do ensino fundamental, os valores são de 87,3% e, nos anos finais, 73,4%. No ensino médio, 87%.

Diferentemente dos professores de creche, pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental, nas classes dos anos finais da Educação Básica, 56,8% dos professores atuam em até quatro turmas, o que aponta para um número expressivo

de docentes assumindo uma carga de trabalho cansativa devido à maior quantidade de turmas (MEC, Inep, 2009a). No ensino médio, essas porcentagens variam muito, sendo que professores que lecionam para uma turma somam 11,5% do total de professores e 13,5% lecionam em dez ou mais turmas (MEC, Inep, 2009a).

Quanto à questão salarial dos docentes da educação básica, em 2006, a média era de R\$927,00 (novecentos e vinte e sete reais), com a mediana situando em R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais). Dessa forma, 50% dos docentes recebiam abaixo desse valor. As maiores médias salariais, considerando todas as categorias de professores na educação básica, estavam nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, mas, ainda assim, na região Centro-Oeste, 50% dos docentes recebiam menos de R\$ 1.000,00 por mês, e, na Sudeste, menos de R\$ 900,00 (GATTI, BARRETTO, 2009).

Em 16 de julho de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.738 instituindo o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica de R\$950,00 por 40 horas semanais (BRASIL, 2008). Entretanto, por falta de recursos, hoje muitos municípios não proporcionam esse piso aos seus professores.

Em Roraima, no ano de 2007, o perfil de professores da educação básica era, majoritariamente, do sexo feminino (81,94%), possuindo entre 25 e 50 anos (83,86%), lecionando em apenas um estabelecimento de ensino (85,50%). Os valores percentuais de professores por turma foram de 37,86%, que trabalhavam em uma turma, e, 38,71%, que trabalhavam em 5 ou mais. Os que trabalhavam na zona urbana correspondiam a 93,14%, em instituições, na sua maioria estadual, (34,08%) e municipal (38,93%). O quantitativo de professores sem a formação superior em Roraima e no Brasil foi de 7,53 e 6,59%, respectivamente, nos anos finais do Ensino Fundamental. No ensino médio essa proporção é de 8,02%/6,83%, evidenciando que nesse quesito o estado de Roraima está em piores condições do que a média nacional (MEC, Inep, 2009a).

De acordo com a Secretaria de Estado da Educação de Roraima, em maio de 2010, nas salas de aula, havia 37.472 professores, sendo 8.365 (22,32%) contratados e 29.107 (77,67%) efetivos. Na cidade de Goiânia, o total era de 5.702

profissionais trabalhando para o estado, sendo 1.116 (19,57%) professores contratados e 4.586 (80,42%) efetivos.

No período de março a junho de 2004, foi realizado, no estado de Roraima, um concurso público para ocupar um total de 5.581 vagas para professor em diversas DADOS obtidos pela autora diretamente na Secretaria de Estado da Educação de Roraima. A disciplina para municípios de Boa Vista. No edital, o valor salarial para trabalhar 25 horas semanais era de 677,05 reais. Neste ano de 2017 os professores Estaduais tiveram enquadramentos para 30 horas, variando o salário para mais de 3.840 reais e, para 40 horas, variando o salário para mais de 5.840 reais, alterando de acordo com os graus de escolaridade dos mesmos.

No panorama brasileiro, grande parte dos professores tem jornada de trabalho exaustiva, lecionando em mais de uma escola, sem intervalos para descanso e sendo responsável por turmas com muitos estudantes. Esses fatores levam ao sofrimento psíquico, influenciando diretamente na saúde e, por consequência, em seu desempenho laboral (LYRA, ASSIS, NJAINE *et al*, 2009).

No contexto das instituições de ensino, públicas ou particulares, todos estão suscetíveis ao adoecimento, seja físico, psíquico ou emocional. Destacando o trabalho do professor, percebe-se que ele tem que se preocupar não só com seu trabalho enquanto docente, mas com sua estabilidade econômica diante de baixos salários, os quais seguem as leis do mercado, além de ter um intenso convívio com outras pessoas, os quais, muitas vezes, não são harmoniosos.

Quanto ao seu cotidiano de trabalho, no que se referem à relação professor-aluno, os alunos, por um lado, reclamam da agressividade, impaciência e falta de preparo dos professores e, por outro, os professores reclamam do desinteresse, agressividade, indisciplina por parte dos alunos (ABRAMOVAY, VALVERDE, BARBOSA *et al*, 2005).

Diante dessa situação, à qual o professor está exposto, envolvendo muito trabalho, desvalorização salarial e violência, é compreensível que seguir uma carreira docente não tem sido o caminho escolhido pelos jovens brasileiros. Com a baixa na oferta de professores, há possibilidade de uma crise na formação de

profissionais para o mercado, o que atingirá, diretamente, a todos os indivíduos na sociedade.

A escola, instituição reconhecida como importante espaço de socialização de informações gerais, tem sido apontada como um local onde também devem ser trabalhadas outras atividades como oficinas de teatro, dança e diferentes esportes. São atividades importantes e necessárias, mas, como são delegadas aos professores, acabam por sobrecarregá-los. Dessa forma, abordar na escola as temáticas de saúde, delegando somente aos professores essa função, compromete a qualidade desse conhecimento.

Percebe-se que a relação entre saúde e educação tem ocorrido de forma que cada uma dessas áreas focalize conhecimentos e práticas em suas especificidades, sendo a educação associada à escola e aos processos de aprendizagem e, a saúde, aos serviços de saúde e processos de adoecimento (MS, 2002).

Sendo a violência um problema sério de saúde na sociedade e, por consequência, na escola, o PSE possui, como um dos pontos a ser trabalhado na escola, a promoção da saúde e prevenção, com previsão de ações direcionadas para a promoção da cultura de paz e prevenção das violências (MS, 2009).

O professor pode ajudar na redução da violência atuando na sua prevenção ou mesmo intervindo em parceria com os profissionais da saúde, além de servir de modelo de não-violência para crianças que a ela estejam sujeitas em casa. Entretanto, isso só será possível se os professores contarem com boas condições de trabalho, apoio emocional e formação profissional adequada.

O que ocorre na maioria dos países é que os professores já estão sobrecarregados e sob forte pressão para assumir maior responsabilidade para lidar com a violência em suas escolas e não têm formação e experiência para tal (PINHEIRO, 2006).

CAPITULO III – MARCO METODOLÓGICO

3.1. Tipo de Estudo

Para o alcance dos objetivos do trabalho, optamos por um estudo de observação e participante de abordagem qualitativa, baseado na Pesquisa Social. Os estudos qualitativos trabalham com realidades particulares que não devem ser quantificadas, uma vez que são significações, crenças e valores que fazem parte da realidade social, considerando que o ser humano interpreta suas ações a partir de seu contexto (MINAYO, 2007). Outra característica desse tipo de estudo é a de possibilitar o conhecimento da dinâmica e da estrutura do contexto de estudo sob a ótica dos sujeitos que ali vivem (MERIGHI, PRAÇA, 2003).

Minayo (2008, p.47) compreende a Pesquisa Social como “os vários tipos de investigação que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua historia e de sua produção simbólica”. Permite, assim, uma visão “macro” do indivíduo, entendendo ser o homem uma espécie que possui suas particularidades ao mesmo tempo que é influenciado pelo meio em que vive.

Tendo em vista que buscamos compreender as concepções e significados de professores sobre a violência e o bullying no contexto escolar, seguimos os pressupostos da Pesquisa Social Estratégica que, de acordo com Minayo (2008, p.50), tem a finalidade de “lançar luz sobre determinados aspectos da realidade”, sem priorizar soluções práticas para a questão à qual busca resposta.

André (2001) afirma que entre os diversos meios de se julgar uma pesquisa destaca-se a consideração que deve haver com relação à relevância científica e social, assim, com as considerações acerca das tentativas de se enfrentar o problema – neste caso a violência na escola - e que fiquem “evidentes sua contribuição ao conhecimento já disponível e a opção por temas engajados na prática social.” (ANDRÉ, 2001, p. 59)

Concordamos com os pensamentos da autora e também com os educadores que participam dessa realidade, no que se refere à relevância social de uma pesquisa voltada para a violência na escola. As escolas Campo que parece tão frágil aos olhos da sociedade tendo em vista as diversas notícias de violência é forte por seus educadores ao ponto de enfrentar essa realidade apesar de todas as dificuldades.

A relevância social e científica está no seio dessa própria escola que encontra soluções para os problemas por esforços próprios e deve ser exposta como mentora das soluções de conflitos e atuante em aplicar as Políticas Públicas existentes sem ter participado, na maioria das vezes, de sua elaboração.

A utilização de uma base bibliográfica focada na legislação Restaurativa e seus princípios e experiências se justifica pela proposta inicial deste pesquisador, tanto no que se refere à necessidade de alternativas para o enfrentamento da violência, como na possibilidade das políticas públicas mais recentes estarem pendendo para essa nova “estratégia” de utilização da mediação como meio de solução de conflitos. O professor mediador escolar e comunitário pode ser parte dessa tendência e merece uma investigação “*in loco*” para podermos analisar as primeiras impressões de dirigentes e educadores a respeito desse novo personagem no contexto da educação escolar.

Como instrumentos de pesquisa foram utilizados entrevistas semiestruturadas com o diretor, vice-diretor, coordenador, inspetores de alunos, oficiais operacionais e professores (incluindo aqui o professor mediador escolar e comunitário) e questionário com questões fechadas e abertas - cada uma delas formulada de modo a atender sua finalidade específica (quantitativa e qualitativa) - com os professores do ensino médio na escola pesquisada.

De acordo com Manzini (2004) existem três tipos de entrevistas: estruturada, semiestruturada e não-estruturada. A entrevista semiestruturada é direcionada por um roteiro elaborado preliminarmente, que contém na maioria das vezes questões abertas. As perguntas descritivas teriam grande importância para a descoberta dos significados dos comportamentos das pessoas de determinados meios culturais. (MANZINI, 2004, p. 3) A entrevista semiestruturada permite assim

uma organização flexível e ampliação das informações e questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecido pelo entrevistado, o que se torna primordial para alcançar os objetivos propostos em uma pesquisa com tema tão inquietante para os educadores.

A escolha do Ensino Médio para a realização das entrevistas com os alunos e professores justifica-se por dois motivos. O primeiro diz respeito à maior incidência de casos de violência a ser registrados nessa etapa do ensino escolar (Ensino Médio), o que acarreta além dos problemas disciplinares o cometimento de crimes. A verificação da quantidade de adolescentes nas casas correccionais é um registro incisivo de tais relações que, infelizmente, por diversas vezes acontecem também dentro da escola, a agressão física a professores, utilização de arma de fogo, uso e tráfico de drogas, entre outros. O segundo motivo diz respeito à possibilidade de analisar a visão dos educadores sobre todo o sistema educativo, o ensino médio é o resultado de toda a aprendizagem e somatória das relações pessoais que aconteceram em todo o decorrer do ensino fundamental.

Cabe aqui salientar que mesmo dando um enfoque maior ao Ensino Médio foi essencial a observação do dia a dia da totalidade da escola. De forma mais específica: foi importante verificar se ações, políticas públicas, criação de cargos e mecanismos que estão ou não sendo benéficos para a solução de problemas dentro da escola relacionados à violência e à indisciplina. Nesse sentido foi possível concluir, a partir da investigação e da observação da pesquisa que existe um esforço por parte do Poder Público em desenvolver mecanismos para o enfrentamento das questões relativas à violência e indisciplina dentro da escola. Porém, ações desordenadas e falta de organização estão sempre truncando a realização de ações que realmente estejam de acordo com as necessidades existentes.

No primeiro contato com os diretores das escolas analisadas foi possível identificar a existência de um material criado especificamente para o desenvolvimento de uma cultura diferenciada voltada para a realidade da escola no que se refere às questões de violência e indisciplina. O manual e Proteção Escolar e Promoção da Cidadania e as Normas Gerais de Conduta Escolar são entregues nas escolas do Estado de Roraima no ato da inscrição do aluno e assinado pelo responsável dele, mas a orientação das Diretorias de Ensino é para não utilizá-los

como embasamento para ações direcionadas dentro da escola, tendo em vista que os documentos ainda não foram regulamentados por ato normativo da Secretaria da Educação, servindo assim, por hora, apenas como meio viável de consulta da legislação e encaminhamentos mencionados.

Os Diretores das Escolas pesquisadas confirmam relatando que a metodologia implantada pela SEED não ajuda muito no desenvolvimento dos trabalhos e que seria necessário uma construção mais sólida e em conjunto com as escolas para atender as necessidades reais existentes. Como por exemplo, é o caso do Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania e das Normas Gerais de Conduta que foram feitas e não foram trabalhadas com as escolas deixando assim a desejar uma vez que não podem ser utilizadas visto que ainda não foram publicadas em Diário Oficial. Eles ainda enfatizam de forma homogênea que o exemplo da Progressão Continuada que seria de grande valia se fosse utilizada de outra maneira, com fundamentos e uma base possível de execução. (citação de Diretores)

3.2. Campo de Estudo: Escolas de Ensino Médio da Zona Oeste.

Entendemos como campo de estudo “o recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação” (MINAYO, 2008, p.201).

Este trabalho foi realizado em três Escolas Estaduais, localizada na Zona oeste da cidade de Boa Vista capital do Estado de Roraima, situado na região Norte brasileira. O Estado de Roraima é uma das 27 federativas do Brasil, também o menos populoso do país, segundo (IBGE, 2016) com 514.229 habitantes e possui em área territorial total 2224.300.0506 de Km² (IBGE, 2007).

Historicamente geográfico o Estado de Roraima, o estado mais setentrional do País, conta com uma população de apenas 514.229 mil habitantes, das quais 285 mil residem na capital, Boa Vista. Sua ocupação tomou impulso a partir dos anos 1970, com os programas de colonização agrícola e a “corrida do ouro”, que levou milhares de pessoas de todo o país a exercer a atividade garimpeira no interior do estado. Apesar de a garimpagem se realizar no interior, a população se concentrou em Boa Vista, em função de vários fatores que serão apresentados posteriormente.

Ainda que o *boom* demográfico tenha ocorrido a partir dessa época, a cidade passou por outros momentos que ajudam a explicar sua expansão demográfica e a respectiva expansão urbana. Nosso trabalho busca localizar o estado e a cidade de pesquisa de campo e apresentar uma perspectiva histórica para o entendimento desses processos, analisando a formação socioespacial da capital roraimense a partir de seus agentes interventores. A Figura 1 mostra a localização do estado de Roraima.

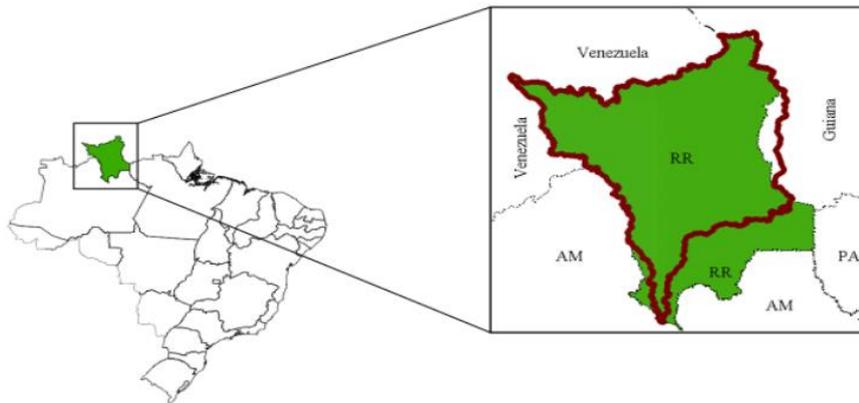


Figura 1 – Posição geográfica de Roraima.
Fonte: <www.ibge.gov.br>.

O estado de Roraima, juntamente com o Amapá, tem experimentado as maiores taxas de crescimento populacional desde os anos 1980, assim como suas respectivas capitais — Boa Vista e Macapá. De outro lado, as duas capitais aparecem encabeçando o *ranking* da exclusão social nos países, segundo os dados de Pochmann e Amorim (2004).

O vertiginoso crescimento populacional deveu-se (e deve-se) fundamentalmente ao intenso fluxo migratório observado nesses estados e municípios. Não obstante a redução da intensidade na migração, esta ainda constitui importante fonte para o acréscimo populacional experimentado atualmente pelas duas unidades territoriais.

A cidade de Boa Vista é um município brasileiro, capital do estado de Roraima faz parte da subdivisão Fronteira de Integração da porção ocidental da Amazônia. Encontra-se na mesorregião Norte de Roraima, na microrregião de Boa Vista. Possui clima equatorial com média de temperatura de 27,4oC, vegetação típica

de savana e duas estações bem definidas: a chuvosa (inverno), entre abril e setembro, e a seca (verão), entre outubro e março. Localiza-se na margem direita do rio Branco, dentro da bacia hidrográfica de mesmo nome. Segundo Freitas(2001) a cidade de Boa Vista Nasce,

“A cidade, nasce no segundo período (18001-1890) da colonização, este marcado sobre tudo pela violência do colonizador português sobre o colonizado, índios em sua maioria”, e “migração” por conta de uma “(...) seca que assolou o nordeste brasileiro em 1877 e forçou um início migratório para a Amazônia. Inicialmente por piauienses e cearenses”. Freitas (2001, p. 100)

A cidade, segundo dados do Censo 2010 do IBGE, com uma população aproximada de 285 mil habitantes, mais do que o dobro daquela observada em 1991, que era de 122 mil habitantes. Conforme aponta Vale (2007)

No início da década de 1980, a expansão urbana da capital roraimense foi capitaneada pelo governo, que, “visando à segurança nacional, promoveu o crescimento populacional do Território por meio de uma política urbana concentrada na capital [...]”. Já em 1991, através da Lei n. 244, que regulamenta o Plano Diretor do município de Boa Vista, foram criados mais 30 bairros. Em 1999 o Plano Diretor foi alterado, redefinindo os limites de alguns bairros e acrescentando mais 18. Vale (2007, p.22).

Boa Vista é uma cidade Planejada em sua arquitetura de Urbanismo. Foi convidado para a elaboração de seu Plano Urbanístico o engenheiro civil da empresa Riobras, Darcy Aleixo Derenusson. O projeto urbanístico previa um formato radial concêntrico, em forma de leque, em que as principais avenidas irradiavam de um ponto central em direção a um limite estabelecido por duas avenidas a serem construídas. **(Ver figura 2)**



Figura 2 – Vista aérea de Boa Vista.

Fonte: <www.boavista-rr.com.br>. Foto de Marcelo Lourenço.

Para Veras (2010), o Plano propiciou a diferenciação do espaço urbano já naquele momento, pois criou um acesso seletivo e desigual das pessoas, visto que só contemplava o núcleo embrionário e a área delimitada no projeto e não toda a cidade. Nesse sentido, aquele autor afirma:

[...] O Plano Urbanístico passou a incorporar novos ritmos de organização espacial devido ao caráter concentrador e pelo fato dos arranjos espaciais que definiam a cidade na época estarem ligados a ações políticas isoladas, que, por sua vez, eram seletivas e acentuavam as desigualdades, criando diferenciações sócioespaciais interurbanas e formação de territórios precários, que até hoje são presenciados (Veras, 2010, p.14).

Com esse projeto urbanístico inicia-se o segundo espaço urbano apontado por Veras (2010), que vai caracterizar a expansão urbana de Boa Vista até pelo menos os anos 1980.

Em 2000 a cidade já contava com 49 bairros e em 2011, com os novos bairros criados em 2007 (São Bento) e 2010 (Said Salomão), já são 56, expandindo a área urbana para a região oeste.

Atualmente Boa Vista com 58 bairros os quais estão divididos em quatro zonas, além do centro: Zona Norte com seis bairros; Zona Sul com cinco bairros; Zona Leste com quatro Bairros e a Zona Oeste com 43 bairros onde estão centrados 75% da população da capital com cerca de 250 mil habitantes (IBEG, 2016) **(Ver quadro 1)**.

BAIRROS DA CIDADE DE BOA VISTA-RR					
ZONA NORTE	ZONA SUL	ZONA LESTE	ZONA OESTE		
1. Centro 2. Aparecida 3. Aeroporto 4. Bairro dos Estados 5. Paraviana 6. São Francisco 7. 31 de Março	8. 13 de Setembro 9. Calunga 10. São Vicente 11. São Vicente	12. 5 de outubro 13. Caçari 14. Canarinho 15. São Pedro	16. Alvorada 17. Araceli S. Maior 18. Asa Branca 19. Bela Vista 20. Burity 21. Caimbé 22. Cambará 23. Caraná 24. Cauamé 25. Centenário 26. Cidade Satélite 27. Cinturão Verde 28. Distrito Industrial 29. Dr. Silvio Botelho 30. Dr. Silvio Leite	31. Dr. Ailton Rocha 32. Hélio Campos 33. Jardim Caraná 34. Jardim das Copaibas 35. Jardim Equatorial 36. Jardim Floresta 37. Jardim Primavera 38. Jardim Tropical 39. Jôquei Clube 40. Liberdade 41. Laura Pinheiro 42. Marechal Rondon 43. Mecejana 44. Murilo Teixeira	45. Nova Canaã 46. Nova Cidade 47. Olímpico 48. Operário 49. Pintolândia 50. Piscicultura 51. Pricumã 52. Raiar do Sol 53. Said Salomão 54. Santa Luzia 55. Santa Tereza 56. São Bento 57. Tancredo Neves 58. União

Quadro 1 – Bairros e Zonas da área urbana na cidade de Boa Vista.
Fonte: IBGE (2010)

O quadro 1 mostra os nomes dos 58 bairros na urbana da cidade de Boa Vista até 2005. Cabe destacar aqui que os estudos feitos nesse trabalho, a pesquisa de campo está localizada em três bairros da Zona oeste: os Bairros: Dr. Silvío Botelho, Pintolandia e Jôquei Clube. Importante saber ainda que, os alunos participantes das escolas campo de pesquisa, em sua maioria são dos bairros da zona oeste.

A cidade de Boa Vista, o que se refere à questão educacional, na modalidade de Ensino fundamental e Médio, a capital de Roraima conta com (01) uma secretaria de educação para os ensinos. Segundo a Secretaria de Estado da Educação de Roraima, em dezembro de 2015, no Ensino havia um total de 13.413 alunos matriculados nas escolas estaduais. Para esse total de alunos a Secretaria de educação (SEED) conta com o número de (31) trinta e uma Instituições de Ensino Médio (EM) no município de Boa Vista (BV) e, contabilizando o corpo docente de 971 para lecionar no (EM), professores concursados (efetivos) e seletivados (cargo Temporário) (IBGE, 2015).

As Intuições Estaduais Públicas (IEP) selecionada está localizada em uma região com 100% de cobertura da Estratégia de Saúde da Família e Segurança Pública, e possui baixo , implementado, o PSE. Em seu contexto, a referida região enfrenta problemas com a violência (alunos-profissionais, alunos-alunos, família-profissionais, família-alunos) e, no seu entorno, tráfico de drogas, situação socioeconômica desfavorável da região onde está inserida.

3.2.1 Problematização, Mostra da População.

A População residente em Boa Vista representava 56,36% do total do estado, em 2007 sua participação relativa elevou-se para 63,12%, o que demonstra uma maior concentração populacional na capital roraimense ao longo do período analisado. Em 2010 essa participação alcançou 69% e 82% da população urbana do estado. Em 2016 segundo IBGE a população de Boa Vista está em 332.020 habitantes.

3.2.1 Escolas Campo de pesquisa

A população dos bairros da Zona oeste, bairros locos da pesquisa de campo, segundo o senso de 2010, nos embasa a respeito do quantitativo de habitantes por bairro, onde estão localizadas as três escolas Públicas de pesquisa de nosso trabalho:

A Escola publica América Sarmiento Ribeiro, localizada no Bairro Pintolandia, de acordo com o senso (2010), este bairro tem uma população é de 10.990 habitantes, distribuída entre homens e mulheres. A população Masculina representa 5.465 hab. e a População feminina, 5.525 hab. fundada em 31.05.1995, nomeada por homenagem a mãe do Governador da época Senhor Neudo Campos. Situada na Zona oeste da cidade de Boa vista Roraima, na Rua Raimundo Rodrigues Coelho S/N, Bairro Pintolandia. Segundo dados do Senso 2016 a escola tem em Estampas de Ensino, somente o Ensino médio.

Atualmente a escola conta com o numero de 793 alunos participantes e 105 funcionários. Em suas dependências 16 salas de aula; sala de diretoria, Sala de professores, laboratório de informática, laboratório de Ciências, Salas de recurso multifuncionais para atendimento Educacional especializado (AEE), quadra de esportes, Sala de secretaria, banheiros, Almojarifado, Pátio coberto.

Outra escola publica campo de pesquisa é a Professor Severino Gonçalves Gomes, localizada no Bairro Dr. Silvio Botelho, com a população de 10.990 habitantes, fundada em junho de 2000, localizada na zona oeste da cidade BV. Avenida Nazaré Figueira, 2054. Bairro Dr. Silvio Botelho. Segundo dados do Senso 2016 a escola tem em duas Estampas de Ensino, o Ensino Fundamental e Ensino Médio. Hoje a escola conta com o numero de 1.793 alunos participantes e 127 funcionários.

Em suas dependências 45 salas de aula; sala de diretoria, Sala de professores, biblioteca, laboratório de informática, laboratório de Ciências, Salas de recurso multifuncionais para atendimento Educacional especializado (AEE), refeitórios, sala de Leitura, quadra de esportes coberta, Sala de secretaria, banheiros, Almojarifado, Pátio coberto e área verde.

A terceira Escola Campo é a Escola Estadual Professor Antônio Carlos da Silva Natalino, Situada na rua José Francisco, 1339, bairro Jóquei Clube, localizada na Zona Oeste de BV. Segundo dados do Senso 2016 a escola tem em

duas Estampas de Ensino, o Ensino Médio e o Ensino de Jovens e adultos – Médio Supletivo, atualmente esta escola tem o número de 793 alunos participantes e 101 funcionários.

Em suas dependências 12 salas de aula; sala de diretoria, Sala de professores, biblioteca, laboratório de informática, laboratório de Ciências, Salas de recurso multifuncionais para atendimento Educacional especializado (AEE), refeitórios, sala de Leitura, quadra de esportes coberta, Sala de secretaria, banheiros, banheiros adequados a alunos com necessidades especiais, Pátio coberto.

Em seu contexto, as referida escolas enfrentam problemas com a violência (alunos-profissionais, alunos-alunos, família-profissionais, família-alunos) e, no seu entorno estão vulneráveis a tráfico de drogas, bebidas alcoólicas, situação socioeconômica desfavoráveis na região onde estão inseridas.

3.3 Instrumentos de coletas de dados

Para a coleta de dados, utilizamos duas técnicas: Observação Participante e estudo de casos. Contudo devido ser três escolas campos e cada uma bem distante da outra, tornou-se necessário a técnica do “grupo focal”.

Os principais instrumentos utilizados para a coleta de dados foram entrevistas semiestruturadas e os questionários. Pudemos então saber de professores e dirigentes quais são as medidas tomadas nos casos de violência nas escolas. Se há o conhecimento necessário para o encaminhamento mais adequado, como está sendo a utilização da legislação vigente e dos meios eletrônicos (ocorrência eletrônica) e ainda, qual a relação existente entre a violência e esses registros de ocorrências e, ainda, se o professor mediador e comunitário está sendo um meio para atingir a resolução dos problemas relacionados à violência e o bullying no contexto escolar.

As respostas obtidas e analisadas proporcionaram para este pesquisador uma visão privilegiada de uma pequena parcela do pensamento dos educadores no que diz respeito à violência e a indisciplina dentro das escolas. Pude ainda analisar a incidência dos casos por intermédio da verificação de registros e formalidades existentes nas escolas no que se refere aos casos de violência,

indisciplina e o bullying, a utilização por parte do Estado de tentativas de redução das incidências desses casos, tais como o Projeto da Justiça Restaurativa, o Sistema de Proteção Escolar e por último o Professor Mediador e Comunitário.

Essa análise nos mostrou uma realidade difícil, mas bem trabalhada, cheia de pessoas interessadas em um bem maior, dispostas a dedicar toda a sua vida com um objetivo bem definido, uma educação digna e respeitada. Pessoas que trabalham de acordo com a legislação, desenvolvem os projetos mesmo quando as dificuldades de entendimento imperam.

Pessoas que constroem uma realidade melhor, com suas estratégias próprias e perspicácia que estão sim surtindo um efeito positivo no enfrentamento da violência e na restauração da cultura de paz dentro da escola.

3.3.1. A Observação Participante

Consideramos que, para o entendimento da problemática da Violência e o Bullying Praticado no Âmbito Escolar de Três Escolas de Ensino Médio da Zona Oeste de Boa Vista- Roraima é necessário um contato prévio com os atores pesquisados. Assim, a observação do campo de estudo começou em junho de 2017. Nesse período, foi possível mantermos contato com a população da escola, em geral professores, coordenadores, alunos e demais funcionários.

Adotamos a postura de pesquisador observador participante na qual:

O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa (Minayo, 2007, p.70).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que observamos o campo e coletamos os dados, participamos de atividades de educação pedagógicas que desenvolveram a afetividade e socialização, além de promovemos diálogo e a mediação com possibilidades intervenções pedagógicas adequadas à valorização da vida, da ética, do respeito e da Paz, também participamos de integração escola/comunidades em saúde na escola e interagimos com a comunidade escolar. Optamos por utilizar roteiro para a observação, contudo, preferimos assegurar certa liberdade em tal atividade.

Foram entrevistados alunos, professores e diretores da escola, que vivenciam no seu dia a dia e se entrelaçam com as questões relacionadas à violência e o bullying.

Para Duarte (2002) a metodologia de base qualitativa dificilmente define taxativamente “*a priori*” todos os participantes da pesquisa, assim eles vão surgindo ou sendo suprimidos dependendo da qualidade das informações obtidas em cada depoimento (DUARTE, 2002, p. 143)

Os questionários foram elaborados com questões de múltipla escolha e questões abertas, com a intenção que os educadores e alunos externarem suas opiniões e anseios. A expectativa foi de que esses questionários fossem respondidos por todos os alunos e professores das escolas campo, porém, alguns voltaram em branco como veremos no próximo capítulo.

Sendo o nosso objetivo verificar um pouco do pensamento dos educadores, as entrevistas e questionários foram direcionados a estes profissionais, indagando como veem a realidade existente hoje e se as políticas públicas utilizadas estão surtindo algum efeito no enfrentamento da violência e da indisciplina.

As situações por nós presenciadas nessa observação do campo de estudo possibilitaram a contextualização das falas dos professores, tornando-as mais claras e permitindo apreender eventuais omissões de pontos de vista, considerando que alguns deles puderam ser acompanhados em sua rotina de trabalho e, após, participaram do grupo focal. O grupo focal pode ser conceituado como:

(...) uma técnica de Pesquisa na qual o Pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico (CRUZ NETO, MOREIRA, SUCENA, 2002, p.5)

3.3.2 Estudo de Campo

Juntamente com a observação participante, foi desenvolvida a técnica de estudo de campo para coleta dos dados. Pelo fato dos professores trabalharem, todos os dias, no mesmo local, compartilham várias experiências e, assim, a

realização dessa técnica foi de grande ajuda, possibilitando a tão necessária discussão para o alcance dos objetivos propostos.

O estudo de campo é conceituado por GIL, (2008) como:

O estudo de campo procura o aperfeiçoamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevista com informantes para captar as explicações e interpretações do ocorrem naquela realidade (Gil, 2008).

Os participantes da pesquisa foram convidados a preencher um questionário que contemplava aspectos socioeconômicos e questões abertas sobre sua satisfação profissional a respeito da problemática a violência e o bullying no âmbito escolar; o mesmo foi pré-elaborado por nós, para melhor caracterização dos sujeitos.

Para realização das atividades educacionais pedagógica nas escolas campo, foi previamente elaborado um Roteiro para Debate, que continha os tópicos a serem discutidos de forma a direcionar a discussão. Mesmo havendo uma tentativa de seguimento dos passos do Roteiro, algumas adequações tiveram que ser feitas após a realização do primeiro debate a fim de que o tempo previsto não fosse ultrapassado o que, segundo Cruz Neto, Moreira, Sucena (2002), costuma ocorrer.

3.4. Processamento de dados

Nosso estudo para condução das atividades e participação em in lócus, contou com um mediador (pesquisador responsável) grupos focais (professores das escolas campo). Assim, conduzimos a coletas de dados através de questionários e buscamos, ao máximo possível, não interferir nas discussões dos participantes. Contamos com auxílio e permissão da gestão da escola para observação e coleta de dados. Tivemos através de nossos questionamentos debate, relato de alunos e professores, os quais foram escritos em punho pelo pesquisador e serão abordados nos resultados como coleta de dados. Os questionários com dez perguntas focais foram realizados em salas de aula disponibilizadas pela direção da escola.

Necessário se faz reforçar que, na condição de pesquisador responsável desenvolvemos o papel de pesquisador observador participante na

condução da pesquisa como um todo. No entanto, no momento da aplicação dos questionários, foi necessária a ajuda dos professores da sala de aula, nosso papel foi de mediador e, para tanto, contamos com a ajuda deles para nos auxiliar na condução de grupos focais para debates e sondagem diagnóstica nas escolas campo.

Para os debates e discussões sobre a temática e aplicação dos questionários, tivemos a necessidade de grupos focais, juntamente com a observação participante, foi desenvolvida a técnica de grupo focal para coleta dos dados. Pelo fato de ser três escolas campo em locais diferentes e professores trabalharem a anos mesmo locais, e conhecer bem o campo de estudo, compartilham várias experiências e, assim, a realização dessa técnica foi de grande ajuda, possibilitando a tão necessária discussão para o alcance dos objetivos propostos.

O grupo focal pode ser conceituado como:

(...) uma técnica de Pesquisa na qual o Pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico (CRUZ NETO, MOREIRA, SUCENA, 2002, p.5)

A escolha da utilização do grupo focal como uma das técnicas de coleta de dados desse estudo está de acordo com o recomendado por Neto, Moreira, Suscena (2002), os quais consideram que a escolha do método de grupo focal para a coleta de dados deva ser decidida após o estabelecimento dos objetivos do trabalho. No nosso caso, como os professores são também nossos participantes da pesquisa neste caso não utilizamos da técnica grupo focal, por se tratar de um grupo de sujeitos que compartilham um mesmo ambiente de trabalho e desempenham tarefas semelhantes, podendo ter, dessa forma, muitas vivências e ideais em comum. Neste caso foi aplicado o questionário aos professores pelo próprio pesquisador.

Os professores das instituições de ensino que estavam em sala de aula no período/dia foram os que fizeram a aplicação dos questionários aos alunos, Os questionários foram aplicados a cada escola em dias diferentes. Inicialmente, era realizada uma apresentação do pesquisador a equipe da gestão e professores in loco, explicando o trabalho, esclarecendo sobre os objetivos de se realizar com nossa pesquisa.

De acordo com nossos objetivos específicos o nosso trabalho que foram:

- ✓ Proporcionar atividades pedagógicas que desenvolvam a afetividade e socialização.
- ✓ Promover diálogo e a mediação
- ✓ Propor intervenções pedagógicas adequadas à valorização da vida, da ética, do respeito e da Paz.
- ✓ Promover atividades de integração escola/comunidades.

Para realização desses objetivos específicos, em observação de campo tivemos oportunidades de agendar um debate sobre a problemática de nossa pesquisa nas Escolas Campos, como atividade pedagógica preventiva e orientadora. A essas atividades como procedimentos didáticos usa-se novamente dos grupos focais. O espaço que nos foi cedido na escola campo de pesquisa, foi uma sala de aula, usou-se o tempo de 4 horas dia. Iniciamos nosso debate primeiro conceituando sobre a violência e o bullying. Em seguida abrimos um debate com os 35 participantes em cada escola campo, sobre os tipos de violência, no que foi mobilizado por meio da utilização de gravuras, as quais foram previamente dispostas no chão, no centro dos participantes. Tais gravuras foram preparadas por nós de modo que não apresentassem ligação alguma com o contexto escolar ou com o tema do estudo; deveriam, ainda, ter aspecto neutro, evitando eventual viés ao estudo.

Foi solicitado que os participantes escolhessem as gravuras que representassem o conceito de cada um sobre violência e o bullying. Posteriormente, foi solicitado que mostrassem e falassem sobre a(s) gravura(s) que haviam escolhido, dizendo o motivo da escolha. Nesse momento, a mediação buscava explorar situações de violência e o bullying vividos pelos alunos e professores e os tipos deles mais presenciados pelos participantes. Essas atividades pedagógicas de mesmo procedimento foram feitas para turmas de Ensino médio em dois encontros em cada escola campo.

Quando o tempo previamente estabelecido estava se encerrando, solicitávamos aos participantes que já tinham sofrido maltrato violência, bullying e agressões na escola falassem ou escrevessem relatos o comentassem, os relatos foram disponibilizados; posteriormente analisados pelo pesquisador onde embasara nossa pesquisa. Ao final, agradecíamos a participação.

3.5. Análise de dados

Conforme apresentamos anteriormente nos pressupostos desta pesquisa, entendemos que a concepção de violência e o bullying estão associados ao contexto de vida dos sujeitos. Dessa forma, para contextualizar os significados da violência e o bullying apreendidos nas falas dos participantes e dos grupos focais, apresentaremos uma caracterização socioeconômica dos professores, realizada previamente ao preenchimento das fichas. Em seguida, discutiremos as categorias temáticas que emergiram do material empírico obtido em observação de campo que puderam ser transcritos, a saber: “O professor e a violência em seu contexto de trabalho” e “A influência da família na violência do contexto escolar”.

3.5.1 Entrevistas

O objetivo das entrevistas foi averiguar a incidência de violência e o bullying no contexto escolar, assim como a participação do entrevistado quando ocorrido: saber quais os procedimentos que foram adotados, tais como a realização de mediação de conflitos, encaminhamentos para autoridades e entidades de ajuda, participação e ocorrências a partir da criação do cargo de professor mediador escolar e comunitário. Verificar se as medidas tomadas recentemente, como orientações, encaminhamento de manuais e normas tem alcançado algum resultado no que se refere à incidência de violência na escola e qual o sentimento de participação do entrevistado nesse processo.

Duarte (2002) explica que situações de contato entre pesquisador e sujeitos da pesquisa em seu ambiente de trabalho normalmente trazem dificuldades e em razão disso é preciso se inserir de forma tranquila, evitando gestos e procederes que influenciem nas respostas para alcançar sucesso na abordagem. (DUARTE, 2002, p. 145)

O trabalho do professor mediador escolar em seus anseios, sua prática e desenvolvimento de projetos e do próprio dia a dia que foram observados durante as visitas na escola. Viver e trabalhar ao lado desse profissional durante alguns dias foi uma experiência incomparável, que tornou possível descrever o que se passa dentro da escola com relação aos conflitos e a maneira como se dá sua

atuação efetiva. Para Duarte (2002) “aprender a realizar entrevistas é algo que depende fundamentalmente da experiência de campo”. (DUARTE, 2002, p. 146)

3.5.2 Convivência e Relatos: professor em sala de aula.

Um dos objetivos deste trabalho é sim buscar, “*in loco*”, um pouco das vontades e angústias do professor que está em sala de aula e vivencia de perto essa situação e acumula uma gama de informações em razão de sua múltipla função: tem que cumprir seu papel ensinando e realizando funções que nem suas são, ser um pouco família, orientar para a vida e mediar os conflitos inerentes a essa realidade é sim, um dos objetivos deste trabalho. Durante as entrevistas com os professores obtivemos em campo relatos que constata a violência e o bullying nas escolas campos e ate mesmo violência contra o professor:

Relato de professores da Escola América Sarmiento: A prática do Bullying na escola América Sarmiento, Não é raro presenciarmos dados que caracterizam a pratica desses fenômenos violentos por parte de alunos para aluno, de alunos para professores e até mesmo de funcionários.

Um dos casos mais recentes foi com aluno do terceiro ano do Ensino Médio da Escola América, fato observado, ocorreu da seguinte forma:

Ao entrar na sala de aula o aluno, viu o seu nome exposto no quadro branco com letras em destaques: “Fulano”... “Seu fedorento, vá tomar banho e lavar esse sovaco seu gambá, que tá mantando” Diante desse fato ocorrido o aluno evadiu-se da escola, e até tentou suicídio. (Citado por um professor da escola América Sarmiento Ribeiro em setembro de 20017).

Para esses tipo de violência relatado é um dos tipos de Bullying chamado VICTIMS- Alvos/Vitimas segundo Patterson, Kupersmidt & Vadan, (1990) são os alunos que apenas sofrem bullying. As vítimas tendem a ser de níveis socioeconômicos mais baixos, porem não é regra geral, pois o ambiente familiar e comunitário influencia sem dúvidas todas as aprendizagens realizada pela criança, adolescente e ou adulto. (citados por Schwartz et al., 1997, cit. Por Carvalhosa, Lima & Matos, 2012)

A esse tipo de comportamento desregulado emocionante relatado a campo e de acordo com a realidade encontrada, as vitimas pode ser o resultado de

exposição violência que caracteriza as vitima pode ser o resultado e exposição à violência e abusos de pessoas “poderosas” que utilizam estratégias agressivas. (Schwartz et al., 1997)

Duarte (2002) explica que situações de contato entre pesquisador e sujeitos da pesquisa em seu ambiente de trabalho normalmente trazem dificuldades e em razão disso é preciso se inserir de forma tranquila, evitando gestos e procederes que influenciem nas respostas para alcançar sucesso na abordagem. (DUARTE, 2002, p. 145)

Outro caso nesta mesma Instituição se dar ao fato da questão de Homofobia entre alunos:

O aluno em questão é constantemente hostilizado por um colega de sala, pelo simples fato de ser homossexual. Certo dia teve que intervir, pois, o agressor partiu para a violência física, acalmado os ânimos de ambos. (situação observada em sala de aula no mês de outubro de 2017).

A este caso tomamos o Bullies-Autores/Agressores que é um tipo de violência do Bullying segundo Schawartz, (1997) onde os agressores são alunos com históricos familiares de condições adversas:

Bullies-Autores/Agressores são os alunos que apenas praticam o bullying. Algumas condições familiares adversas parecem favorecer o desenvolvimento da agressividade nas crianças. Pode-se identificar a não estruturação familiar, o relacionamento afectivo pobre, o excesso de tolerância ou de permissividade e a pratica de maus-tratos físicos ou explosões emocionais como forma de afirmação de poder dos pais. (Schawartz, et al., 1997, cit. Por Carvalhosa, Lima & Matos, 2002)

É comum abordarem pessoas que apresentam algumas diferenças em relação ao grupo no qual estão inseridos, como por exemplo: Homofobia, obesidade, baixa estaturas, deficiência física, ou outros aspectos culturais, étnicos ou religiosos. Na verdade, a diferença é apenas o pretexto para que o bullying satisfaça uma necessidade que é dele mesmo: o de agredir, magoar. Como mostra o relato de uma professora da Escola Professor Severino Cavalcante:

Nesta Instituição de ensino, observamos caso envolvendo o Bullies-Autores/Agressores com alunos inclusos no ensino médio, estes por serem portadores de necessidades especiais, recebem de seus colegas atos de exclusão, apelidos e violências verbais tanto na convivência sociais como nas atividades em grupos na sala de aula e âmbito escolar, assim nos relata professora focal:

Ao formar os grupos para apresentações de seminários, ou atividades avaliativas em grupo, observou-se que os alunos inclusos não são aceitos e nem integrados aos grupos pelo fato de suas necessidades especiais. Um fato ocorrido foi com alunos com síndrome de dislexia e autismo. Seus colegas não o aceitavam os mesmos por não dominar o conteúdo e também ter dificuldade na fala, esses fatores além da aparência são motivos de exclusão e chacotas desagradáveis ao aluno vitimado... Isso a meu ver é um fato que impede a socialização e aprendizagem do aluno de forma correta. Contudo em minhas aulas tento fazer com que esses fatos não ocorram, fazendo uma forma de metodologia diferenciada. Mas o caso de preconceitos e bullying acontecem em outros momentos ou em outra sala de aula. (situação observada na sala aula desde o ano de 2016. E relatada por professora focal em outubro de 2017).

Diante desses relatos, as vítimas são alguém com quem frequentemente implicam, batem, irritam, gozam, fazem e dizem coisas desagradáveis sem razão. É pouco comum que a vítima nesse caso por se tratar de necessidade especial, se revele espontaneamente o bullying sofrido, seja por silêncio, seja por vergonha, por temer retaliações, por descrever nas atitudes favoráveis da escola ou por recear possíveis. Assim o silêncio pode se tornar uma explosão de atitudes agressivas. “O silêncio só é “rompido” quando os alvos sentem que serão ouvidos, respeitados e valorizados.” (Boulton e Smith 1994).

Enfim, as entrevistas assim como o trabalho como um todo foram instrumentos de verificação das atuais condições existentes nas escolas pesquisadas com relação ao enfrentamento da violência, indisciplina e o bullying sendo que, servindo de amostragem, puderam informar e descrever para nos pesquisadores e educadores a realidade dos professores que, dentro da escola, estão se dedicando há muito tempo nessas tentativas de melhoria, de um novo sujeito para a sociedade, missão não impossível, porém difícil – o Professor Mediador - que merece todo o nosso respeito assim como cada educador que trabalha na busca incessante de uma Educação de qualidade.

CAPITULO IV – MARCO ANALITICO

4. O PROFESSOR EM SEU CONTEXTO DE TRABALHO: VIOLÊNCIA E O BULLYING

Neste capítulo iremos apresentar a discussão dos resultados, através da análise e efetuada, quer pelas aplicações dos questionários (análise quantitativa) quer pela realização da observação em foco, (análise qualitativa) em confronto com a teoria pesquisada. Neste o objetivo central do pesquisador junto ao grupo focal, foi identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes, a respeito de um determinado assunto, neste caso a violência e o bullying no âmbito escolar. Sob o ponto de vista dos participantes, a atividades pedagógicas foi completamente flexível e não estruturada, dando margem à discussão proposta. Entretanto, sob a perspectiva do pesquisador houve um planejamento sobre o que deveria ser discutido com base nos objetivos propostos.

4.1. Sistematização de questionário aplicado aos docentes

A análise dos dados coletados após as entrevistas, a transcrição das falas, seguiu a linha descritiva para tratar do ponto de vista dos segmentos. Para tanto foram usadas às categorias previamente estabelecidas no roteiro, com o propósito de visualizar os três momentos distintos: qualidade do convívio; estratégias de resolução de conflitos e a eficácia das estratégias usadas pelos professores.

O “roteiro de debate” do Quadros 02(dois) foi o parâmetro utilizado pelo pesquisador para conduzir o debate com ajuda do Grupo Focal (professores de cada instituição escolar), servindo apenas como meio de coletas de dados e orientação.

Foram entrevistados em cada Escola campo, 10 professores que atuam na rede estadual de ensino, nas séries finais Ensino Médio Regular, selecionados aleatoriamente, somando 30 professores no total, com base no interesse em discutir e coletar dados sobre a violência escolar e a resolução de conflitos entre alunos e alunos e entre professores e alunos.

Para iniciarmos este tópico se faz necessária uma exploração no pensamento dos docentes e da direção da escola acerca da violência e indisciplina. A intenção deste trabalho desde o seu início foi tentar desvelar um pouco desse pensamento, culminando perspectivas de renovação dessa realidade. Assim as

respostas das questões propostas para os professores e direção servirão de base para a tentativa de alcançar novas perspectivas ou não.

Quadro 2 – Roteiro para entrevista com professores

ROTEIRO DE ENTREVISTA AO GRUPO FOCAL: PROFESSORES	
CONVIVÊNCIA ESCOLAR: A QUESTÃO DOS FENOMENOS DA VIOLÊNCIA E O BULLYING, CONFLITOS ENTRE ALUNOS E ENTRE PROFESSORES E ALUNOS.	
CATEGORIAS PARA ANÁLISE DE CONTEÚDOS	
OBJETIVOS	Qualidade do convívio escolar
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Investigar como professores e alunos percebem as relações de convívio dentro da escola. ✓ Observar as estratégias do professor para resolução de conflitos entre alunos e entre professores e alunos. 	O que você considera conflito escolar? <ul style="list-style-type: none"> ✓ Quais são os conflitos mais comuns na escola? ✓ Na sua vivência diária em sala de aula, há conflitos e indisciplinas? Quais? ✓ A que você atribui a existência desses conflitos? ✓ Você já foi vítima de algum tipo de violência na escola? Qual? ✓ Você já observou ou registou o bullying e violência na sala de aula?
	Caminhos para resolver conflitos na escola <ul style="list-style-type: none"> ✓ Existem procedimentos ou estratégias na escola para o enfrentamento da violência e o bullying? Quais?
	A quem você recorre em caso de violência no âmbito escolar? Como você normalmente resolve os conflitos?
	Professor (a) na opinião, as punições então aplicadas tendem a diminuir a incidência de violência e Indisciplina e por quê?
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Qual a melhor maneira para resolver um conflito? ✓ O que deveria ser evidenciado na aplicabilidade do Regimento Escolar?

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2017)

Nossa pesquisa em constatações de seus objetivos, sobre as investigações da violência, da indisciplina e o bullying nas escolas campos, na busca de alternativas existentes nas escolas e que possam servir de modelos de solução de conflitos, sejam eles idealizados e realizados dentro da escola com o auxílio da legislação vigente, ou ainda com o projeto do professor mediador escolar, que atualmente está em funcionamento em algumas escolas no Estado de Roraima.

O espaço escolar divide com a família a obrigação da formação e da educação, sendo atualmente a principal responsável pelo desenvolvimento ou não das pessoas, ou pelo menos assim ela (o espaço escolar) é visto. A violência, a indisciplina e o bullying nas escolas precisam ser estudados, entendidos e divulgados de forma simples, de fácil compreensão para que o seu enfrentamento, aliando educadores, pais e Estado, possa acontecer de forma efetiva e diversificada, se

adequando a cada espaço escolar e assim, desenvolvendo políticas públicas que atendam as necessidades existentes.

A análise e as experiências da utilização de meios alternativos e o questionamentos referente ao professor mediador escolar, estes como possíveis soluções de conflitos nas escolas poderá expandir a criação e explicitação de novas e possíveis alternativas dessa solução dos problemas existentes nas escolas.

Assim, o objetivo principal do nosso trabalho é verificar e analisar os resultados do enfrentamento dos professores e alunos com os fenômenos da violência e o bullying nas escolas da Zona Oeste de Boa Vista- Roraima. Iniciamos nossa entrevista e questionários usando da cordialidade brasileira, Caros senhores e senhoras, temos a certeza que com sua experiência na docência e a vivência nessa instituição escolar, terá informações essenciais que poderão elucidar questões relativas ao tema e estará assim, compartilhando com os demais colegas que podem, neste momento, estar enfrentando situações semelhantes. Nesse sentido, o (a) senhor (a) poderia responder a um questionário sobre este assunto? Adianto e afirmo que sua pessoa/identidade e a escola serão eticamente resguardadas de todo e qualquer dano ou risco, quaisquer que sejam as informações prestadas.

A espontaneidade nas respostas abertas, somente com algumas hesitações expostas pelo corretivo utilizado, poderá ser verificada ao longo das análises aqui efetuadas.

Destaca ainda que existe dentro da escola opções para esse enfrentamento, primeiramente com a separação dos casos, sendo que a grande maioria deles é resolvido com o diálogo, tanto com os próprios alunos, como com pais e responsáveis ou não. Os casos mais graves são encaminhados para as autoridades competentes (Promotor, Delegado de Polícia, Conselho Tutelar, Juiz).

Com relação aos professores escolhidos para a pesquisa trata-se de uma equipe que lida com os adolescentes que cursam o Ensino Médio Regular. A solicitação de respostas foi feita para todos os professores, ou seja, (30) trinta, sendo que apenas (02) dois não responderam e entregaram o questionário em branco. A intenção era abranger a totalidade de professores do Ensino Médio por lidarem com alunos com mais idade.

Hoje a indicação de que existem casos de violência extrema envolvendo pessoas cada vez mais jovens, o que pode ser observado facilmente nos âmbitos in loco das escolas campos: Escolas Estaduais Severino Cavalcante (EESC); Escola América Sarmento (EEAS) e Escola Antônio Carlos Natalino (EEACN) (por estas escolas ter os nomes bem grande, optamos aqui em colocar os “codinomes” por assim serem, mas conhecidas popularmente na sociedade local) fazem com que a possibilidade de observação desses jovens por parte de seus professores produza um material aplicável para toda a comunidade educacional.

Assim, os questionamentos foram feitos, primeiramente com relação a sexo e suas idades ao tempo de magistério, com dez professores de cada escola campo, sabemos que dois não participaram de nossos questionários, assim contamos com 28 professores para as análises de nosso trabalho, que nos revelou que há nestas escolas uma mistura de experiência e idade, com existência de docentes do sexo feminino com 53,57% e masculino com 46,43% como mostra o quadro 3 e 4.

Quadro 3 – Sexo do professor(a) participante da pesquisa.

Feminino	15	53,57%
Masculino	13	46,43%
Total	28	100%

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2017)

Quadro 4 – Tempo do professor na mesma Instituição

01 ano	03	10,7%
02 a 3 anos	08	28,5%
De 4 a 8 anos	12	43%
Até 10 a 15 anos	05	17,8%
Mais de 20 anos	00	0 %
Total	28	100%

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2017)

A questão 02 do questionário indaga sobre: professor (a), na sua vivencia diária em sala de aula, há conflitos e indisciplinas? A maioria os professores responderam que sim, há violência, onde também há conflitos e bullying. O quadro 6 Constata a veracidade da Violência e o bullying na vivencia diária dos Professores em sala de aula.

Quadro 5 – há violência e o Bullying na Vivencia diária dos professores

SIM	26	93 %
NÃO	0	0%
Raramente	02	7%

Total	28	100%
-------	----	------

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2017)

A seguir se questionaram aos professores quais eram os conflitos e indisciplina, constatou-se que aos professores a intensidades de tipos de violência vindo dos alunos para professores são as violências verbais. Já de aluno para alunos, segundo os professores entrevistados, o **bullying** se destaca, acompanhado da **violência verbal e violência física**, como confirma o **quadro 7**. No item outros, foram mencionados: xingamentos e agressões verbais, os quais se enquadram na Violência verbal e Física.

Quadro 6 – Tipos violências nas três Escolas Campo.

Assédios	10	16.6%
Bullying	15	25%
Violência Física	12	20%
Violência Verbal	21	35%
Outros	2	3,4%
Total	60	100%

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2017)

Os questionamentos feitos aos professores nas escolas Campo, como um local de violência, demonstrou em nossos estudos em relação à sociabilidade dos alunos a existência de um clima tenso entre adultos e adolescentes ou entre alunos afetando a atividade escolar, comprovado nos dados: 16% dos professores consideraram que a escola não é local de violência; 84% consideraram que a média de violência na escola é espantosa.

A questão três foi aberta e indaga sobre uma primeira impressão, a primeira visão sobre a violência dentro da escola. A seguir numa forma ordenada segue as respostas dos 28 professores focais das escolas campos:

Perguntou-se: Quando se fala em violência, o que lhe vem à mente?

1. Falta de apoio familiar e intolerância
2. Ameaças;
3. Socos e pontas pés
4. Violência física
5. Pancadas e chutes
6. Assédios moral e físico
7. Falta de respeito
8. Brigas e ameaças
9. Insegurança e falta de respeito com a escola.

10. Fim do mundo falta de esperança.
11. Falta de respeito entre alunos e entre alunos e professores.
12. Recorrer a Justiça.
13. Intolerância
14. Palavrões
15. Violência verbal
16. Morte
17. Ameaças de mortes
18. Falta de “LEI” federal, estadual e municipal.
19. Falta esperança,
20. Descaso, omissão.
21. Xingamentos
22. Pancadarias
23. Arremessos de cadeiras
24. Injustiça e falta de regras
25. Falta de “LEI” e normas educativas com fiscalização.
26. Agressão, morte por um simples golpe é fatal.
27. Intrigas e desrespeitos, violências físicas e verbais.
28. Falta de educação vinda da família. Pois a violência já vem desde casa, o aluno chega à escola por qualquer motivo é motivo de briga. Então penso na falta de amor. (PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO)

Violências físicas e verbais são os dois tipos de violência mais comuns entre os alunos para com os professores que os desestrutura não permitindo assim que ministre as aulas (que é sua função profissional). Abalo psicológico e em alguns casos até medo de continuar lecionando retira o professor de seu cargo não objetivando mais o seu retorno em sala de aula.

Continuando os questionamentos e devido às palavras que vinha a mente do professor, acima citado, quando se pensa em violência, ouve a necessidade de perguntar sobre: A quem você recorre em caso de violência no âmbito escolar? Na questão quatro as opções foram também de múltiplas escolhas: (aos pais); ou (a Polícia); ou (A Gestão) ou (as Leis). A porcentagem de dupla opção foi de 47,9% a gestão e 37% aos pais, como confirma no quadro oito:

Quadro 8 – Professor? A quem recorre em caso de violência.

Aos pais	17	37%
A Gestão	22	47,9%
A Polícia	05	10,8%
As leis	02	4,3%
Total	46	100%

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2017)

A seguir os questionamentos efetivamente voltados para responder os objetivos desse trabalho, ainda dirigidos aos professores do Ensino Médio, sobre o BULLYING. Para enfatizar o bullying, argumentou-se a princípio aos professores focais se tinham conhecimento da Lei do bullying, que coíbe a prática desse tipo de violência no município de Boa Vista Roraima, os quais: 35,714% sim tinham conhecimento e 42,857% não tem conhecimento sobre essa lei, sendo que 21,429% já ouviram falar, contudo não tinha certeza dela no momento da pesquisa.

Quadro 9- Professor (a)? Existem leis que coíbem a prática do bullying no município de Boa Vista Roraima?

SIM, tenho conhecimento.	10	35,714%
NÃO, tenho conhecimento.	12	42,857%
JÁ ouvir falar, mas não tinha certeza.	06	21,429%
Total	28	100%

A lei existe sim, para coibir a violências do bullying é a “LEI Nº 13.185, SANCIONADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2015,” prevê que escolas, clubes e agremiações recreativas devem desenvolver projetos de prevenção e conscientização de combate ao bullying. *Segundo a lei, a punição dos agressores deve ser evitada “tanto quanto possível” em prol de alternativas que promovam a mudança de comportamento hostil. Íntegra da lei. Vigência Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)*

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA DO BRASIL Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) em todo o território nacional.

§ 1º No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (bullying) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

§ 2º O Programa instituído no caput poderá fundamentar as ações do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como de outros órgãos, aos quais a matéria diz respeito.

Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (bullying) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

I - ataques físicos;

II - insultos pessoais;

III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;

IV - ameaças por quaisquer meios;

- V - grafites depreciativos;*
- VI - expressões preconceituosas;*
- VII - isolamento social consciente e premeditado;*
- VIII - pilhérias.*

Parágrafo único. Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (cyberbullying), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.

Art. 3º A intimidação sistemática (bullying) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como:

- I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente;*
- II - moral: difamar, caluniar, disseminar rumores;*
- III - sexual: assediar, induzir e/ou abusar;*
- IV - social: ignorar, isolar e excluir;*
- V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;*
- VI - físico: socar, chutar, bater;*
- VII - material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;*
- VIII - virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.*

Art. 4º Constituem objetivos do Programa referido no caput do art. 1º:

- I - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (bullying) em toda a sociedade;*
- II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;*
- III - implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação;*
- IV - instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;*
- V - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores;*
- VI - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo;*
- VII - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;*
- VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;*
- IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (bullying), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.*

Art. 5º É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (bullying).

Art. 6º Serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (bullying) nos Estados e Municípios para planejamento das ações.

Art. 7º Os entes federados poderão firmar convênios e estabelecer parcerias para a implementação e a correta execução dos objetivos e diretrizes do Programa instituído por esta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da data de sua publicação oficial.

(Brasília, 6 de novembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República. DILMA ROUSSEFF- Luiz Cláudio Costa- Nilma Lino Gomes") (Consultado em 11/07/2017 (C:\Users\Win7\Documents\G1 - Escolas de Boa Vista devem cumprir regras da lei de combate ao bullying - notícias em Roraima.html)).

A pergunta seguinte envolveu diretamente a violência contra o professor respondente. A maioria, senão todos relatam ter sofrido agressões dentro da escola, na sua grande maioria violência verbal, como palavrões, falta respeito e desrespeito as normas e impossibilidade de ação contra esses fatos. As respostas estão expressas no Quadro 10.

Quadro 10 – Professor (a) você já foi vítima de algum tipo de violência no âmbito escolar? Qual?

SIM	Verbal	Física	Bullying	Assédio
28	17	05	03	02

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2017)

Pelo nosso estudo de pesquisa, observamos e constatamos que todos os professores já sofreram agressões verbais dentro da escola. O relato é de que as agressões verbais acontecem diariamente os quais ofendem os professores e para eles são traduzidas em desrespeito, e este por sua vez retrata a questão da indisciplina e, conseqüentemente, a impossibilidade de ministrar os conteúdos previstos.

Junto ao questionário, cinco professores relatam terem sofrido agressão física, uma ou duas vezes:

Durante dez anos de sala de aula, quase todo dia, recebo palavrões e enfrentamento moral. Devido às regras e normas da escola não deixo aluno sair para casa sem permissão da gestão. Então por cota disso, uma vez sofri agressão física e verbal. Pois um aluno queria sair da sala e não deixei. Ele me deu um forte empurrão e saiu da sala sem a minha permissão. As agressões verbais são todos os dias. (relatos do Professor da escola América sarmento Ribeiro)

Os relatos impressionam pelas citações de xingamentos, desrespeito, agressão verbal principalmente porque a maioria indica que são constantes. Impressiona mais ainda as respostas à sequência da pergunta que pede para que seja indicado o tratamento que foi dado ao caso.

De acordo com a pesquisa dos 28 professores, 20 deles recebem violência verbal, equivalem a 71,428% de professores que constataam a violência verbal, indisciplina e o bullying em sala de aula e ou no contexto escolar. Destes sete, ou seja, 25% não mencionam qual o desfecho dos casos limitando-se a mencionar que ocorreram as agressões verbais. Já os outros descrevem as ações feitas na escola para evitar a repetição de tais ocorrências. As respostas ao questionário nos revelaram:

Violência verbal ou física é algo que atrapalha o desenvolvimento normal das pessoas. Esses tipos de comportamentos são presenciados pelo menos uma vez a cada sala por dia. Nós professores acabamos sendo afetado assim com a escola também, pois as pessoas acabam saindo do foco de seu conteúdo, pela falta de respeitos e agressões verbais vindo do aluno, por uma simples pergunta a respeito do conteúdo. (Relato Professor da Escola Severino Cavalcante - em outubro de 2017)

Agressões verbais ocorrem diariamente. Geralmente esses alunos são advertidos e em alguns casos suspensos e ainda continuamos com esses tipos de comportamentos, difícil trabalharmos assim. (Relatos da Professora da escola Severino Cavalcante - em outubro de 2017)

Um dia desse uma aluna do segundo ano do ensino médio disse vários palavrões direcionados a minha pessoa e ainda me ameaçou de agressão física. Tratei disso comunicando ao meu superior e conversando isoladamente com o aluno no que não adiantou. O caso foi parar na delegacia, pois eu corria risco de violência física e até ameaças de morte. Hoje a aluna não estuda mais nesta instituição de ensino (Relato da Professora da escola América Sarmiento - em outubro de 2017)

Há uns dois anos atrás foram tantas as ofensas verbais. Mas foi feito uma ocorrência e os pais convocados para uma reunião. E hoje a escola passar por reeducações a esse tipo de atitudes violentas que está dando certo (Relato do Professor da Escola Antônio Carlos Natalino - em outubro de 2017)

Por eu ser gordinha, ofensas de bullyings ocorrem diariamente. Geralmente esses alunos são advertidos, suspensos. (Professora da Escola Antônio Carlos Natalino - em outubro de 2017)

Agressão verbal é uma prática diária entre os alunos. Seu encaminhamento à coordenação e direção leva até a uma suspensão. Como o Conselho Tutelar, Diretoria de Ensino, Delegacia de Polícia e a

própria Unidade Escolar seguem legislações e esta não permite a permanência de alunos fora da escola, o aluno volta novamente a sala de aula e seu comportamento dificilmente mudará. (relato da Professora da escola Severino Cavalcante - em outubro de 2017)

Tem três turmas do primeiro ano do Ensino médio que não quer nada com aprendizagem, além de ficarem fazendo bagunças na sala de aula, ainda fazem chacotas (bullyings) com os alunos que querem estudar, e isso acaba me irritando e coloco o aluno para fora de sala, só que em seguida devido às leis que permite a permanência do mesmo em sala, volta tudo a ser como estava. Hoje ser professor tem que ter coragem (Relato da Professora da Escola Severino Cavalcante - em outubro de 2017)

Todos os dias a violência verbal se faz presente e são tratadas com o único instrumento que a escola possui: a advertência verbal. (Professor da escola América Sarmento - em outubro de 2017)

Hoje mesmo, tive agressão verbal e xingamento de um aluno que faz uso de entorpecentes, o mesmo estar sempre alterado e não faz nada, vem pra escola só por causa da “bolsa família” e também para se drogar com os demais da turma de farra dele. Eu já nem mais ligo para as atitudes dele. (Relato da escola América sarmento - em outubro de 2017)

As revelações nos relatos dos professores, percebemos que o psicológico deles está muito estressado, o que nos levam pensar que estes estão doentes e abalados com medo da realidade que ocorre em seu âmbito de trabalho. Este percepção requer uma iniciativa das áreas de Saúde e Educação.

Percebeu que a localidade onde estão essas escolas campo é bem estruturada de base de saúdes. Essa iniciativa deu certo em outros lugares, como mostra a pesquisa de Sheila Maria Pedrosa em seu artigo sobre violência no âmbito escolar:

Existem iniciativas das áreas de Saúde e Educação para trabalharem, conjuntamente, a saúde escolar. Um exemplo é o programa Escolas Promotoras de Saúde, iniciativa baseada em experiências européias que atingiu o âmbito mundial, tendo sido lançada na América Latina e Caribe, em 1995, pela OPAS/OMS (CASTRO, REGATTIERI, 2010). Para Mirta Roses Periago, diretora da OPAS

Outro exemplo da parceria entre o Ministério da Saúde e o da Educação é a elaboração do Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em dezembro de 2007, pelo Decreto Presidencial Nº 6.286; suas atividades tiveram início em 2008. Possui, dentre outros objetivos, o de “Promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde,

assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes” (MS, 2009, p.12). No entanto, segundo o Ministério da Saúde, no ambiente escolar,

Para se promover saúde não é suficiente informar. É necessária uma relação dialógica, uma comunicação emancipadora, em que os sujeitos sejam envolvidos na ação educativa, formativa e criativa, levando em conta a reconstrução do saber da escola e a formação continuada dos docentes (MS, 2002, p.534).

De acordo com essas informações, abre se aqui a temáticas voltadas a junção de Educação e saúde, é claro, para futuros estudos e projetos, nós não iremos no alongar a esta temática, contudo essa iniciativa proporciona uma aproximação entre as unidades de saúde e as escolas por meio do trabalho conjunto de seus profissionais. Entretanto, não devemos desconsiderar a importância da parceria familiar, primeiro reduto responsável pela formação do indivíduo.

A família é o primeiro mecanismo socializador do indivíduo e as relações vivenciadas neste reduto serão internalizadas e mantidas, com reflexos para a vida adulta. Quanto à saúde mental de crianças e adolescentes, há uma íntima ligação entre ela e a dinâmica familiar. Os profissionais de saúde têm papel fundamental nas relações familiares, sendo capazes de atuar de forma socializadora e integradora na família. Mesmo que os processos educativos utilizados pelos pais variem de uma cultura para outra, o profissional de saúde deve estar atento para a prevenção de agravos à saúde física, mental e social de crianças e adolescentes (PAIANO, ANDRADE, CAZZONI *et al*, 2007).

Seguindo os questionamentos sobre a violência e o bullying nas escolas campo, foi indagado aos professores se existiam então procedimentos ou estratégias para o enfrentamento da violência e o bullying na sua escola e se sim, quais eram? As respostas estão expressas nos Quadros 10 e 11.

Quadro 10 – Professor (a) Existe procedimentos ou estratégias para o enfrentamento da violência e bullying na sua escola?

SIM	25
NÃO	03

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2017)

Quadro 11 – Procedimento para enfrentamentos da violência nas escolas campo

Diálogo	13
Registro das Ocorrências	16
Conversa com os pais	19

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2017)

As respostas apontam para um pensamento voltado para a legislação existente, tais como o registro de ocorrência na própria escola, e também para o Regimento Interno que prevê punições como advertência verbal, convocação dos pais, e em alguns casos até suspensão, encaminhamento para o Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia ou ainda para o Ministério Público.

Finalizando as questões sobre violência e o bullying nas escolas campo, foi perguntado para as professores se, na opinião deles, as punições então aplicadas tendem a diminuir a incidência de violência e Indisciplina e por quê? Para melhor analisar as respostas à transcrição se faz necessária à maioria respondeu de que Não, vejamos os relatos de alguns professores:

Não, pois sabendo que tem direitos segundo o ECA e outras legislações, o aluno não se intimida (em alguns casos até acha graça) e as violências tende a continuar ou até aumentar.

Sim, acabando com o ECA que protege demais.

Sim, pois busca a atenção dos alunos para conscientização do ocorrido.

Não resolve quem deve punir é a família.

Não. O aluno volta a agredir.

Se a punição for bem aplicada resolve, mas se não a cumpri-las a violência tende a continuar.

Em alguns tipos de comportamentos e casos esses alunos já estão acostumados com essas punições, na maioria das vezes não dão em nada.

Sim, mas sem o apoio familiar é difícil melhorar. A parceria escola-família-professor é muito importante para que o aluno possa melhorar seu comportamento.

Somente em alguns casos, pois esses alunos já estão acostumados com essas punições, na maioria das vezes, não dão em nada.

Sim, porque não há um limite para os alunos e ele demonstra isso. A partir do momento em que sabe que não se pode fazer algo, ele testa. Vivenciar a punição é algo necessário.

Não. As punições não trazem nenhuma consequência onde o jovem ou sua família se sintam realmente punidos ou prejudicados e, assim não há uma mudança de atitude.

Sim. Em países onde a lei é mais firme, há menos riscos de se perder o controle. Porém no Brasil, ou melhor, aqui na nossa capital a violência tende a piorar com o ECA, aliais no País todo.

Acredito que sim, se caso envolva a família, que é obrigada a tomar consciência das atitudes de seus filhos em qualquer lugar da sociedade que este esteja, o que acarretará mudanças de atitudes.
(PROFESSORES DO ENSINO MEDIO DAS ESOLAS CAMPO)

As respostas dos professores demonstram mais uma vez a insatisfação com a situação existente. Há repetitivamente o destaque para a afirmação de que a família deve ser mais atuante, firme, participativa. A punição pura e simples que a lei determina pode ser mal interpretada, mal recebida, como nas citações de que o ECA dá direitos demais e a lei não atua como deveria.

Com base na Lei Federal nº 9.394 de 20/12/1996, entende-se que o processo de formação de profissionais para a Educação Básica tem como finalidade a preparação destes para o atendimento “dos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino” e “às características de cada fase do desenvolvimento do educando”, fundamentado na associação entre teorias e práticas (art. 61).

Entretanto, no que se diz a respeito ao relacionamento professor-aluno, precisamente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi bem preciso, tendo de maneira expressa apenas estabelecido que crianças e adolescentes tem o "direito de serem respeitados por seus educadores" (art. 53, inciso II). (BRASIL, 1990, p. 920). No Brasil esse direito de todos os cidadãos é garantido por lei em Constituição Federal, que os coloca a salvo de abusos cometidos por outro individuo, assim o mesmo pelas autoridades públicas constituídas. De acordo com Paula (1995) o aluno é assegurado ao direito e deveres a conduta:

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 53, inciso II, assegura o direito do aluno de ser respeitado por seus educadores. Isto decorre do direito ao respeito, mencionado no artigo 227 da Constituição Federal e definido no artigo 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente. (DE PAULA, 1995, p. 100, 101). No mesmo texto De Paula (1995) menciona a necessidade do respeito mútuo, esclarecendo que é previsto em lei a necessidade de reciprocidade: Esclareça-se que o aluno também deve respeito aos diretores, professores e funcionários da escola. A conduta desrespeitosa poderá, até, configurar ato infracional que, consoante definição do ECA, corresponde a qualquer crime ou contravenção penal, como, por exemplo, injúria. (DE PAULA, 1995, p.101).

Em concordância com PAULA (1995), BRASIL (1990) enfatiza que os chamados "atos infracionais" definidos no art. 103 da Lei nº. 8069/90, que devem ser apurados pela autoridade policial e, em procedimento próprio instaurado perante o Conselho Tutelar (no caso de crianças) ou Justiça da Infância e Juventude (no caso de adolescentes), resultarem na aplicação de medidas específicas já relacionadas pelo mesmo Diploma Legal citado.

Seu objetivo é reforçar a ideia de que crianças e adolescentes, na condição de cidadãos, precisam ser respeitados em especial por aqueles encarregados da nobre missão de educá-los, educação essa que obviamente não deve se restringir aos conteúdos curriculares, mas sim atingir toda amplitude do art. 205 da Constituição Federal, notadamente no sentido do "pleno desenvolvimento da pessoa", da criança ou adolescente e seu "preparo para o exercício da cidadania", tendo sempre em mente que, no trato com crianças e adolescentes, devemos considerar sua "condição peculiar" de "pessoas em desenvolvimento" (art. 6º da Lei nº. 8.069/90). (BRASIL, 1990, p. 918)

As situações mais frequentes relatadas por professores da escola Severino Cavalcante foram depredações, furtos, agressões físicas entre alunos, como também de alunos contra professores. Vale ressaltar, que na escola pesquisada a depredação é frequente. Com base nessa afirmação Costa (1997, p. 282) comenta que "a violência humana não é instintiva, mas é universalmente premeditada".

4.2. Sistematização do questionário aplicado aos alunos

Os questionários aplicados, destinados a 30 alunos do Ensino Médio Regular das três escolas campo: EESC; EEAS, EEACN. Este é anônimo e constituído por 10 perguntas, estando dividido em dois blocos: dados de pessoais, os amigos e as vítimas. As questões são fechadas e de múltiplas escolhas. Alguns itens dizem respeito a diferentes comportamentos, no qual se lhes pede para identificar a frequência ou o tipo de agressão de que foram vítimas ou se agrediram num determinado período. A aplicação dos questionários foi realizada em outubro de 2017.

Como dizia Paulo Freire, "comunicar-se com os alunos é altamente positivo, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis e críticos". Ainda:

Como educador, devo estar constantemente advertido com relação a este respeito que implica igualmente o que devo ter por mim mesmo. ...o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. (FREIRE, 1996, p. 59).

A escola é feita de momentos, sendo que a forma que ela assume em cada situação é sempre o resultado provisório do movimento permanente de transformação, pressupondo tensões, conflitos, esperanças e busca por propostas alternativas.

Promovendo dialogo entre os alunos, tivemos um momento de debates nas escolas campo, com trinta (30) alunos de cada escola campo do Ensino Médio Regular. A análise dos dados coletados após as debates e questionários, a transcrição das falas, seguiu a linha descritiva para tratar do ponto de vista dos dois segmentos. Para tanto foram usadas às categorias previamente estabelecidas no roteiro, com o propósito de visualizar os três momentos distintos: o debate para qualidade do convívio e estratégias de resolução de conflitos e; os questionários com perguntas fechadas. Usaremos os métodos dos quadros para mostras dos resultados obtidos nesta pesquisa. Assim como mostra o quadro 13.

Quadro 12 – Roteiro de Debate com alunos Participantes

ROTEIRO DE DEBATE – GRUPO FOCAL PÚBLICO ALVO: ALUNOS	
CONVIVÊNCIA ESCOLAR: A QUESTÃO DOS VIOLÊNCIA E O BULLYING ENTRE ALUNOS- ALUNOS E ENTRE PROFESSORES-ALUNOS	
CATEGORIAS PARA ANÁLISE DE CONTEÚDOS	
OBJETIVOS	Sobre ser maltrato por outro aluno
✓ Investigar como professores e alunos percebem as relações de convívio dentro da escola.	O que você considera violência escolar? ✓ Quais são os conflitos mais comuns na sua escola? ✓ Você sabe o que é bullying? Quais os tipos? ✓ A que você atribui a existência desses conflitos?
✓ Levantar estratégias para resolução de conflitos entre alunos e entre professores e alunos.	✓ Quantos bons amigos você tem na sua turma? ✓ Como deve ser um “bom” aluno? ✓ Qual é a melhor aula? E a pior aula? ✓ Como deve ser um bom professor?
✓ Analisar o âmbito escolar quanto ao tipos de violência e o bullying.	Caminhos para resolver conflitos na escola
	✓ Como você vê os conflitos entre alunos?
	Como vê os conflitos entre professores e os alunos?
	Eficácia das estratégias usadas para resolver conflitos ✓ Você sabe o que é o Regimento Escolar? Já viu? ✓ Como geralmente os professores resolvem os conflitos? ✓ Qual a melhor maneira para resolver um conflito?

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2017)

Os alunos participantes da pesquisa foram convidados a preencher um questionário que contemplava aspectos de identificação do sexo e violência e o bullying no âmbito escolar, para melhor caracterização dos sujeitos (ANEXO I). Continha os tópicos a serem discutidos na forma a direcionar a discussão. Mesmo havendo uma tentativa de seguimento dos passos do Roteiro, algumas adequações tiveram que ser feitas após a realização do primeiro contato com os alunos, a fim de

que o tempo previsto não fosse ultrapassado o que, segundo Cruz Neto, Moreira, Sucena (2002), costuma ocorrer.

Assim, os questionamentos foram feitos, primeiramente com relação a sexo dos alunos participante por escola campo. E serão mostrados no quadro treze (13) por escolas. Em cada escola foi escolhido aleatoriamente 15 alunos para participar dos questionários. Somando-se 45 participantes, totalizam % femininos e Masculinos. Todos os participantes responderam ao questionário 15 questionários por escola.

Quadro 13 – Sexo dos Alunos Participantes

ESCOLAS CAMPO	Feminino	Masculino	Total por Escola
Escola América Sarmiento	08	07	15
Escola Antônio Carlos Natalino	06	08	15
Escola Severino Cavalcante	10	06	15
Total por sexo	24	21	45
Total por porcentagem %	53,33	46,6%	100%

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2017)

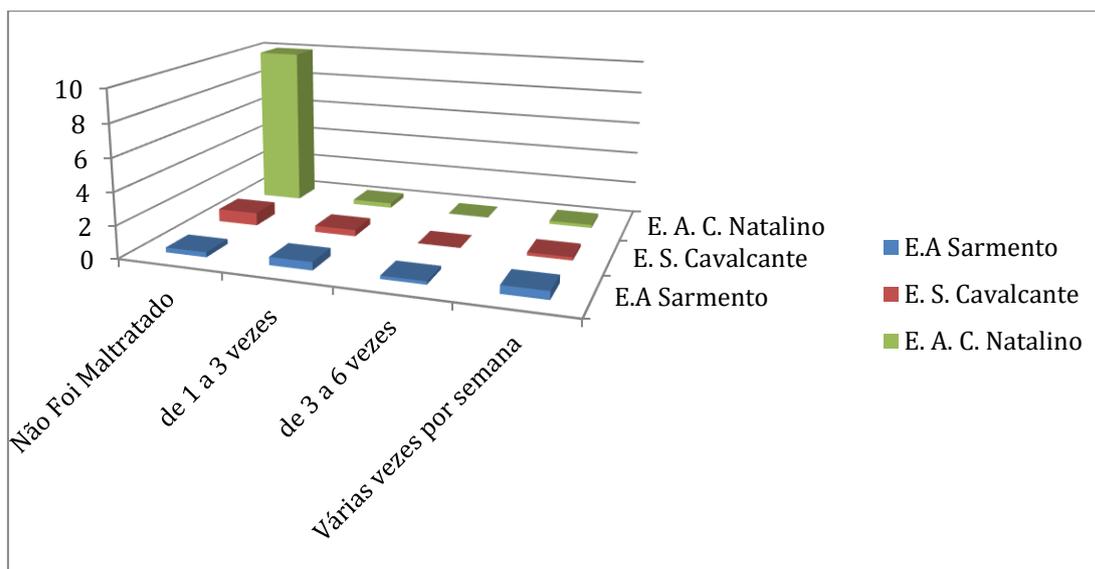
De uma forma eficaz o questionário procede fazendo a pergunta: Quantos bons amigos você na sua turma? O resultado surpreende a nossa expectativa, diante dos resultados já enfatizados sobre a violência no âmbito escolar das referidas escolas, citados pelos professores. Com o percentual de 45 alunos indagados, 35,56% tem no ambiente escolar mais de 2 a 4 amigo, acompanhado de 29% mais de cinco amigos. Como mostra o quadro 14:

Quadro 14 – Quantos Bons Amigos você tem?

Quantidade de amigos	E A. C. Natalino	E S. Cavalcante	E A. Sarmiento	Total por %
Nenhum	04	02	02	17,7%
Um (01)	04	02	02	17,7%
De 2 a 4	03	07	06	35,56%
Mais de 05	04	04	05	29%
Total de Alunos Por Escola	15	15	15	Total 45 = 100%

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2017)

Os questionamentos a seguir são sobre o aluno ser maltado por outro aluno no âmbito escolar das escolas campo, podemos observar que na Escola Antônio Carlos Natalino 66,6% do aluno não foram maltratados desde o ano passado, Contudo na escola América Sarmiento o mesmo índice se dar respeito do aluno ser maltrato de 3 a 6 vezes por semana, com p percentual de 66,6%. Vejamos os resultados na figura 3.



Fonte: Questionários. Figura 3- elaborada pelo autor. (2017)

Foi possível identificar que as formas mais presentes entre os estudantes relacionam-se à violência física e verbal, os tipos de maltrato, ao preconceito, ao bullying e à exclusão. Direcionado aos alunos a pergunta mencionada no quadro 15, obtivemos os seguintes resultados: 13 alunos da escola Antônio Carlos Natalino não foram maltratados desde o ano passado, isso nos mostra que nessa escola a violência está sendo amenizada conforme pesquisa. Contudo as escolas América Sarmento e Severino Cavalcante, o índice de maltrato, violência física e verbal, exclusão e bullying de aluno para aluno ainda é alto.

Quadro 15 – Maneiras de Maus tratos

De que maneira tem sido Maltratado desde o ano passado?	Esc. Natalino	Esc. Severino	Esc. América
a) Não fui maltratado desde o ano passado	13	01	01
b) Deram-me socos, pontapés e fui empurrado.	04	00	00
c) Fui ameaçado	00	05	06
d) Tiraram-me dinheiro ou outras coisas ou estragaram minhas coisas.	01	00	01
e) Xingaram-me, insultaram-me por causa da minha cor ou raça.	02	04	05
f) Xingaram-me, insultaram-me ou riram de mim enquanto eu jogava ou quando queria jogar	00	03	03
g) Esconderam minhas coisas de propósito, não me deixaram fazer parte do seu grupo de amigos ou me ignoraram completamente.	02	02	02
h) Contaram mentiras ou espalharam boatos a meu respeito, e/ou tentaram fazer com que os outros não gostassem de mim.	00	01	02
i) Não me deixaram fazer parte do time.	00	00	01

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2017)

Segundo Minayo (2005), é consenso que a violência é um fenômeno multifacetado e possui vários fatores interferentes, sejam eles históricos, culturais, interpessoais ou biológicos e que sempre existirão elementos gerais e específicos nas formas pelas quais a violência se manifesta e é reproduzida.

Reforçando essa informação, perguntou-se dos alunos se já haviam tido algum tipo de Bullying no contexto escolar? E por quanto tempo duram esse tipo de violência ou maus tratos?

Os alunos da Escola América Sarmiento em sua maioria respondeu os tipos de violência do bullying mais comum entre eles é agressão verbal, exclusão e preconceitos quanto ao aspecto socioeconômico e que os maus tratos duram varias semana. (**Ver no quadro 16**).

Para essa mesma pergunta os alunos da escola Antônio Carlos Natalino, com 53,33% dos alunos enfatizam que não são maltratados e nem recebem o tipo de violência do bullying desde o ano passado. (**Ver no quadro 16**).

Completando os dados, a escola Severino Cavalcante se iguala a escola América Sarmiento nos dados, onde a violência, o bullying e os maus tratos tem-se mantido por todo esse ano, e repetindo-se por varias semanas. (**Ver no quadro 16**).

Quadro 16 – Quanto tempo dura os maus tratos?

Tempo de Duração	E A. C. Natalino	E S. Cavalcante	E A. Sarmiento	Total por %
Não fui maltrato desde o ano passado	08	01	01	
Duram por uma semana	02	01	01	
Duram varias semana	00	06	06	
Tem-se mantido por todo esse ano	00	03	03	
Tem-se mantido há vários anos	01	00	00	
Total de alunos	15	15	15	45

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2017)

Verifica-se que a maioria se envolve com agressões físicas, pois quase a totalidade afirma ter sofrido esse tipo de violência como: empurrões, sofridos principalmente pelos mais jovens e mais novos na escola. Entretanto, são bem mais frequentes as agressões verbais, como insultos, exposição ao ridículo com apelidos, difamação, rejeição e isolamento. Importante ressaltar que a maioria dos entrevistados relata que alguns desses casos ocorrem também entre professores e alunos e não somente entre eles.

Segundo os alunos do terceiro ano da escola Severino Cavalcante, o furto ou danificação de pertences também é frequente.

Toda semana aqui tem algum tipo de problema voltado para a violência e furtos, não tem conta os roubos de bicicleta, eu e meus colegas já fomos vítimas. (Aluno do Ensino Médio).

Para Marilena Chauí (1999), há uma contraposição entre violência, ética e poder, porque trata seres racionais, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas.

Arendt (1973) aponta oposição entre violência e poder. Segundo a autora poder e violência ocupam dimensões diferentes. A violência só se instaura quando o poder é colocado em xeque-mate.

Não basta dizer que a violência e poder são a mesma coisa. Poder e violência se opõem; onde um deles domina totalmente o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em perigo, mas se a permitem seguir seus próprios caminhos, resulta no desaparecimento do poder. Isto não implica pensar no oposto da violência como sendo a não violência; falar em poder não violento é redundância. A violência pode destruir o poder, mas é totalmente incapaz de criá-lo (ARENDR, 1973, p.132).

Para finalizar o questionário a pergunta foi aberta aos alunos sobre: Você costuma ser maltratado por um ou vários colegas? De dez alunos que se dispuseram a somar com nossa pesquisa, em entrevistas escolhemos 5 relatos de alunos que sim e não se tentem maltratado por outro colega ou grupo no contexto escolar que:

Não, sou ser humano como outro qualquer, eu sei que sou especial, sei que sou feio para os meus colegas, mais sei também que tenho os mesmos direitos que ele. Já fiz até um livro, é sim sou autor de um livro. (aluno 1 de necessidade Especial - Escola América Sarmento)

Sim, já até me acostumei com as agressões verbais, que nem me atinge mais. Sinto-me conformado. (aluna 2 Escola América Sarmento)

Não, faz um ano que estive em situação de conflito com uns colegas por conta da minha cor, sou negro e as vezes brincavam zoando comigo, mais agora depois de projetos, debates e muita palestras voltada pro bullying em nossa escola não tive mais este tipo de preconceito, ate hoje. (Aluno 3 da E. Antônio Carlos natalino)

Já nem mais ligo, sou homossexual, e as piadinhas e xavecos são para mim maus tratos constantes, sou respeitado por uns colegas e outros sou criticado. Eu não vou mudar por isso, assim nem ligo mesmo. (Aluno 4 - E. Severino Cavalcante)

Não, não me acostumo, eu revido na hora que sou maltratado ou lesado por um colega. Acho que mesmo direito dele é o meu. Eu bato mesmo se vir pra cima. (aluno 5 – Escola Severino Cavalcante)

Diante dos relatos tomamos para corroborar, autores que classificam e caracterizam a violência no contexto escolar:

Charlot (2002) classifica violência como o uso da força, do poder e da dominação. A violência é a “vontade de destruir, de aviltar, de atormentar”. Porém, o autor aponta para a necessidade de diferenciar a questão da violência, da agressão e da agressividade. Charlot (2002), define agressividade como uma pré-disposição biopsíquica reacional que pode levar a angústia e a agressividade. Já a agressão é um ato que implica brutalidade física ou verbal.

Sposito (1998), admite que “violência é todo ato que implica ruptura de um nexos social pelo uso da força”, mas também enfatiza a necessidade de se estabelecer diferenciação entre agressividade e violência.

A violência segundo Gilberto Velho (1996), não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza. Velho relaciona a violência com poder, quando enfatiza a possibilidade de imposição de uma vontade, de um desejo ou projeto de uma pessoa sobre outra.

Não se pode reduzir a violência apenas ao plano físico. Incluímos todo o processo psíquico, moral e sociocultural. O que determina a violência é o desrespeito, a coisificação, a negação do outro, a violação dos direitos humanos, fatos estes que se somam a uma realidade social de miséria, exclusão, corrupção, desemprego, concentração de renda, poder e autoritarismo.

CAPITULO V – MARCO CONCLUSIVO

5.1. CONCLUSÃO

O trabalho apresentado procurou de forma geral e reduzida abordar a temática a Violência e o Bullying no Âmbito Escolar das Escolas da Zona Oeste de Boa Vista – Roraima. Como estes acontecem, de que forma acontecem, onde

acontecem, com que frequência, duração e porquê. Qual os conceitos da violência e o bullying segundo autores citados e do aparecimento deles nos contextos escolares pesquisado.

Conclui-se que a violência, indisciplina, conflitos e o bullying nas escolas campo de estudo, ainda não falado diretamente e nos termos corretos é um problema que está de algum modo enraizado nos alunos participantes de nosso estudo. Ao estudarmos a violência e o bullying e as vivências escolares dos alunos das escolas campo de estudo, procuramos verificar como professores e alunos percebem a sua escola, as relações existente no contexto escolar, bem como o seu envolvimento e influencia para decisões e meras opiniões face ao local onde se encontram a maioria dos seus dias, anos e que eles mais do que qualquer outra pessoa diz respeito. Verificamos como tal que existem situações de agressividade física, verbal, assédios e bullying continuados entre aluno e aluno e entre professor aluno nas escolas em estudos, ainda que não encontrada em todos os alunos do Ensino Médio.

Procuramos ainda verificar as perspectivas dos alunos vitimados pelos maus tratos e agressividades recebidas de colegas agressores. E também professores que são prejudicados no exercício de sua docência diária, através dos conflitos, indisciplinas, violência verbais contra os mesmos. Percebemos ainda que a maioria dos alunos participantes da pesquisa possuem amigos. Proporcionando-nos uma tendência positiva de relacionamento entre eles, ainda que não seja compactuado por partes de todos. Partido dessas perspectivas averiguou-se que a relação do professor-aluno e aluno-aluno de forma a olhar pelos ponto de vista de ambos.

Do ponto de vista dos professores a grande maioria considera que a sua escola valoriza o bom relacionamento entre alunos e entre alunos e professores, um pouco mais acentuado entre os professores com mais tempo na escola. Verifica-se ainda que entre esse professores, existe uma visão mais otimista em relação à resolução dos problemas enfrentados pela escola. Entretanto, apesar desta avaliação positiva, mais da metade dos professores entrevistados considera que a quantidade de conflitos aumentou muito nos últimos anos.

Verificou-se que aproximadamente um terço dos professores participantes considera que a relação entre alunos e professores é difícil; que não há relação entre esta visão com a idade ou tempo de magistério, afirmando que a situação está generalizada em todas as escolas. Uma pequena parcela dos entrevistados afirma que essa relação é apenas regular.

Em relação aos alunos, o que os professores mais valorizam é serem reconhecidos, manterem uma boa relação e serem capazes de terem sucessos profissionais. O pior para os professores entrevistados é a falta de respeito e agressões verbais, junto com a percepção de que fracassam ao motivá-los e o sentimento de que os alunos são indiferentes.

Em relação aos pais dos alunos, o que os professores em geral valorizam é conquistarem sua confiança e terem uma relação harmoniosa. O que mais incomoda a todos é que os pais, em geral, não se preocupam com a educação de seus filhos, embora esse aspecto não seja foco principal da pesquisa.

Os conflitos entre alunos e professores são atribuídos à ausência de limites colocados pela família em casa. Uma pequena parte dos professores atribui responsabilidade à instituição pelos conflitos ocorridos na escola. Quase a metade atribui o mesmo à falta de limites dos alunos. Há uma divergência acentuada sobre a ausência de planejamento para resolução dos conflitos. Em geral, os professores consideram que são bons naquilo que fazem e destacam como virtude fundamental sua preocupação com os alunos, sem deixar de reconhecer que têm problemas para compreender os alunos mais difíceis.

Já do ponto de vista dos alunos a grande maioria dos alunos considera que a sua escola valoriza o bom relacionamento entre alunos e entre alunos e professores. Principalmente entre os alunos mais velhos, que frequentam a escola por mais tempo.

Mais da metade dos alunos considera que existem muitos conflitos na escola e que muitas vezes se transformam em brigas violentas. Verifica-se que a maioria raramente se envolve com agressões físicas, pois quase a totalidade afirma nunca ter sofrido esse tipo de ocorrência, salvo empurrões, sofridos principalmente pelos mais jovens e mais novos na escola. Entretanto, são bem mais frequentes as

agressões verbais, como insultos, exposição ao ridículo com apelidos, difamação, rejeição, isolamento e o bullying. Importante ressaltar que a maioria dos entrevistados relata que alguns desses casos ocorrem também entre professores e alunos e não somente entre eles. Segundo os alunos, o furto ou danificação de pertences também é frequente.

Diante desses pontos de vistas os caminhos para resolver os conflitos na escola segundo os professores focais, existe uma dificuldade na relação professor aluno, que é atribuída ao comportamento dos alunos e ao exercício da disciplina. Mais da metade dos professores considera que, em muitas ocasiões, o professor é forçado pelo comportamento dos alunos a exercer sua autoridade e muitas vezes recorram de fato ao autoritarismo.

A ocorrência de conflitos entre alunos e professores é atribuída à ausência de limites colocados pela família e desinteresse dos alunos por qualquer aula. Vale destacar que apenas um terço dos professores considera que são responsáveis pela instauração dos conflitos ou tratamento diferenciado a alguns alunos ou agressão, mesmo que verbal. Estes tendem a responsabilizar mais os alunos eximindo-se da sua parcela de responsabilidade pela boa convivência, mesmo que parte deles manifeste dúvidas acerca da adequação das normas e sua aplicação, bem como da realização de atividades voltadas para a melhoria do convívio.

Enquanto para os alunos os caminhos para resolver a violência e o bullying nas escolas campo, a dificuldade na relação entre os alunos se refere à briga por espaço, poder, status. Mais da metade dos entrevistados considera que sempre haverá o grupo dos que mandam e o grupo dos que obedecem. Não significando necessariamente que haja violência física.

Na relação com o professor mais da metade dos alunos mais velhos considera que o professor, em muitas vezes, é forçado a exercer sua autoridade devido o comportamento do aluno. Alguns atribuem a responsabilidade aos professores, a diferença de idade ou por não estabelecerem regras claras e universais com os alunos. Verifica-se assim, o apoio de boa parte dos entrevistados ao exercício da autoridade pelo professor para garantir boas condições de convívio em sala de aula. Opinião que mais prevalece.

Quando se referem às atitudes dos alunos em sala, boa parte dos entrevistados considera que essas ocorrências dependem da forma como o professor se apresenta perante a turma. Cerca de um quinto dos entrevistados atribui maior importância à existência de regras claras e rigorosas.

Assim para eficácia das estratégias usadas pelos professores para resolver conflitos quase sempre acabam padecendo de uma espécie de sentimento de “mãos atadas” quando confrontados com situações de conflito. Ao opinarem sobre a eficácia das estratégias para resolução de conflitos, a grande maioria é favorável à intervenção de uma terceira parte para a resolução dos mesmos.

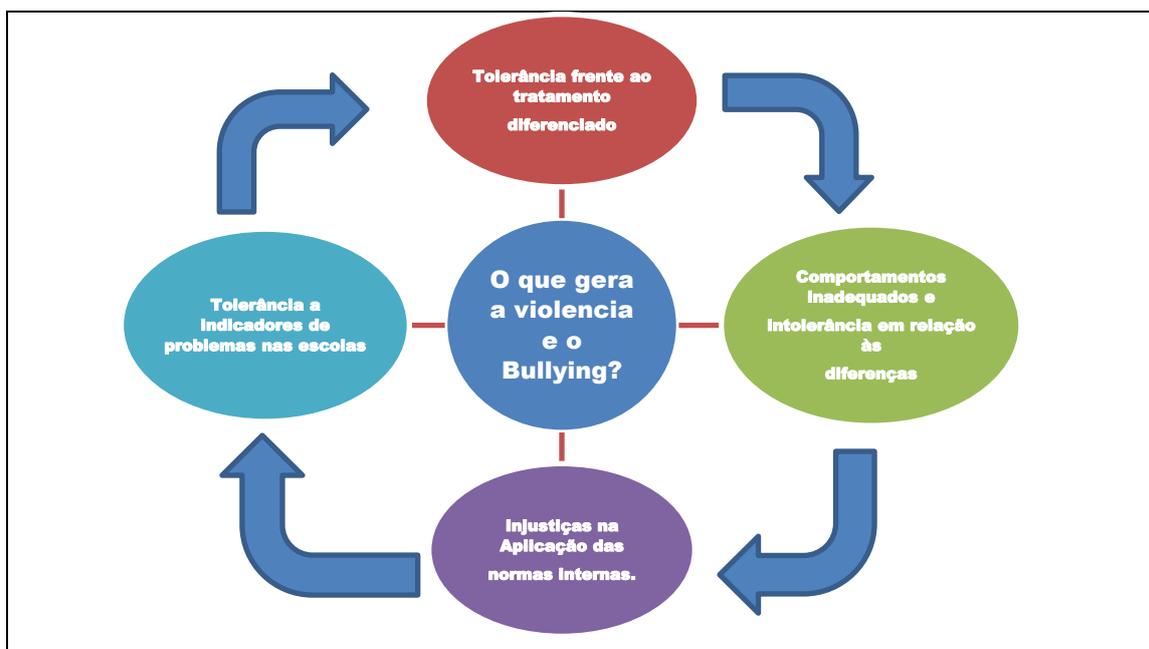
Outro ponto de vista dos alunos participante, no que diz respeito à melhor forma de resolver situações de conflito, verifica-se que a maioria, como o professores, é favorável à intervenção de uma terceira parte, seja um professor representante, o que é mais defendido pelos alunos, seja por alguém da direção ou equipe pedagógica.

Quanto à percepção de alunos que perturbam a ordem em sala de aula ou que provocam confusões no pátio, a grande maioria considera que o comportamento pode ser atribuído à atenção dada pelos colegas. Que punições como, “suspensão”, poderiam resolver o problema, pelo menos para os que permanecem na escola.

Há indicadores que apontam para uma percepção de assimetria no estabelecimento e aplicação de regras nas três escolas campo de pesquisa do ensino Médio de Boa Vista Roraima (**quadro 17**).

Um dado bastante positivo diz respeito ao respaldo dado pelos alunos ao exercício da autoridade do professor em sala de aula, para garantir boas condições de ensino.

Quadro 17 - Síntese dos resultados apresentados pelos professores e alunos



Embora não seja um problema apenas da escola, a questão dos limites, no que se refere aos pais, também aparece. É conhecida pelos professores, a prática dos pais de delegar e cobrar da escola a imposição de limites, que em casa não conseguem estabelecer. Os conflitos entre alunos são vistos como menos importantes inclusive no grupo dos próprios alunos pesquisados. Da mesma forma, o tratamento diferenciado a alguns alunos é visto como um sério agravante.

As questões ligadas às situações de conflitos entre alunos e entre professores e alunos são discussões que precisam ser incorporadas às questões pedagógicas como aprendizagem a ser construída nas relações interpessoais na escola. Essas relações interpessoais na escola precisam ser vistas como uma nova aprendizagem a ser incluída nas práticas educativas de forma a contribuir para a construção de um novo paradigma de formação. Formação inicial e contínua dos professores e principalmente formação enquanto prática educativa.

Da mesma forma, pode ser mudada a relativa naturalização dos conflitos ocorridos entre os alunos, constatada na menor importância conferida a eles, no comprometimento do convívio por contingente expressivo dos professores e alunos pesquisados. Tal naturalização pode redundar em menor atenção a sinais de maus tratos repetidos ou *bullying* entre alunos ou mesmo entre os professores.

É preciso voltar-se à análise, quando do posicionamento dos professores, diante da experiência de implementação de estratégias diferenciadas de

organização escolar visando minimizar os conflitos. Há elementos que apontaram que os professores conhecem as diretrizes traçadas pela legislação, mas não têm compreensão da política como um todo, tendo em mãos o poder para resolver grande parte dos conflitos, mas não estando motivados ou preparados para enfrentarem essas novas realidades nas escolas.

Percebe-se um quadro preocupante para todo o sistema educacional. Professores se ausentando das aulas com licença médica devido ao stress ou mudando de profissão; alunos sofrendo com a troca constante de professores; baixos índices de aprendizagem. Essas ideias permitem relacionar a questão do fenômeno “conflito escolares” não só às questões atuais levantadas, mas também apontar para uma pesquisa no qual se priorize a relação existente entre os conflitos e o fracasso escolar, pois os problemas afetam alunos, professores e o processo de ensino na sua totalidade e tem se constituído em um entrave para o aprimoramento da educação.

Infere-se aqui que a melhoria da convivência escolar implica em que todos os segmentos envolvidos assumam suas responsabilidades e trabalhem visando a um mesmo caminho, a um mesmo objetivo. As famílias, os professores e as instituições devem ter como foco principal à melhoria da educação desde a infância. Assim teremos jovens menos violentos ou conflitados e professores exercendo sua profissão com devido respeito.

5.2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos propusemos a compreender os significados do fenômeno da violência e o bullying nas Escolas de Ensino Médio da zona oeste da cidade de Boa

Vista Roraima, sob a ótica de professores e alunos, nos deparamos com o desafio de olharmos os dados de maneira indiferente. Isto se tornou uma tarefa difícil considerando que o contexto no qual esses campos de pesquisa estão cotidianamente inseridos é complexo e requer uma formação reeducativa de consciência afetiva e de paz, que proporcione ampla e atenta visão de fenômenos estruturais já enraizados vindo da família dos alunos. Os nossos objetivos foram alcançados uma vez que, por meio do método utilizado, conseguimos compreender a respeito da violência e o bullying no contexto escola, por falta de educação que culturalmente não foi conscientizada. Da mesma forma, as nossas questões também foram respondidas.

Os significados de violência que emergiram das falas dos professores compuseram duas categorias temáticas: “O professor e a cultura da violência urbana em seu contexto de trabalho” e “A influência da mídia na violência do contexto escolar”. Pudemos compreender que os professores e alunos não sabem como lidar com as diversas formas de violência às quais estão submetidos no contexto escolar.

Foi possível identificar que as formas mais presentes entre os estudantes relacionam-se à violência física e verbal, ao preconceito, ao bullying e à exclusão. Direcionada aos professores, a violência estrutural e verbal são as mais cometidas. Para lidarem com essa situação, os professores assumem posturas mais enérgicas, verbalizadas por meio de expressões como “ter pulso firme” e punir os estudantes; ao mesmo tempo, assumem posturas mais compreensivas como buscar ser amigo, conversar com os pais e procurar o diálogo.

Não mencionaram nenhuma forma de apoio, seja ele pedagógico ou emocional, de nenhuma instituição ou profissional da área de educação ou fora dela. A análise e interpretação dos dados sinalizam ainda que a família não tem assumido, conforme suas expectativas, o seu papel enquanto um lócus de socialização e educação, fato que tem colaborado, de forma direta, para a sobrecarga do trabalho do professor. Mesmo sem apoio, esses professores mantêm, em suas falas, a necessidade de não desistir e sempre buscar somar forças para continuar o trabalho.

De posse dos resultados desse estudo, podemos perceber o quanto é necessária a busca por parcerias pelos setores de saúde e de educação para que o trabalho dos professores e demais profissionais da escola seja preservado em sua essência.

Nesse sentido, também são fundamentais outros estudos sobre a violência e o bullying no contexto escolar, abordando outros fenômenos como a tribos urbanas e a expressão da identidade do aluno no ensino médio, assim também a família do aluno no contexto escolar, uma vez que este fenômeno deve ser compreendido em sua complexidade.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, M. (2002) Violências no cotidiano das escolas. In: ABRAMOVAY, Miriam (org). **Escola e violência**. UNESCO, Brasília. (2002) Percepções dos alunos sobre as repercussões da violência nos estudos e na interação social na escola. In: _____ ABRAMOVAY, Miriam (org). **Escola e violência**. UNESCO, Brasília.

_____. Abramovay M (organizadora), Valverde DO, Barbosa DT, Avancini MMP, Castro MG, organizadores. Cotidiano das escolas: entre violências [Internet]. Brasília: UNESCO; 2005 [cited 2009 sep 22]. Available from: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001452/145265por.pdf>.

Amado e Freire (2002). **Indisciplina e violência na escola**. Compreender para prevenir. Porto: Edição Asa.

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. _____ . **Sobre Violência**. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 1973.

ARROYO MG. **Quando a violência infanto-juvenil indaga a pedagogia**. Educ Soc. 2001;28(100):787-807.

ARROYO, Miguel. A Universidade e a formação do homem. In. Gislene A. Santos (org). **Universidade, Formação e Cidadania**. Cortez Editora: 2001.

AQUINO, JG. A violência escolar e a crise da autoridade docente. Cad. CEDES. 1998 (47):7-19.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Buscando Rigor e Qualidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 113, p. 51-64, jul. 2001.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 set. 1990.

CANDAU, V. M.; NASCIMENTO, M. das G.; LUCINDA, M. D.A. C. **Escola e violência**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CASTEL, R. **A insegurança social: o que é ser protegido**. Petrópolis: Vozes; 2005.

CASTRO, JM, Regattieri M., **organizadoras**. **Interação escola família: subsídios para práticas escolares**. Brasília (Brasil): UNESCO, MEC; 2010.

CARVALHOSA, S.F. (2002). **Bullying – a provocação? Vitimação entre pares no contexto escolar português**. Análise Psicológica. – Vol.20, n. 4, pp. 571-585.

CHAIÍ, M. (1985). **Participando do debate sobre a mulher e a violência**. IN: Perspectivas antropológica da mulher, pp. 25-62. Rio de Janeiro: Zahar.

CHARLOT, B. Prefácio. In: Abramovay M (organizadora), Valverde DO, Barbosa DT, Avancini MMP, Castro MG, organizadores. Cotidiano das escolas: entre violências [Internet]. Brasília: UNESCO; 2005 [cited 2009 sep 22]. Available from: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001452/145265por.pdf>. p.17-25.

CHARLOT B. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. Sociologias. 2002(8):432-43.

CORTEZ, Vânia Morais Lima. **O impacto da violência da escolar sobre o aprendizado dos alunos**. Maringá, 2012. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Estadual de Maringá.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o Trabalho de Campo**. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, março/2002.

DE PAULA, Paulo Afonso Garrido. Educação, Direito e Cidadania. In. **Cadernos de Direitos da Criança e do Adolescente**. Volume 1. Malheiros Editores. São Paulo, 1995.

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069 de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União (Brasília).

FERNANDES, MH, Rocha VM, Souza DB. **A concepção sobre saúde do escolar entre professores do ensino fundamental (1ª a 4ª séries)**. Hist. cienc. saúde-Manguinhos. 2005;12(2):283-91.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. A Indisciplina Escolar e o Ato Infracional. In. **Temas de direito à educação**/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Escola Superior do Ministério Público, 2010. 164 p. Colaboradores: Carlos Roberto Jamil Cury e Gilza Maria

FERRIANI, MG. **A Inserção do Enfermeiro na Saúde Escolar: Análise Crítica de uma Experiência**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo; 1991.

FERRIANI, MG, Gomes R. **Saúde escolar: contradições e desafios**. Goiânia: AB Editora; 1997.

FISCHER, RM, Lorenzi GW, Pedreira LS, Bose M, organizadores. **Bullying Escolar no Brasil** - Relatório Final – São Paulo: Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (CEATS)/ Fundação Instituto de Administração (FIA), 2010.

FLORES, Gomes NP, Diniz NMF, Araújo AJS, Coelho TMF. **Understanding domestic violence from the categories gender and generation**. Acta Paul Enferm 2007;20(4):504-8. RZ. A biologia na violência. Ciênc. saúde colet. 2002;7(1):197-202.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, São Paulo, 2005.

HOEL, H.; Rayner, C & Cooper, C. (1998). **Workplace Bullying**, in Cooper, C. & Robertson, I. (1999). *International Review of Industrial and organizational Psychology*, Volume 14, New York: John Wiley & Sons.

LOPES, Neto, A. (2005). **Bullying – Aggressive behavior among student’s**. *Jornal de Pediatria*, pp. 164-172.

GATTI, BA (Organizadora), Barretto ESS. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília (Brasil): UNESCO; 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contagem da População 2007*. Rio de Janeiro (Brasil): IBGE; 2007. 311 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dinâmica demográfica e a mortalidade no Brasil no período Boa Vista Roraima* (Brasil): IBGE; 2009a. 39p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 de setembro de 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de vida da População de Boa Vista-Roraima, 2016*. (Brasil): IBGE; 2009c. 252p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE Cid@des [Internet]*. De Roraima (Brasil): IBGE. [cited 2010 jul 23]. Available from: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>

Krug EG, Dahlberg LL, Mercy JA, Zwi AB, Lozano R, editores. *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: OMS; 2002.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília (Brasil).

LDBEN – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal nº 9.394 promulgada em 1996.

LEI Nº11.738 de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília (Brasil).

LEI COMPLEMENTAR Nº 041 DE 16 DE JULHO DE 2001 “Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação do Estado de Roraima e dá outras providências.” O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA.

LOPES, Neto AA. **Comportamento Agressivo entre Estudantes: bullying**. In: MS - Ministério da Saúde, OPAS - Organização Panamericana de Saúde. *Escolas promotoras de saúde : experiências do Brasil*. Brasília: OPAS; 2006. p.115-24.

LOUREIRO ACAM, Queiroz SS. **A concepção de violência segundo atores do cotidiano de uma escola particular**: uma análise psicológica. *Psicol cienc prof*. 2005;25(4):546-57.

MADEIRA, R. *Violência nas escolas quando a vítima é o processo pedagógico*. SEADE: **São Paulo em perspectiva**: a violência disseminada, 13, 4, 49-61,2000.

MEC - Ministério da Educação; Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resultado do censo da educação básica 2009. Brasília (Brasil): Inep; 2009b.19p.

MEC - Ministério da Educação; Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007. Brasília (Brasil): Inep; 2009 a. 65p.

Medeiros M. Olhando a lua pelo mundo da rua: representações sociais da experiência de vida de meninos em situação de rua [Tese]. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem/USP; 1998. 171 p.

MINAYO, MCS. **O desafio da pesquisa social**. In: Minayo MCS, Deslandes SF, Gomes R, editors. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 26ª ed. Petrópolis: Vozes; 2007. p.9-30.

MINAYO, MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11ª ed. São Paulo: Hucitec; 2008.

MS - Ministério da Saúde. A promoção da saúde no contexto escolar. Rev. Saúde Públ. 2002;36(2):533-5.

MS - Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde na Escola. Série B. Textos Básicos de Saúde. Cadernos de Atenção, nº24 [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2009 [cited 2010 mar 12]. Available from: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abacad24.pdf.

NJAINE, K. **Sentidos da violência ou a violência sem sentido: o olhar dos adolescentes sobre a mídia**. Interface – Comunic., Saude, Educ. 2006;10(20):381-92.

NJAINE, K, Minayo MCS. Violência na escola: identificando pistas para a prevenção. Interface - Comunic., Saúde, Educ. 2003;7(13):119-34.

OLIVEIRA, ECS, Martins STF. Violência, sociedade e escola: da recusa do diálogo à falência da palavra. Psicol. Soc. 2007; 19(1):90-8.

OLIVEIRA, MCAM, Gerzeli JDP. A relação professor-aluno e a (in)disciplina: sobre a prática pedagógica. Revista Científica Eletrônica de Psicologia [Internet]. 2008 [cited 2009 out 22] (10). Available from: <http://www.revista.inf.br/psicologia10/pages/artigos/edic10anoVImaio2008-artigo07.pdf>

OLWEUS, D. (1993). **Bullying at School**. Backwell publishers: Oxford Uk & Cambridge Usa Paiano M, Andrade BB, Cazzoni E, Araújo JJ, Waidman MAP, Marcon SS. Distúrbios de conduta em crianças do ensino fundamental e sua relação com a estrutura familiar. Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum. 2007;17(2):111-21.

PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia, o paradoxo brasileiro**, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PINHEIRO, PS. **World report on violence against children**. Geneva: United Nations; 2006.

RAYNER, C. & Hoel, H. (1997). **A summary review of literature relating to workplace bullying**, Journal of Community & Applied psychology – Vol. 7 n. 03, pp. 181-191

ROLIM, Marcos. **JUSTIÇA RESTAURATIVA: PARA ALÉM DA PUNIÇÃO**. In: Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI. Zahar, Rio de Janeiro, 2006.

SCHILLING, F. Violência nas escolas: explicitações, conexões. **Série cadernos temáticos dos desafios educacionais contemporâneos**, v,4. Curitiba: SEED, n2008.

SETTON MGJ. Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. Educ. Pesquisa. 2002; 28(1):107-16.

SILVA, P.R.F. **Boa Vista: gênese espontânea e gênese induzida**. Boa Vista: UFRR, 2010. (Material de apoio didático ao mini-curso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciencia Norte).

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SPOSITO, M.P. **A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e a ação coletiva na cidade**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 1994.

SPOSITO, M. P. **A instituição escolar e violência**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em <www.iea.usp.br/artigos>. Acessado em 20 de outubro 2017 .

VELHO, Gilberto. **Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica**. In: VELHO, G. e ALVINO, M. (org). **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

VERAS, A.T. **A cidade de Boa Vista no contexto urbano roraimense**. Boa Vista: UFRR, 2010. (Material de apoio didático ao mini-curso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciencia Norte).

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Aprender a viver juntos: nós falhamos? Síntese das reflexões e das contribuições extraídas da 46ª Conferência Internacional da Educação da UNESCO. Brasília: UNESCO, IBE; 2003

ZALUAR, Alba, LEAL, M.C., **Violência Extra e Intramuros**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 45, vol. 16, p. 145 –164, Fevereiro 1999.

Consultas acessado em 11/07/2017: www.diganaoabullying.com.
http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/903_459.pdf
https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/92300/souza_caf_me_prud.pdf?sequence=1
http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/127_136.pdf
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742016000300566&lng=pt&nrm=iso
<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v24n90/1809-4465-ensaio-24-90-0161.pdf>
<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/02/escolas-de-boa-vista-devem-cumprir-regras-da-lei-de-combate-ao-bullying.html>

**ANEXOS 1- QUESTIONÁRIO DE PESQUISA AOS ALUNOS DO
ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS CAMPO.**

**UNIVERSASIDADE POLITÉCNICA Y ARTÍSTICA DEL PARAGUAY
FACULAD DE POSGRADO
MAESTRIA EM CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN**

COSMO LIMA DA CUNHA⁸

Eixo Temático: Violência no âmbito Escolar com ênfase para bullying.

Pesquisa Universitária para dissertação de Mestrado com aluno do Curso de Educação do Ensino Médio

Caro aluno,

Estamos realizando uma pesquisa nas Escolas Estaduais do Ensino Médio da zona oeste de Boa Vista Roraima, gostaríamos muito que você nos ajudasse a respondendo com sinceridade as questões abaixo. Você não será identificado. Obrigado.

2. Identificação

Sexo: () Masculino () Feminino

3. Quantos bons amigos você tem na sua turma? (Marque apenas uma resposta)

- a) () Nenhum
- b) () um bom amigo
- c) () 2 ou 3 bons amigos
- d) () 4 ou 5 bons amigos e () mais de 5 bons amigos

Sobre ser maltrato por outro aluno:

4. Com que frequência você tem sido maltratado? (Marque apenas uma resposta)

- a) () Não fui maltratado desde o ano passado
- b) () Só 1 ou 2 vez
- c) () De 3 a 6 vezes
- d) () Uma vez por semana
- e) () Varias vezes por semana.

5. De que maneira tem sido Maltratado desde o ano passado? (Marque apenas uma resposta)

- a) () Não fui maltratado desde o ano passado
- b) () Deram-me socos, pontapés e fui empurrado
- c) () Fui ameaçado
- d) () Tiraram-me dinheiro ou outras coisas ou estragaram minhas coisas.
- e) () Xingaram-me, insultaram-me por causa da minha cor ou raça.
- f) () Xingaram-me, insultaram-me ou riram de mim enquanto eu jogava ou quando queria jogar
- g) () Esconderam minhas coisas de propósito, não me deixaram fazer parte do seu grupo de amigos ou me ignoraram completamente.
- h) () Contaram mentiras ou espalharam boatos a meu respeito, e/ou tentaram fazer com que os outros não gostassem de mim.
- i) () Não me deixaram fazer parte do time.

⁸ Licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará; UECE – Especialista na Área de Educação, com concentração em Pedagogia Escolar: Supervisão, orientação e administração pela Faculdade Internacional de Curitiba; FACINTER – Cursando Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Politécnica Y Artística Del do Paraguay – UPAP. 20017.

Outras formas. Diga como:

6. Por quanto tempo duraram os maus tratos? (Marque apenas uma resposta)

- a) () Não fui maltratado desde o ano passado
- b) () Duraram uma semana
- c) () Duraram várias semanas
- d) () Têm-se mantido durante todo este ano
- e) () Têm-se mantido há vários anos

7. Você já sofreu algum tipo de Bullying? (Marque apenas uma resposta)

- a) () Não, desde o ano passado
- b) () Só 1 ou 2 vez
- c) () De 3 a 6 vezes
- d) () Uma vez por semana
- e) () Varias vezes por semana.

8. Que tipo de bullying você sofreu ou sofre com frequência no âmbito escolar?

- a. () Assedio Moral
- b. () Violência Psicológica
- c. () Verbal
- d. () Físico
- e. () Social
- f. () Virtual

9. Você costuma ser maltratado por um ou vários colegas?

10. Quais são os conflitos mais comuns na sua escola?

ANEXO 2 – Questionário de Pesquisa aos professores do Ensino Médio das Escolas Campo de pesquisa.

**UNIVERSASIDADE POLITÉCNICA Y ARTÍSTICA DEL PARAGUAY
FACULDAD DE POSGRADO
MAESTRIA EM CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN**

COSMO LIMA DA CUNHA⁹

Eixo Temático: **A Violência e o Bullying Praticado no Âmbito Escolar.**

Pesquisa Universitária para dissertação de mestrado com aluno do Curso de educação do Ensino Médio

Caro professor(a),

Estamos realizando uma pesquisa nas Escolas publicas do Ensino Médio da zona oeste de Boa vista Roraima, gostaríamos muito que você nos ajudasse a respondendo com sinceridade as questões abaixo. Você não será identificado. Obrigado.

1. Identificação

Sexo: () Masculino () Feminino

1. **Professor (a)** há quanto tempo você é professor (a) nesta instituição? _____

2. Na sua vivencia diária em sala de aula, há conflitos e indisciplinas?

() Sim () Não

3. Quais?

() Bullying () Violência Física () Violência verbal () assédios.
Outros. Cite-os _____

4. Quando se fala em violência, o que lhe vem à mente?

5. A quem você recorre em caso de violência no âmbito escolar?

() Aos pais () a Policia () A Gestão () as Leis

Sobre o Bullying:

6. Você sabe que existem leis que coíbem a pratica deste no município de Boa Vista-RR?

() sim () não () não tenho conhecimento

7. Você já foi vitima de algum tipo de violência na escola? Qual?

() Bullying () Violência Física () Violência verbal () assédios.

Outros. Cite-os _____

8. Existem procedimentos ou estratégia na escola para o enfrentamento da violência e o bullying na sua escola? Quais?

() Diálogos () Registro de ocorrência () Conversa com os pais

Outros: _____

⁹ Licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará; UECE – Especialista na Área de Educação, com concentração em Pedagogia Escolar: Supervisão, orientação e administração pela Faculdade Internacional de Curitiba; FACINTER – Cursando Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Politecnica Y Artística Del do Paraguay – UPAP. 20017.

9. Desde 2011 você observou ou registrou alguma ocorrência relacionado à violência no seu ambiente escolar?

() Sim () Não Quais? _____

Caminhos para resolver conflitos na escola:

10. Existem regimento interno ou regras de convivência na escola para o enfrentamento da violência e o bullying? Quais?